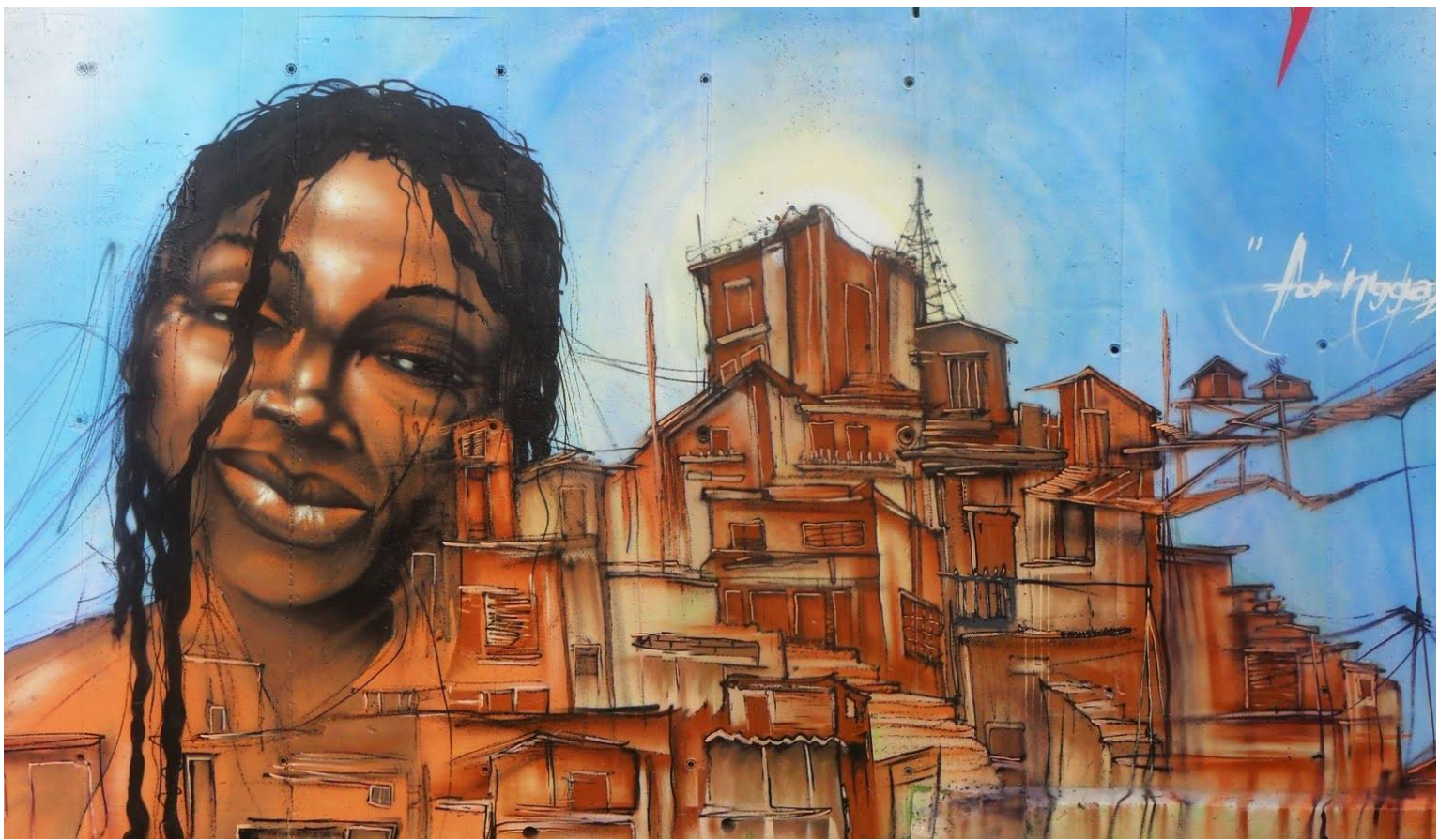


UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA  
INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E  
REGIONAL

RAQUEL DE SOUZA MARTINS LIMA



**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL DE MULHERES NEGRAS  
NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

São José dos Campos

2020

**RAQUEL DE SOUZA MARTINS LIMA**

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL DE MULHERES NEGRAS  
NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, como complementação dos créditos necessários para qualificação a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Papali,  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabiana A. Félix e  
Silva

São José dos Campos - SP

2020

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

### Ficha catalográfica

Lima, Raquel de Souza Martins  
Segregação socioespacial e racial de mulheres negras na  
cidade de São José dos Campos / Raquel de Souza Martins Lima;  
orientadora, Maria Aparecida Papali; co-orientadora Fabiana A.  
Félix e Silva . - São José dos Campos, SP, 2020.  
1 CD-ROM, 157 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do  
Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em  
Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

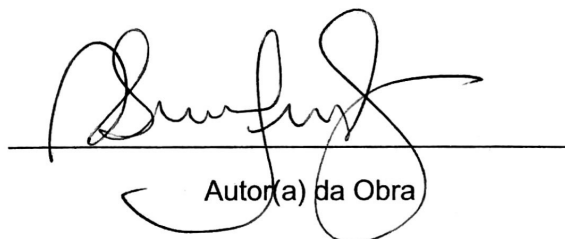
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Racismo. 3. Mulheres  
Negras. 4. Segregação Racial. 5. São José dos Campos. I. Papali,  
Maria Aparecida , orient. II. Silva , Fabiana A. Félix e ,  
co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Raquel de Souza Martins Lima, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em  
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o  
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado  
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de  
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e  
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 5 de Junho de 2020.



Autor(a) da Obra

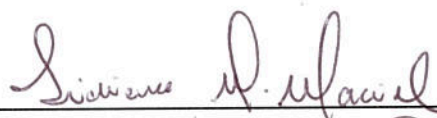
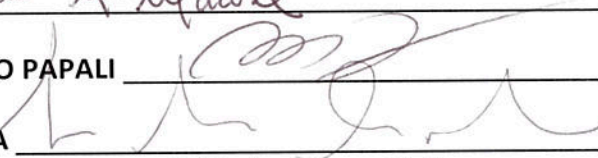

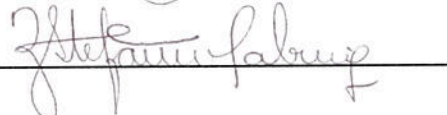
Data da defesa: 28 102 1 2020

---

**RAQUEL DE SOUZA MARTINS LIMA**

**“SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL DE MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

PROF.<sup>ª</sup> DR.<sup>ª</sup> LIDIANE MARIA MACIEL   
PROF.<sup>ª</sup> DR.<sup>ª</sup> MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI   
PROF.<sup>ª</sup> DR.<sup>ª</sup> FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA   
PROF.<sup>ª</sup> DR.<sup>ª</sup> ZULEIKA STEFÂNIA SABINO ROQUE - UFABC 

Prof. Dr. Leandro José Raniero

Diretor do IP&D – Univap

São José dos Campos, 28 de fevereiro de 2020.

## DEDICATÓRIA

À minha mãe Lourdes (*in memoriam*), que partiu antes de ver o resultado dessa pesquisa que “dava tanto trabalho”.

Ao meu pai Antonio, grande incentivador de todos os meus projetos.

A todas as mulheres negras que sentem diariamente na própria pele os olhares preconceituosos da cidade.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade em cumprir este trabalho.

Ao meu marido Dijair e minha filha Isabela, pela “minha presença ausente” e períodos de reclusão devido ao tempo dedicado aos estudos.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Aparecida Papali, por toda a paciência, força e apoio com que sempre me orientou neste trabalho e em todos aqueles que realizei desde a graduação. Muito obrigada por todo incentivo e por não ter me deixado desistir. Agradeço também a minha co-orientadora Profa. Dra. Fabiana A. Felix e Silva, por se mostrar sempre tão disposta a me ajudar e pelas contribuições e direcionamentos ao meu trabalho.

Às professoras Dra. Valéria Zanetti e Lidiane Maria Maciel pelas orientações e considerações durante as aulas e em minha banca de qualificação.

Ao Laboratório de História da Univap, minha casa desde a graduação e a todos os estagiários que por lá passaram nesse período, sempre tão animados e dispostos a ajudar.

Agradeço aos meus colegas do Mestrado Roseli e Micael, por ouvir as angústias durante a construção desta pesquisa e oferecer sempre palavras de incentivo, encorajamento, além de compartilhar todo material que encontraram sobre meu tema.

Aos amigos que me incentivam e em especial à Raquel Machado, mais que uma amiga, uma irmã, me suportou, ouviu e apoiou durante todo o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço muito a Maiara Sanches, pela transcrição de todas as entrevistas, cujo trabalho foi essencial para o resultado dessa dissertação. Suas contribuições, apontamentos, revisões foram essenciais para o término dessa dissertação.

Agradeço também à Edna Gomes, Assessora de Políticas da Igualdade Racial da prefeitura de São José dos Campos, pela disponibilidade e respeito com minha pesquisa.

A Agência de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio ao projeto.

Muito obrigada.

# SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL DE MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

## RESUMO

Este estudo propõe discutir a relação entre a mulher negra e o processo de segregação territorial e racial na cidade de São José dos Campos. Inicia-se com investigação do processo histórico que deu origem à cidade e a consequente segregação urbana que atinge mais especificamente a população negra. Busca-se entender também o racismo estrutural como elemento fundamental para a naturalização das desigualdades sociais, econômicas e urbanas. A investigação, de base exploratória investigativa, de caráter qualitativa, desenvolve-se a partir de dados empíricos obtidos em entrevistas e em pesquisas institucionais, levando-se em consideração outras possibilidades de compreensão dos processos de desigualdades que possibilitem a compreensão da segregação socioespacial e racial como consequência do pós-colonialismo. Como resultado obtém-se uma relação intrínseca entre raça e a apropriação da cidade por parte das mulheres negras. Espera-se contribuir para a implantação de políticas de planejamento urbano que contribuam para o enfrentamento das desigualdades racial e socioespacial e por consequência, o combate ao racismo.

**Palavras-chave:** Planejamento Urbano. Racismo. Mulheres Negras. Segregação Racial. São José dos Campos.

## **RACIAL AND SOCIOESPACIAL SEGREGATION OF BLACK WOMEN IN THE SAO JOSE DOS CAMPOS CITY**

### **ABSTRACT**

This study aims to discuss the link between black women and the racial segregation in the São José dos Campos city. It starts with the historical process of investigation which has sourced the city and consequently the urban segregation that reaches specifically the black population. The research also investigates the structural racism as a fundamental element to the naturalization of urban, economic and social inequalities. The investigation of exploratory investigative bases and qualitative methods develops toward empirical databases obtained by interviews and institution researchers, considering others possibilities of inequalities processes that helps the comprehension of socioespacial and racial segregation as consequent of post colonialism. As result it gets a depply relationship between race and black women city's appropriation. It expects for the contribution to create and develop urban planning policies that contributes to the coping of socioespacial and racial segregation and consequently the combat against the racism.

**Keywords:** Urban planning. Racism. Black women. Segregation. Sao Jose dos Campos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2 População Total e Principais rodovias em São José dos Campos .....	42
Figura 3 Urbanização e modernidade na cidade de São José dos Campos .....	45
Figura 4 Área do Banhado em São José dos Campos .....	45
Figura 5 Projeção da obra Ponte Estaiada .....	46
Figura 6 Mapa de vulnerabilidade de São José dos Campos .....	48
Figura 7 Densidade populacional de São Jose dos Campos.....	49
Figura 8 Percentual de mulheres pretas e pardas por localização. São José dos Campos, 2010.....	59
Figura 9 Localização de moradores por renda em São José dos Campos.....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Total de população urbana e grau de urbanização .....	28
Tabela 2 - Distribuição de população urbana por cidades .....	29
Tabela 3 Instalação de indústrias no município de São José dos Campos – 1940 – 2003 ...	43
Tabela 4 Dados demográficos de população urbana e rural do município de.....	44
Tabela 5 Dados demográficos de mulheres por raça/cor em São José dos Campos.....	50

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concentração de riqueza e desigualdade de renda .....	31
Gráfico 2 - Renda mulheres pretas e pardas. São José dos Campos, 2010 .....	60

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CadUnico - Cadastro Único

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBDU – Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPD - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1 Entendendo a formação do espaço desigual	17
1.2 Referencial Teórico-metodológico	19
<b>2 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA FORMAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS E O RACISMO ESTRUTURAL</b>	<b>27</b>
2.1 Racismo Estrutural	31
2.2 Raça e Espaço Urbano	35
<b>3 A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b>	<b>39</b>
3.1 A mulher negra na cidade de São José dos Campos: segregação e racismo	49
3.1.1 <i>Racismo na abordagem policial</i>	53
3.1.2 <i>Racismo nos espaços de consumo</i>	53
3.1.3 <i>Racismo quanto ao local de moradia e mobilidade</i>	56
3.1.4 <i>Racismo, renda e profissão</i>	59
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO I -QUESTIONÁRIO PARA ROTEIRO PARA ENTREVISTAS</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b>	<b>76</b>
Dados de identificação	76
<b>ANEXO III – TOTAL DE PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO IV - ENTREVISTAS</b>	<b>81</b>

## APRESENTAÇÃO

Este texto de dissertação de mestrado está inserido no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP. Foi realizado com o auxílio da Agência de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A inquietação que deu origem a esta dissertação foi minha percepção pessoal, a partir de chegada em de São José dos Campos, há oito anos, sobre a pouca presença de mulheres negras nos mais diversos ambientes pelos quais eu transitava, locais públicos e de lazer, nas escolas, nos shoppings centers, e nas mais diferentes áreas da cidade. Essa inquietação inicial ganhou novos argumentos a partir do término da graduação em História, cujo tema discutia a questão da mulher negra no pós-abolição na cidade de São José dos Campos, reduto da escravidão no Brasil, mais precisamente na região do Vale do Paraíba.

A pesquisa durante a graduação me instigou a querer compreender a realidade da mulher negra na atualidade, passados já mais de cem anos da abolição. A compreensão do papel desempenhado pelos movimentos de mulheres negras no Brasil e como as lutas dessas mulheres foram marcadas pela busca da diminuição da discriminação, seja pela cor ou pelo gênero, pela igualdade no mercado de trabalho, diminuição de estigmas carregadas ainda desde o pós-abolição, foi fundamental para a percepção de que a cor ainda interfere no seu dia-a-dia e por consequência na relação da mulher negra com a cidade.

A pesquisadora Vera Lúcia Benedito (2013), diz que esta é uma discussão que ainda necessita ser aprofundada. Em virtude da presença significativa de mulheres negras que moram em condições de moradia precárias, nas favelas e habitações coletivas, é no mínimo surpreendente a ausência de estudos elaborado sobre a posição socioeconômica de mulheres a partir das linhas de cor. [...]. “Há uma carência de pesquisas que atualizem a situação de mulheres negras nessa condição” (BENEDITO, 2013, p. 118).

Para melhor organização da investigação, este trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira é a introdução, uma revisão sobre a formação do espaço desigual, e os referenciais teórico-metodológico que guiam o estudo. A segunda trata das desigualdades socioespaciais na formação das cidades brasileiras e como essa desigualdade está intrinsicamente relacionada ao racismo estrutural, e como a raça e espaço urbano são entendidos a partir do racismo.

Na terceira seção aborda-se a desigualdade na cidade de São José dos Campos, levando então ao processo de segregação na cidade, além de verificarmos, através das

entrevistas, como a segregação socioespacial está ligada ao processo de racismo. Apresentamos na quarta seção as discussões e considerações finais da dissertação. Encontram-se anexos o termo de consentimento livre e esclarecido, o questionário de entrevista e a transcrição de todas as entrevistas que foram citadas nesse trabalho.

A capa deste trabalho é parte de projeto Galeria a Céu Aberto, que se localiza na região periférica da Zona Leste de São Paulo, mais precisamente no bairro da Vila Flávia, em São Mateus. Apesar de não retratar a cidade de São José dos Campos, fruto desta pesquisa, foi opção desta pesquisadora por entender que retrata a realidade que pode ser aplicada a muitas regiões do Brasil.

Este trabalho procura contribuir para algumas esferas de discussão que ainda são escassas e que relacionam raça e gênero ao planejamento urbano e regional do Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

Os dados disponíveis sobre a população brasileira, apontavam as mulheres como 51,7% do total a população, segundo dados do IBGE/PNAD Contínua (IBGE, 2018), totalizando pouco mais de 107 milhões de mulheres, e desse número 55,6 milhões negras. Sobre a importância da mulher na economia nacional, Morais e Ávila (2016) apontam:

[...] de acordo com o IBGE, mulheres compõem mais de 40% da força de trabalho no Brasil e possuem nível de escolaridade muitas vezes superior ao dos indivíduos do sexo masculino. Isso significa que elas se deslocam pela cidade tanto quanto os homens. No entanto, suas necessidades são muitas vezes desprezadas, a circulação acontece de maneira restrita e assim, a apropriação da cidade e a vivência do espaço público pelas mulheres são fragilizadas (MORAIS; ÁVILA, 2016).

A participação nas mais diferentes esferas da sociedade é, entretanto, percebida de forma diferente por homens e mulheres. Os estudos que relacionam gênero e espaço urbano apontam para a marginalização e invisibilidade da mulher, assim como a necessidade da discussão do desenvolvimento de cidades levando-se em consideração a perspectiva feminina. (BILAC, 2012; GARCIA-BUJALANCE, 2014; BERNER, MELINO, 2016; IBDU, 2017; SUMI, 2018).

Tentar entender como acontece a relação entre a cidade e as mulheres negras foi a questão que me acompanhou. É sabido que elas são protagonistas e líderes em várias redes de sociabilidades e movimentos sociais, mas não são vistas tão frequentemente no dia-a-dia da cidade. Esta indagação foi inicialmente inicialmente respondida por quatro mulheres negras, ligadas a movimentos sociais na cidade, que afirmaram que os negros estão somente nos bairros mais afastados, e não participam da cidade rica, industrial e tecnológica, que é propagada nos mais diferentes meios de comunicação.

Essa afirmação direcionou meu trabalho, que teve o objetivo de responder nessa a seguinte questão: A falta de acesso da mulher negra aos diferentes espaços da cidade é fruto da segregação socioespacial e racial?

Para a investigação da questão acima é necessário uma abordagem do processo histórico-social-colonizador, que deu origem à cidade, situando-a no decorrer da industrialização e urbanização das cidades brasileiras e dentro de uma realidade global que surge na Europa e se espalha pelo globo, marcado pela modernidade colonizadora e expansionista do capital, que vai configurar todas as práticas sociais do espaço urbano, constituindo assim um espaço urbano desigual e segregador, distribuído e definido pela

lógica do mercado, que separa entre os que possuem e não possuem condições de pagar por acesso a moradia, por exemplo, e outras facilidades disponíveis na cidade.

A relação entre raça e disposição territorial ainda é timidamente explorada nos trabalhos de planejamento urbano. [...]. “Na verdade, o tema empírico do negro nas cidades até agora foi pouco explorada nos textos brasileiros da sociologia do negro ou da sociologia urbana, e muito menos de um ponto de vista físico-territorial ” (ROLNIK, 1989, p. 29). Assim também entende Oliveira (2013) sobre a relação entre população negra e o urbano estar centrada na questão da periferia.

Existe uma relação entre a segregação socioespacial e a segregação racial, fruto da gênese da formação do território brasileiro, ligado à escravização e colonialismo, o que justificaria o fato de que talvez exista mais segregação racial no Brasil do que imaginam muitos brasileiros.

A distribuição de terras no início da colonização, a impossibilidade de acesso à terra por parte do ex-escravos e posteriormente, a forma como foram sendo distribuídos os pobres no espaço das cidades, provocou uma desigualdade que se mostra espacializada sócio, econômica e racialmente. Sobre um certo silêncio nas discussões no Brasil, apontam Oliveira e Oliveira (2015, p. 3) que “a segregação de base racial, não é um tema comum que esteja na agenda socioeconômica, política e educacional”.

O processo colonizador também é marcado pelo patriarcalismo, estrutura que permitiu a manutenção da mulher à margem da sociedade e conseqüentemente das discussões sobre o espaço urbano. Essa natureza masculina da história da sociedade, marcada essencialmente pela dominação masculina, definiu o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. Não por acaso, a historiadora Michelle Perrot afirma, ao fazer uma análise sobre a categoria gênero na história, e a relação da mulher com a cidade no século XIX (1988):

A distinção entre público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens. A burguesia daquela época exclui da política os operários e as mulheres. Através da coisa pública, dos assuntos políticos desenha-se um mundo da sociabilidade masculina – uma “civilização do café” (Philippe Ariès) – de onde as mulheres estão excluídas (PERROT, 2006, p. 218).

A partir dessa concepção procura-se entender a produção do espaço segregado, os fatores ligados à raça e gênero que contribuem para invisibilidade e estigmas advindos dessa segregação, levando em consideração o olhar da mulher negra sobre a cidade. Nessa pesquisa visa-se perceber como as práticas sociais envolvidas na produção da segregação

socioespacial reproduzem a segregação racial do espaço urbano e se existe a relação entre a segregação socioespacial e a reprodução de questões raciais em como se o resultado alcançado é fruto de um processo histórico, ainda pouco discutido no planejamento urbano. Espera-se identificar variáveis que contribuam para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais e por consequência, da desigualdade racial nas cidades brasileiras.

Entendemos que os grupos socialmente excluídos encontram-se à margem no espaço urbano portanto, segregados pela pobreza e também pela raça, como veremos a seguir. Para o conceito de segregação utilizamos neste trabalho a definição apresentada por David Harvey (1980), que entende:

Segregação, quer dizer, diferenciação residencial segundo grupos, significa diferencial de renda real - proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infra-estrutura etc. Se já existe diferença de renda monetária, a localização residencial implica em diferença maior ainda no que diz respeito à renda real. (HARVEY, 1980, p. 134).

A segregação, entendida como uma condição social, se concretiza pela diferenciação espacial e expressa na cidade de forma coletiva ou individual, garantindo melhor acesso às funcionalidades, à apropriação do espaço e manutenção das relações de poder.

### **1.1 Entendendo a formação do espaço desigual**

O espaço urbano materializado na cidade, é o *locus* da diversidade de relações sociais e econômicas e a expressão da principal base territorial para o desenvolvimento do capitalismo, tornando-se então a concreta realidade da sociedade, como assinala Lefebvre (1999), “a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, 1999, p. 47).

É neste espaço urbano que se encontram a produção, a comercialização, os investimentos e as transações que configuram a dinâmica da circulação do dinheiro sobre o território (SANTOS; BECKER, 2006). Por outro lado, é onde se encontram as diferenças sociais de apropriação do dinheiro que circula e das facilidades promovidas pelo Estado e pela iniciativa privada, causando impactos territoriais de ordem socioespacial, já que como resultado de um processo social, a cidade está sujeita aos interesses de agentes ou de grupos

sociais distintos que definem e (re)definem sua produção. Nas ideias Henri Lefebvre (2008), o espaço é, portanto, reflexo da sociedade que o constrói pela apropriação e o conflito entre grupos, é uma luta e, acima de tudo, uma luta econômica, pela dominação.

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

O resultado desse processo de construção do espaço social, é a existência de uma relação de poder exercida pelos sujeitos ou grupos que, de fato, controlam esse(s) espaço(s) (HAESBAERT, 2004, p. 95). Na descrição do autor, toda relação de poder espacialmente mediada é produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ ou negociação.

As transformações estruturais, fisicamente apresentadas na cidade, decorrem também da produção capitalista do espaço, que transformaram a cidade e criam uma massa de excluídos e periféricos. Maurice Dobb (1987) ao discutir o capitalismo, apresenta a divisão de classes como inerente ao processo, assim como o equilíbrio dos elementos que o compõe. É o próprio antagonismo da estratificação que mantém a hegemonia de determinada classe no poder, uma vez que “o interesse da classe que ora ocupa as posições estratégicas estará claramente baseado na aceleração da transição, no rompimento das resistências de sua rival e antecessora e no aumento de sua própria resistência ” (DOBB, 1987. p. 76). Trata-se de uma luta sócio-política reproduzida na própria cidade, para manutenção do controle de poder econômico e político.

Henri Lefebvre (1999) conceitua a cidade como “aquela que nasce da industrialização e a sucede” e “pós-industrial, sociedade da técnica, de sociedade de abundância, de lazeres, de consumo” que deve ser entendida como ambiente de continua

transformação social. Nesse sentido, o poder industrial molda a cidade, efetivando contradições organizadas pelas classes detentoras das relações sociais de produção, que detêm a soberania sobre o espaço.

É na cidade, ou o espaço urbano, Corrêa (1995) que “se concentram fragmentações e articulações, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”, institucionalizada com a busca por espaços de moradias nas cidades, pela expulsão de parte da população para as periferias e pelo aprofundamento de todas as questões socioespaciais.

Considerando a definição proposta por Camargo, Lamparelli e George (2007) para o urbano “como a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas articulada com a produção e reprodução da população e com as questões políticas dentro de uma formação social”, torna-se compreensível que o urbano se transforme no palco das contradições e conflitos. A exploração passa a ser a tônica e a acumulação é o único objetivo para o mercado, que define a forma de organização espacial da população, a melhor localização para suas atividades, e a própria forma de vida em comunidade.

Neste sistema, a maioria da população vive às margens, privados de direitos como moradia, saúde, higiene e educação que atenda as mínimas necessidades. São considerados como excluídos sociais, cuja definição é dada por Milton Santos (2009),

aqueles que têm um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem...e “os miseráveis, aqueles que estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida. Milton Santos (2009, p. 17).

Excluir e incluir constitui a própria dinâmica do capitalismo, “como duas faces necessárias da mesma moeda” (LEAL, 2011). O urbano, símbolo da modernidade e prosperidade torna-se irreal para os grupos marginalizados. A cidade passa a representar, pela completa falta de estrutura, uma luta pela própria sobrevivência, aliado a luta pela justiça social e qualidade de vida, concretizando no espaço urbano a segregação socioespacial.

## **1.2 Referencial Teórico-metodológico**

Esta pesquisa, de base exploratória investigativa, de caráter qualitativa e também quantitativo, tem como proposta o estudo da relação entre a localização da mulher negra na cidade e a relação entre invisibilidade e discriminação, na cidade de São José dos Campos. Goldenberg diz que “nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento

completo da realidade” (GOLDENBERG, 1997, p. 62) e, neste sentido, “diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões” (GOLDENBERG, 1997, p. 62).

A cidade se apresenta como a expressão espacial das desigualdades, mas será que o racismo de mulheres negras está representado nessa desigualdade? Será que as mulheres negras sentem algum processo de racismo na cidade, ou a cidade mesmo segregando socialmente, não apresenta este racismo? Essas são outras hipóteses que se espera responder através das análises de caráter qualitativo. Tem-se como interesse perceber novas perspectivas teóricas e possibilidades de transformação da realidade social urbana, a fim de enfrentar as discrepâncias da sociedade, a partir das respostas para questões particulares sobre a realidade em estudo.

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p. 57).

Segundo José Luís Neves (1996, p. 1), a pesquisa qualitativa faz com que o pesquisador esteja em contato direto com seu objeto de estudo, de modo a entender os fenômenos a partir da perspectiva “dos participantes na situação estudada”, e assim, situar suas interpretações. Para o autor, esse método:

Assume diferentes significados no campo das Ciências Sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (NEVES, 1996, p. 1).

Através da pesquisa qualitativa podemos ter a perspectiva dos sujeitos, valorizando suas memórias e permitindo a exposição dos saberes e conhecimentos. (GODOY, 1995, p. 58). A abordagem qualitativa, oferece também a compreensão mais substancial do fenômeno estudado e das relações que se estabelecem e são fundamentais para entender essencial da pesquisa. Segundo a visão de Lakatos e Marconi (2009):

Preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 69).

As entrevistas, como parte deste trabalho, buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos que poderão ajudar a responder as hipóteses do trabalho, levando em consideração a trajetória de vivência dessa mulher na cidade, a questão da moradia, saúde, educação, sua relação com o mundo do trabalho, com a cultura e lazer disponíveis na cidade, as interações sociais e seus vínculos sociais, e sua visão e ideia sobre o racismo e sobre o preconceito na cidade.

O processo de entrevista nesta pesquisa considera as pontuações de Bourdieu (1999), que a entrevista pode ser considerada como uma “forma de exercício espiritual, visando obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida”. Bourdieu (1999, p. 704), sabendo que entrevista é uma relação de troca e “nesta relação de troca, cada um engana um pouco ao outro ao se enganar a si próprio” (BOURDIEU, 1999, p. 703).

Optou-se pela utilização de entrevistas semiestruturadas, pela autonomia que ela oferece quanto à duração, maior possibilidade de aprofundamento da discussão e interação que ela possibilita entre entrevistado e entrevistador, permitindo tocar em assuntos mais complexos e delicados. A partir da orientação de Pierre Bourdieu (1999),

os pesquisados mais carentes geralmente aproveitam essa situação para se fazer ouvir, levar para os outros sua experiência e muitas vezes é até uma ocasião para eles se explicarem, isto é, construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo. Por vezes esses discursos são densos, intensos e dolorosos e dão um certo alívio ao pesquisado. Alívio por falar e ao mesmo tempo refletir sobre um assunto que talvez os reprimam. Neste caso pode-se até dizer que seja uma auto-análise provocada e acompanhada (BOURDIEU, 1999 *apud* BONI; QUARESMA, 2005).

As novas questões sociais impostas como imigração ou as polarizações políticas e econômicas trazem consigo desafios para construção de cidades mais justas e democráticas. Para melhor compreensão do objeto de estudo, utiliza-se da abordagem quantitativa, a partir dos dados disponíveis no último Censo do IBGE.

Em São José dos Campos, o crescimento acelerado da população conduz para “tendência à fragmentação da área urbana” (COSTA; MARIA, 2010), criando uma marginalização dos mais pobres e conseqüentemente dos negros para as áreas mais distantes do centro urbano, que passa a ser caro e, portanto, não acessível a todos.

Desse modo utilizou-se de fontes orais e através do método Bola de Neve, apresentado por Goodman (1961), foram realizadas 24 entrevistas com mulheres autodeclaradas negras, num processo onde um entrevistador acaba por indicar outro, na

tentativa de se traçar as diferentes percepções, vivências e relações que se estabelecem entre a mulher negra e a cidade.

Pelo poder público foi realizada entrevista com a Assessora de Política da Igualdade Racial da cidade, uma mulher negra e servidora pública da Prefeitura da cidade, Edna Gomes, identificada nos trechos de entrevistas como EG, ANEXO IV. A Autora desta pesquisa e entrevistadora está identificada como RL nos trechos transcritos das entrevistas.

A entrevista oferece a oportunidade de conhecermos o significado do fenômeno, já que a fonte oral oferece à pesquisa uma contribuição acerca da subjetividade dos indivíduos por meio de suas memórias, segundo Portelli (1997), o que nesta pesquisa é fundamental para compreensão dos fenômenos estudados, uma vez que a questão do preconceito está muitas vezes guardadas na memória das pessoas que a ela foram submetidas. Segundo o autor:

...entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997, p. 31).

As participantes, autodeclaradas negras, têm entre 18 e 73 anos, e são moradoras da cidade de São José dos Campos, portanto participam da dinâmica das relações sociais da cidade. Preservou-se o anonimato dos participantes, que foram identificados com a letra E (Entrevistado(a)) e com a numeração, de acordo com a ordem de entrevistas realizadas, ou seja, E1 (primeiro a ser entrevistado), E2, E3, E4, E5 e E6, e assim sucessivamente, estando disponível no ANEXO IV aquelas cujas falas foram citadas neste trabalho.

Quanto ao grau de escolaridade das entrevistadas 8% delas possuem ensino fundamental, 16% ensino médio completo, 36% ensino superior incompleto e 40% ensino superior completo.

O roteiro de perguntas desta pesquisa faz parte do Projeto “A História oral como fonte para as linhas de pesquisa do Núcleo Pró-Memória São José dos Campos”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba com o número de CAAE - Certificado de apresentação para apreciação Ética: 46505115.5.0000.5503 e encontra-se no ANEXO II.

Em relação à análise documental e, para compreender a realidade da cidade de São José dos Campos, o trabalho utilizou-se de outros instrumentos de pesquisa, iniciada por uma revisão da literatura especializada que engloba a industrialização da cidade, a partir da década de 30, e o processo de segregação propiciada por essa industrialização, o gênero e raça e a relação que pode ser estabelecida entre essas variáveis. Também utilizaremos do

levantamento, coleta e análise de dados quantitativos sobre a cidade de São José dos Campos e também referente à população negra (mulheres), para detectar as mudanças no processo de urbanização e redistribuição espacial, através dos dados disponíveis no Censo Demográfico do IBGE, além dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

Nos estudos sobre a cidade e o urbano, a ação de fatores raciais na estrutura social brasileira e conseqüentemente, nas desigualdades expressas no espaço urbano é visto sob o viés econômico (VARGAS, 2005). A desigualdade, naturalizada pelo mito da democracia racial desconsidera práticas culturais, o processo histórico e social, a forma de colonização e a herança desse processo que permeiam as ações institucionais até os dias de hoje, mantendo assim desigualdades expressas também no espaço urbano, ligadas à questão da raça, conforme salienta Renato Emerson dos Santos (2012),

Nas cidades brasileiras, podemos ver diversas expressões espaciais dessa incorporação subalternizante de comunidades negras geradas no passado pelas relações de escravidão ou no processo de extinção do regime escravocrata, o que envolve também baquetas geradas ou incrementadas por negros ex-escravos e descendentes em migrações internas após a abolição (SANTOS, 2012, p. 62).

O território físico também expressa essa desigualdade, as estruturas urbanas mantêm e reproduzem as estruturas sociais e, por conseqüência a desigualdade social e racial no território brasileiro. São dimensões simbólicas que se encontram presentes no espaço concreto e que precisam ser incorporados às discussões, caso desejarmos entender a revolução proposta por ele para mudarmos as estruturas impostas a cidades modernas, como desigualdade e segregação.

Para discutir o problema central desta pesquisa, entendeu-se que para discutir com as clássicas discussões do espaço urbano era necessária uma revisão do paradigma científico moderno, sobretudo no que diz respeito à produção de conhecimento baseada na fundamentação europeia, o que dificultaria a análise da realidade social de contextos de povos não-europeus.

O pensamento questionador à hegemonia científica europeia foi cunhado como As Epistemologias do Sul, e se propõe a responder aos seguintes questionamentos, segundo Boaventura e Menezes (2009),

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?” (SANTOS, MENESES 2009, p. 71).

Para responder a esta questão seria preciso dar enfoque a outros conhecimentos ignorados ou não valorizados e que foram submetidos a forma de dominação política e cultural, intencionalmente obscurecidos pela visão colonialista, patriarcalista e capitalista, que instituiu ao Norte o desenvolvimento e domínio, e ao Sul, o subdesenvolvimento e a dependência econômica.

Esses processos históricos de colonialismo e dominação e a natureza hierárquica das relações que estabeleceram entre si, permanecem ainda atualmente, a partir da noção de colonialidade. As epistemologias surgem justamente diante das diferentes visões e da diversificação de saberes e culturas, da possibilidade de ouvir novas vozes, que não estejam vinculadas somente ao saber tradicional da ciência moderna. Nas palavras de Santos e Meneses (2010):

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por Epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) (SANTOS; MENESES, 2010, p. 12-13).

As adversidades, o incômodo, até mesmo uma tristeza devido às situações de discriminação e preconceito que as mulheres trouxeram em suas falas, evidenciam a necessidade de dar voz a conhecimentos e atores que foram calados diante do conhecimento predominantemente ocidental, que silencia e invisibiliza outras versões do conhecimento. “A negação de uma parte humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 31).

Segundo o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil, divulgado pelo IPEA em 2017, se no ano de 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência, em 2015 este número passou para 40%. São mulheres que diretamente

participam do dia a dia da cidade, e que convivem num espaço urbano com forte perspectiva de gênero masculino.

A fundamentação teórica do trabalho engloba uma perspectiva de produção decolonial, que compreende uma continuidade das formas de dominação na atualidade, passando do colonialismo para colonialidade, que mantém um lugar de exploração/opressão “cultural, política, sexual e económica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnico-raciais dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais” (GROSFUGUEL, 2008, p. 9).

Uma outra fonte de análise para este modelo de conhecimento eurocentrado é o conceito de Aníbal Quijano (2010), “Colonialidade do Poder”, segundo o qual um dos elementos centrais do atual padrão de poder é a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de raça, conforme Quijano (2014),

A formação do mundo colonial do capitalismo deu origem a uma estrutura de poder cujos elementos cruciais eram, especialmente em sua combinação, uma novidade histórica. Por um lado, a articulação de várias relações de exploração e trabalho - escravidão, servidão, reciprocidade, salário, pequena produção comercial - em torno do capital e de seu mercado. Por outro lado, a produção de novas identidades históricas, "indiana", "negra", "branca" e "mestiça", mais tarde impostas como categorias básicas das relações de dominação e como fundamento de uma cultura de racismo e etnia (QUIJANO, 2014, p. 83)<sup>1</sup>.

A colonialidade opera por meios materiais e subjetivos da existência social cotidiana e da escala social (QUIJANO, 2010, p. 84), o que no Brasil funcionaria como suporte ao racismo estrutural, por vezes escamoteado pelo mito da democracia racial, mas eficazmente perverso e presente nas instituições políticas, no campo científico e nas hierarquias sociais. Dialogando com o próprio conceito de Aníbal Quijano, Grosfoguel (2008) complementa:

Indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norteamericanas de Terceiro Mundo como uma interseccionalidade [...] de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (‘hierarquias’) de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não europeu reconfigura transversalmente

---

<sup>1</sup> No original: La formación del mundo colonial del capitalismo, dio lugar a una estructura de poder cuyos elementos cruciales fueron, sobre todo en su combinación, una novedad histórica. De un lado, la articulación de diversas relaciones de explotación y de trabajo –esclavitud, servidumbre, reciprocidad, salariado, pequeña producción mercantil– en torno del capital y de su mercado. Del otro lado, la producción de nuevas identidades históricas, “indio”, “negro”, “blanco” y “mestizo”, impuestas después como las categorías básicas de las relaciones de dominación y como fundamento de una cultura de racismo y etnicismo.

todas as estruturas globais de poder. O que a perspectiva da ‘colonialidade do poder’ tem de novo é o modo como a ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador (GROSFOGUEL, 2008, p. 134).

Ao longo dos séculos de desenvolvimento do colonialismo, as mulheres negras foram excluídas enquanto sujeitas ativas nas sociedades. Foram excluídas da história, da conquista efetiva de direitos e da plena participação na vida social e política. Não porque não tenham sido atuantes, mas por conta da influência subjetiva e concreta das colonialidades de poder, do gênero e saber que as apagaram do processo. A construção da identidade da mulher negra foi, portanto, forjada historicamente com influência direta do sistema–mundo patriarcal, colonial e moderno, que produz conhecimento a partir então do eurocentrismo.

Essa modernidade, para Quijano (2005) e Grosfoguel (2008), coloca importantes implicações na forma de produzir o conhecimento, com destaque somente para os Europeus como produtores de um conhecimento válido.

Conforme Lugones (2014) existe uma continuidade das relações de dominação que se inserem sobre diversas situações de opressão e desigualdades estabelecidas nas de perpetuação da hierarquização de gênero, raça, classe social, sendo o gênero mais uma imposição colonial que afeta as mulheres, em especial às “mulheres de cor”, vítimas também de construção que hierarquiza raças e classes.

## **2 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA FORMAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS E O RACISMO ESTRUTURAL**

As transformações ocorridas no espaço das cidades são inerentes ao processo histórico, e fruto das formações e transformações identitárias, mas, é também, uma construção política e econômica. Embora o processo de urbanização tenha iniciado ainda no período de dominação portuguesa, as cidades se dinamizaram após o início da era industrial, alterando a paisagem urbana de maneira a receber 125 milhões de pessoas em 60 anos (MARICATO, 2013, p. 16).

Essa urbanização acelerada tem como precedente os processos de êxodo rural e migração, que permitiram o crescimento, industrialização e modernização das atividades agrícolas, aliadas à concentração de pessoas nas grandes cidades, em busca da proximidade das indústrias e dos acessos e facilidades aos serviços essenciais, iniciando assim um processo de ocupação capitalista, conforme explicam Oliveira e Gomes (2010),

Nesta época de grandes transformações, além da euforia amazônica com a borracha, temos, na região sudeste o principal centro geográfico dos mais importantes dinamismos. Aqui as cidades agora mais numerosas e, em boa medida localizada no interior dos principais estados, requalificam-se e se equipam para atender a demandas da produção nos moldes da nova ideologia capitalista (OLIVEIRA; GOMES, 2010, p. 41).

Como consequência desses fatores há uma concentração urbana determinante para a espacialização das disparidades sociais expressas na paisagem urbana das metrópoles brasileiras. Segundo Rolnik (2012), "em algumas cidades brasileiras a crise da escravidão e a expansão do trabalho livre - isto é, o final do século XIX - vão marcar este impulso segregador" (ROLNIK, 2012, p.53).

A introdução da indústria nacional em substituição à economia agrícola cafeeira e a ascensão de uma burguesia urbana como classe dominante, aliada à necessidade de integração das regiões para a distribuição dos bens de consumo, contribuíram para o exponencial processo de concentração demográfica nas cidades, conforme observado na tabela abaixo.

Tabela 1 Total de população urbana e grau de urbanização

Fon  
te:  
FIB  
GE,  
CE  
NS  
OS  
De  
mog  
ráfi  
cos  
de  
194  
0,

TABELA 1					
Brasil, População Total e Urbana, Grau de Urbanização e Incremento					
Médio Anual da População Urbana, 1940-1970					
Período	Total	Urbana	Grau de Urbanização	Incremento	
1940	41.236.315	12.880.182	31,24	—	
1950	51.944.397	18.782.891	36,16	590.271	
1960	69.930.293	31.214.700	44,64	1.243.181	
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	2.087.028	
1980	119.502.716	80.436.419	67,31	2.835.144	
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	2.777.688	
2000	169.544.443	137.697.439	81,22	2.967.383	
2010	190.755.799	160.925.792	84,36	2.322.835	

1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Nos anos entre 1940 e 1950, mais de 60% da população urbana residia em cidades menores do que 100.000 habitantes, principalmente naquelas menores do que 20.000 habitantes. Já em 1970, quando o processo de urbanização começa a se acelerar, mais da metade da população residia em cidades maiores do que 100.000 habitantes, sendo que, 34% em cidades maiores do que 500.000 mil (tabela 2). A expansão urbana se configurou como um modelo centro-periferia, onde nos centros estavam localizadas as classes dominantes e as sedes do poder público, as periferias a grande parte da população que chegava do campo em busca de emprego, conforme Maricato (2001),

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno à moda da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade (MARICATO, 2001, p.17).

As grandes cidades, representantes dos espaços físicos de poder, modernidade e tecnologia, e os lugares de acumulação e lucro capitalista, passam também a ser locais de desenvolvimento desigual e predominância de injustiças sociais. Crescimento acelerado e centralizado nas maiores cidades, as discrepâncias desse modelo de crescimento se mostram distribuídas tanto espacialmente, quanto demograficamente, sendo consideradas

como fenômenos característicos do meio socioespacial metropolitano (GOTTDIENER, 1993, p. 28-29).

Tabela 2 - Distribuição de população urbana por cidades

TABELA 2								
Distribuição de população urbana por cidades								
Tamanho das cidades	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Até 20.000	46,82	38,78	33,77	26,92	21,36	19,34	18,81	17,13
20 a 50.000	9,41	13,01	11,61	12,04	11,4	12,44	11,49	11,83
50 a 100.00	7,65	8,86	9,57	7,8	10,5	10,23	10,57	9,93
100 a 500.000	14,55	13,43	16,06	19,59	21,92	24,43	26,11	27,34
>500.00	21,57	25,92	29	33,65	34,83	33,55	33,01	33,78
>100.000	36,12	39,36	45,05	53,24	56,75	57,98	59,12	61,12
Total Absoluto	12.878.647	18.775.779	31.867.324	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.792

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

Essa urbanização acelerada redefiniu o que era prioridade na dinamização e efetivou transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileiras, fato comprovado por já existir no Brasil nos finais do século XIX, bolsões de aglomeração da pobreza e exclusão nas cidades (THEODORO et al., 2008, p. 29) e Milton Santos (1996).

O processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação (SANTOS, 1996, p. 10).

A economia, que se manteve atrelada ao setor agrário e exportador até os anos 1930, instituiu a burguesia industrial, cujo interesse nunca foi pautado em processos de distribuição de terras e acesso à moradia, ao contrário, sofreu influência ainda de um processo escravocrata, cujas marcas do atraso e desqualificação de mão-de-obra, ainda repercutem nas condições de vida, locomoção, higiene, saúde, educação e moradia das populações mais pobres.

Azael Rangel Camargo, Celso Monteiro Lamparelli e Pedro Conceição Silva George (2007) consideram que houve “de um lado uma altíssima taxa de urbanização, por outro um necessário desleixo na criação de condições gerais urbanas”.

Considerando a definição proposta por Camargo, Lamparelli e George (2007) para o urbano “como a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas articulada com a produção e reprodução da população e com as questões políticas dentro de uma formação social”, torna-se compreensível que o urbano se transforme no palco das contradições e conflitos. A exploração passa a ser a tônica e a acumulação é o único objetivo para o mercado, que define a forma de organização espacial da população, a melhor localização para suas atividades, e a própria forma de vida em comunidade.

Neste sistema, a maioria da população vive às margens, restando a privação de direitos como moradia, saúde, higiene e educação. São considerados como excluídos sociais, cuja definição dada por Milton Santos (2009):

aqueles que têm um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem...e “os miseráveis, aqueles que estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida (SANTOS, 2009, p. 17).

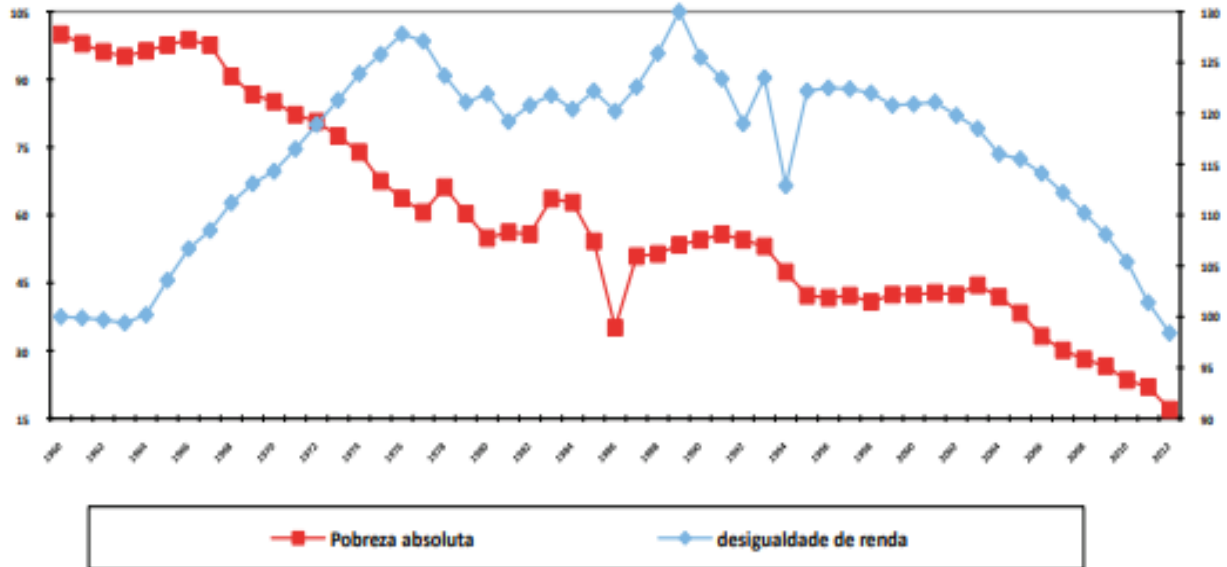
Excluir e incluir constitui a própria dinâmica do capitalismo, “como duas faces necessárias da mesma moeda” (LEAL, 2011, p. 166). O aumento da exclusão mobiliza a sociedade em busca de alguma solução, visibilidade e progresso, tendo nos movimentos sociais uma possibilidade de alguma mudança. Segundo Ermínia Maricato (2000, p. 14) “os movimentos urbanos, mais frequentes e crescentes a partir de meados dos anos 1970, também contribuíram bastante para revelar a ponta do "iceberg" (dimensão da pobreza urbana)”. As injustiças e contradições que marcam a realidade social provocada pelo sistema capitalista têm se transformado em lutas e resistências face à real necessidade de sobrevivência, obrigando o Estado, a partir dessas interferências no urbano, a repensar o próprio espaço das cidades.

Embora observemos nos últimos anos uma diminuição da pobreza e da desigualdade de renda (tabela 3) a concentração de riqueza se mantém desigual e em grau elevado no país. Isso se dá devido à diminuição dos níveis de pobreza, sem necessariamente haver políticas voltadas ao crescimento da renda. Barros (2007) mostra que no final de 1990, 14% da população do país vivia em condições de indigência e 34% das famílias viviam com renda per capita inferior à da linha da pobreza, ou seja, 22 milhões de pessoas viviam como indigentes e 53 milhões como pobres. Medeiros, Souza e Castro (2015) constataram que,

a desigualdade no Brasil é muito alta e estável. O 1% mais rico da população adulta concentra mais de um quarto de toda a renda do país. Os 5% mais ricos detêm quase metade da renda. A concentração é tamanha

que um milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta, ...resultando numa desigualdade de renda muito alta e estável entre 2006 e 2012 (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015, p. 20).

Gráfico 1 - Concentração de riqueza e desigualdade de renda



Essa desigualdade, institucionalizada na segregação, no aumento da pobreza, no apartheid social (MARICATO, 1996) é construída pelos agentes sociais produtores desse espaço urbano que, segundo Corrêa (1995), são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos. Considerado a definição de Corrêa (1995) para excluídos como,

...aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas (CORREA, 1995, p. 24).

## 2.1 Racismo Estrutural

O racismo se constitui como um elemento estrutural de opressão no Brasil. Pesquisas sobre a segregação urbana, com base na raça, vêm sendo esboçadas desde a década de 1940, partindo da pesquisa de Pierson (1942) desenvolvida em Salvador. Em sua investigação, o autor constatou que a cor da pele dos moradores variava significativamente conforme a qualidade dos bairros, maior e classe coincidiam (TELLES, 2012, p. 170).

Iniciado no processo histórico de dominação portuguesa, essa opressão se traduz numa exclusão social identificada nos mais diversos aspectos sob os quais se queira compreender os entraves que persistem na estrutura da sociedade brasileira. Em suas falas, as mulheres negras entrevistadas foram unânimes em afirmar que a cidade é racista.

Alguns trabalhos são fundamentais para entender que o processo de escravidão, a forma institucionalizada da economia colonial e a formação do capitalismo no Brasil, repercutiu num processo de pobreza continuada.

Clovis Moura evidencia a marginalização de negros e mestiços, tendo como um dos muitos resultados um racismo à brasileira, baseado mais na cor da pele do que na origem racial. Para ele, em nenhum momento houve uma preocupação com os negros que se encontravam nas camadas mais baixas e que foram excluídas do processo econômico e se transformou na camada de marginalizados. Para Moura (1988),

Desde o início da formação da nação brasileira essa contradição é permanente, visível e se aguça progressivamente. Por isto fizemos a Independência conservando a escravidão e fizemos a Abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservou-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isto, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população (MOURA, 1988, p. 24-25).

Assim também afirma Prado Junior (2011) sobre a condição do negro e a consequente introdução na sociedade de classes, após a escravidão no Brasil ,

O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou em seu favor... As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade colonial, mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incomodo (PRADO JUNIOR, 2011, p. 284).

Moura (1983), discute como os negros entraram na sociedade de classes em grande desvantagem, derivada do preconceito racial.

Ao dizer-se que somos uma democracia racial, jogamos, ao mesmo tempo, sobre o negro explorado e discriminado a culpa da sua situação atual no sistema de estratificação social e posição de classes. Porque, se há iguais oportunidades para todos, o negro não se encontra no cume da pirâmide porque não quer: dissipa o seu tempo no samba, na maconha e no álcool. A igualdade perante a lei desse discurso justifica a desigualdade social real em que o negro brasileiro se encontra. O formalismo jurídico, a concepção formalista do processo de interação social determina, em última instância, que esse discurso liberal absolva os racistas (MOURA, 1983, p. 11).

Raquel Rolnik, em 1989, discutiu a questão dos processos de segregação dos negros nas cidades brasileiras, tendo como foco central as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Através de uma análise dos processos históricos e sociais que levaram a população negra a ocupar os territórios mais precários, desde o fim da escravidão.

É justamente essa pobreza institucionalizada que vai ocultar o caráter racista da economia. Como afirma Theodoro (2008),

Essa condição é, ao mesmo tempo, causa e consequência, no bojo de um processo que se auto-alimenta contínua e progressivamente. Mas a visão da pobreza associada ao negro, sempre eivada pela visão racista que atribui a este parte expressiva da responsabilidade de sua situação de carência, (...) acaba por naturalizar a própria pobreza. Nesse contexto, o estigma atua reforçando uma ciranda perversa na qual a existência da pobreza surge como parte constitutiva e natural de nossa realidade, especialmente quando sua cor é negra (THEODORO, 2008. p. 172).

A consequência desse processo se configura na desigualdade, que oferece ao negro a exclusão na cidade, uma vez que a grande maioria da população na constituição da nação brasileira era pobre e negra [...] a cidade se revelou a portadora da nova civilização (urbana industrial e moderna), mas também aí foi encarada como tendo um lado indesejável, a da pobreza. Foi à presença dos famélicos, “sujos, grosseiros” e que “deveriam” ser afastado dos olhares burgueses (VÉRAS, 2003, p.84).

Os dados sobre moradia, educação, emprego e violência nas cidades e nas periferias atestam para as privações e condições do negro e as precariedades, estigmas, discriminações e invisibilidades se fazem presente nas instituições e nos espaços a “ele destinados”.

Os negros e negras que se fixaram no chão de São Paulo e Rio de Janeiro, conforme dados do IBGE (1980; 1991; 2000; 2010) escreveram paisagens, espacialidades, territórios e lugares e, sob os efeitos do capitalismo urbano-industrial, do poder político e do racismo, foram expulsos do seu local de origem em direção aos espaços mais distantes do centro (OLIVEIRA, 2013, p. 73).

Logo, a produção do espaço é permeada também pela questão da raça. A herança anos de escravidão africana e posterior correntes ideológicas que inferiorizam o negro, aliadas ao mito da democracia racial causaram impactos na constituição da consciência dos problemas raciais e se manifestaram na ausência de conflitos raciais declarados. A este respeito, afirma Rocha (2009), que “o mito da cordialidade e da mistura entre as raças sempre serviu para amenizar as considerações sobre o racismo brasileiro” (ROCHA, 2009, p. 381).

Não é possível colocar a culpa do processo de racismo no Brasil apenas na escravidão. Segundo Cunha Junior (2017), no período republicano as populações negras sofreram fortíssimo regime de desqualificação social para o trabalho industrial e vida urbana na sociedade do trabalho livre, em oposição a regime anterior do escravismo. O argumento racial foi um processo construído política, econômica e historicamente, assim como a definição do conceito raça. Para Almeida (2019),

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta de novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir a unidade e a multiplicidade da existência humana (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Como justificativa para um projeto colonialista europeu que submetesse povos e nações aos ideais de alguns, era preciso justificar uma superioridade que explicasse práticas de genocídio e desumanização, impostos aos povos conquistados. Essa mesma teoria serviria para a não mistura das raças, cientificamente adotada, que inclusive transformaram negros em “Negro, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” (SCHWARCZ, 1993, p. 28).

Com os avanços científicos e as discussões conceituais, a partir do século XX, o conceito de raça passa a ser invalidado cientificamente, entretanto, ao pensar no aspecto histórico-sócio-político, é possível perceber uma diferenciação, conforme Kabengele Munanga:

Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam (MUNANGA, 2010, p. 11.)

A justiça também serviu como apoio aos interesses colonialista. Primeiramente para disciplinar a relação entre senhores e escravos, como afirma Achille Mbembe sobre a questão do direito e raça:

... o direito foi, nesse caso, uma maneira de fundar juridicamente uma determinada ideia de humanidade dividida entre uma raça de conquistadores e outra de escravos. Só a raça dos conquistadores raça de conquistadores poderia legitimamente se atribuir qualidade humana. A qualidade de ser humano não era conferida de imediato a todos, mas ainda que fosse, isso não aboliria as diferenças. De certo modo, a diferenciação entre o solo da Europa e o solo colonial era a consequência lógica da outra distinção, entre povos europeus e selvagens (MBEMBE, 2018, p. 15).

Somente com a Constituição de 1988, o crime de racismo tornou inafiançável e imprescritível. A Lei 12.288/2010 vai estabelecer a chamada Estatuto da Igualdade Racial, com o objetivo de:

Garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância religiosa (BRASIL, 2010).

Apesar da Constituição, a história do negro carece de suporte, o que os movimentos negros têm desenvolvido junto à sociedade, tendo participação fundamental na construção dos direitos fundamentais e sociais alcançados, embora a política econômica seja a grande controladora dos diversos setores da sociedade.

Ao analisar a economia pelo ângulo do racismo, apontamos para questão da desigualdade, expressa em dados estatísticos, mas cuja explicação se encontra na própria sociedade e nos aspectos sociais e políticos. A forma como se explica essa desigualdade muitas vezes faz a relação desigualdade salarial e mérito, para o qual não há grandes contestações e, portanto, se naturaliza. O resultado, segundo Almeida (2019) é tirar o foco na questão do racismo para,

- a) desviar o debate racial pra o campo da meritocracia, já que o racismo viraria um problema de superação pessoal;
- b) responsabilizar o indivíduo pelo próprio fracasso diante de um cenário de precariedade no sistema de educação. (ALMEDA, 2019, p. 165)

## **2.2 Raça e Espaço Urbano**

No processo de constituição das cidades, o Estado tratou a questão racial através de leis e políticas segregacionistas e de higienização, já que pela sua ausência, não enfrentou a questão racial em seu cerne, enraizada no país desde o período colonial. A forma de organização do espaço nas cidades, imposta desde o início da produção das cidades industriais e do processo de urbanização, se mantém espacializados na realidade de seus habitantes e está intrinsecamente vinculada à segregação racial. Para essa população os serviços e facilidades oferecidos pela cidade moderna não fazem parte da realidade, uma vez que distantes dos centros urbanos e dependentes de meios de transporte para acessar a cidade e usufruir do que ela oferece acaba se tornando uma opção difícil de se concretizar.

Florestan Fernandes (2008) foi fundamental para o reconhecimento da raça como categoria produtora de desigualdades, sob um viés marxista, entendeu raça como um resquício do sistema escravocrata que seria abandonado, à medida que o negro conseguisse

se inserir na sociedade de classes, o que não ocorreu. Hasenbalg (1995) foi outro pesquisador que contrariando Fernandes, acreditava que o preconceito e a discriminação raciais não deveriam ser compreendidos como uma herança do passado escravocrata, fadada ao desaparecimento à medida que o negro alcançasse posições de classes similares àquelas ocupadas, mas que o processo de alisar a raça como critério de hierarquização social, pois a discriminação serviria como base para o processo capitalista.

Embora não oficial no Brasil, a segregação racial se mostra instituída com a naturalização das desigualdades raciais e no mito da igualdade racial, manifestada na aceitação de ausência de conflitos raciais e na naturalização da pobreza negra. Oliveira (2013) apresenta sete argumentos para expor os resultados do mito da igualdade racial no urbano da cidade, delineando as consequências que desde as primeiras décadas do século XX, num retrato etnográfico da população negra nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, os negros e negras não passaram por processos de transformações estruturais, ao contrário, mantiveram-se em seus lugares pobres e distantes das melhores regiões da cidade, mostrando historicamente como os estudos sociológicos e antropológicos esteve desconectado das produções sobre o espaço urbano; mostra a sub-representação nos subterrâneos da cidade, nos cortiços e porões, avança em direção aos anos 40, analisando a segregação da população negra e pobre do Rio de Janeiro, a partir da posição social, da situação ecológica e da condição étnica.

O pesquisador continua enumerar a partir da análise de estudos sobre os lugares habitados por brancos e negros nas cidades brasileiras, passando pela discussão de como a pós-abolição e a inserção da população negra não se concretizou em grandes benefícios e termina por dizer que o país vive o apartheid social, onde os direitos não são assegurados aos mais pobres, neste caso, sobretudo aos negros (OLIVEIRA, 2013, p. 47-56).

A partir dessas afirmações admite-se conforme Almeida (2019) que o racismo é sempre estrutural, pois “ele integra a organização econômica e política da sociedade” ... e torna o racismo “a manifestação normal de uma sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 20-21).

Não se admite o racismo porque ele está efetivamente presente e disseminado em todas as instituições da sociedade. Não se trata, portanto, de analisar a postura individual, mas de que forma se constitui como inerente à própria sociedade, fruto de concepções criadas para a manutenção do poder e cuja consequência se manifesta na naturalidade das desigualdades sociais, políticas e econômicas e na consequente segregação de parte da população.

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e o sobrado, aos belos edifícios tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente; das senzalas às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 55) .

Os estudos na área de planejamento urbano ainda se mostram discretos em relacionar raça, classe e gênero, embora algumas importantes discussões se tornaram referência e já mostravam a necessidade de articular entre essas categorias, como as publicações de Raquel Rolnik (1989), Ney dos Santos Oliveira (1996), João H. Costa Vargas (2005), Maria Nilza da Silva (2006), Renato Emerson dos Santos (2012), Reinaldo José de Oliveira (2013), Danilo França (2014).

De modo geral, temos no Brasil a ideia de que não há segregação racial, mas sim uma diferenciação por classe social, porém estudos como os do geógrafo urbano e arquiteto Ney dos Santos (1996), de Edward Telles (2003) e Danilo França (2014) evidenciam a existência da relação segregação, raça. A evidência dessa relação se mostra na segregação, conforme Oliveira (2013), que significa “pôr à margem, isolar, separar e marginalizar determinado segmento social, político, racial e religioso no corpo da sociedade” (p 43).

A discriminação racial também pode ser resultante de mecanismos discriminatórios que operam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos. A essa modalidade de racismo convencionou-se chamar de racismo institucional ou, ainda, de racismo estrutural ou sistêmico. A grande inovação que este conceito traz refere-se à separação das manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial – tal qual conhecido e combatido por lei – e o racismo institucional, que atua no nível das instituições sociais. Esse último não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, mas atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais. Diz respeito às formas como as instituições funcionam, seguindo as forças sociais reconhecidas como legítimas pela sociedade e, assim, contribuindo para a naturalização e reprodução da hierarquia racial (IPEA, 2008, p. 7).

No Brasil, a segregação socioespacial assim como o racismo são velados (RONILK, 1989, p. 16). A intolerância e o racismo são a impossibilidade de aceitação de identidades diferentes da sua, criando uma valorização do eu e a inferiorização do outro. O negro então marcado pelas representações criadas ao longo do tempo terá sua identidade menosprezada por causa de sua cor e também pelo lugar em que ocupa espacialmente. O fato de não participar da cidade é um processo contínuo de criação da invisibilidade que nega o

racismo, mas afasta do convívio social e democrático da cidade. As estruturas sociais são consequência do racismo estrutural difundido nas estruturas espaciais, que mantém os privilégios fixos na estrutura de classes sociais. A segregação racial que existe no Brasil precisa ser entendida com critérios próprios, que levem em consideração os aspectos próprios da realidade brasileira.

### 3 A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Conhecida hoje como polo aeronáutico, tecnológico e industrial, a cidade de São José dos Campos se desenvolveu a partir da lavoura cafeeira e escrava, presente em todo Vale do Paraíba, sem, contudo, ter grande destaque entre as outras cidades do Vale do Paraíba, também produtoras de café. Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali (1996), ao trabalhar com trinta inventários de São José dos Campos entre 1870 e 1888, verificou que,

A documentação consultada indica que a cidade de São José dos Campos vinha se constituindo, e formando seus cafezais, pela presença bastante numerosa de pequenos e médios lavradores. Sítiantes e ‘meeiros’ povoavam aquelas paragens em grande quantidade. (...). Provavelmente seja essa uma peculiaridade das lavouras de café de São José dos Campos de finais do século XIX. Mesmo as maiores fazendas não deveriam ter as dimensões que as grandes fazendas dos barões do café, tiveram nos áureos tempos da cafeicultura, no Vale do Paraíba Paulista. (...) A grande maioria dos lavradores possuía, em média, de 10 a 15 trabalhadores escravos em suas fazendas” (PAPALI, 1996, p. 128-129).

Os escravos, que até então constituíam elemento essencial e parte indissociável da produção cafeeira, tornam-se livres a partir de 13 de maio de 1888, quando foi promulgada a Lei Áurea. Essa liberdade não ofereceu, entretanto, qualquer garantia econômica, de segurança e de assistência, mantendo assim a situação de exclusão social do negro, numa manobra arquitetada pelas elites envolvendo as questões de raça, trabalho e origem social.

De posse de capital originário da cafeicultura, elite começou o processo do desenvolvimento da indústria, tendo como mão de obra parte do excedente liberado com o fim da produção das fazendas e com a diversificação de serviços oferecidos, agora concentrados nas cidades que começam a se desenvolver. São José, inicialmente, não participa desse desenvolvimento que se concentra nas cidades de Jacareí, Pindamonhangaba e Taubaté (MOREIRA NETO; MELLO, 2010).

A industrialização e modernização, iniciada nas cidades, traz à discussão a questão sanitária, que passa a ser primordial para a implantação de políticas modernizadoras, cujo objetivo “era livrar as grandes cidades do fantasma das doenças, apoiando-se em ideais modernizadores de higienização, embelezamento e racionalização”, Almeida (2008). Motivados pelo bom ar do local e como forma de afastar das grandes cidades os doentes que ameaçavam os processos de modernização da cidade, São José Campos passa a ser uma Estancia para tratamento de tuberculosos.

A fase sanatorial teve importância decisiva para a efetivação do rápido crescimento e desenvolvimento, iniciada na cidade no final do século XIX, e oficialmente instituída como Estância Climática em 1935. (BELCULFINÉ, 2010). A cidade que contava no período inicial com cerca de 20 mil habitantes, passou a acolher e alojar em casas particulares, pensões ou hotéis, doentes de diversas partes do país em busca dos ares curativos da cidade, apesar da infraestrutura local ser muito precária naquele momento. O receio e preconceito que acompanhavam uma doença tão temida não impediu a chegada e nem a aceitação de um número tão grande de pessoas, possibilitando assim o dinamismo do comércio e um aporte financeiro por parte do Estado, que já convivia com o desenvolvimento industrial.

Foi um período importantíssimo para a cidade, no qual a presença da doença e dos doentes abriu a primeira porta de intervenções urbanísticas e das políticas públicas na cidade. Atraídos pelos ares, os doentes do peito chegavam aos bandos, procurando salvação. Foi pela via da doença que a cidade se modernizou. Essa modernização foi impressa em prédios, estruturas urbanas e bairros planejados, pela indústria e pela técnica, pela limpeza das ruas e alargamento das avenidas.<sup>2</sup>

São José dos Campos apresentou um crescimento demográfico expressivo totalizando em 2010 uma população de 629.921 habitantes (IBGE, 2010), comparado aos 36.702 em 1940, em decorrência de política governamentais que permitiram à cidade seu desenvolvimento, conforme atestam as pesquisadoras Souza, Zanetti e Papali (2015),

As bases que deram início ao processo de formação do Polo Científico Tecnológico de São José dos Campos remontam à década de 1940, quando o governo brasileiro, por intermédio do Ministério de Aeronáutica, criado em 1941, escolheu o município para a implantação de uma estrutura propícia à capacitação tecnológica e industrial do País para o setor aeronáutico. Do período que se estendeu do final da década de 1940 até o final da década de 1990, São José dos Campos passou de cidade sanatorial a cidade industrial e finalmente a cidade produtora e difusora de alta tecnologia relacionada ao setor aeroespacial (SOUZA; ZANETTI; PAPALI, 2015, p. 109).

A cidade também apresentou um acelerado processo de urbanização, além de importantes transformações na estrutura econômica, consolidada a partir da década de 1960, quando deixou de ser estância climática destinada ao tratamento de tuberculosos. De cerca de 72 indústrias, chegou em 1994 a 748 empresas, segundo Colvero e Santos (2019).

Segundo Soares, (2009, p. 89), até o final da década de 1930, a base da economia joseense se deu pela tuberculose, com os doentes, sanatórios e a infraestrutura típica da

---

<sup>2</sup> (<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc/>)

estância, porém, o autor ressalta que a cidade ainda não fornecia aparato econômico para a administração local investir em mudanças urbanas.

Fenômeno singular no Brasil, o doente da fase sanatorial joseense vai ser atraído para o espaço urbano central, espaço que receberá, graças ao capital oriundo da doença e de seus imigrantes, uma atenção maior do poder público, viabilizando e sustentando a modernização da cidade. A fase sanatorial joseense privilegiou o espaço central da cidade, modernizando-o sob os auspícios da doença. Foi justamente a doença que retirou de São José dos Campos o status de cidade morta (ALMEIDA, 2008, p.61).

Somente a partir da inauguração da Dutra em 1950, “quando definitivamente começa”, o processo de industrialização que passaria a comandar o desenvolvimento da cidade e do município, segundo a Prefeitura Municipal de São Jose dos Campos” (PMSJC, 1994, p. 32), é que uma nova política urbanística começa a se desenhar na cidade. Convivendo ainda com o período sanatorial (1924 a 1960) as primeiras indústrias na cidade giraram em torno do tratamento da tuberculose, seja de alimentação e seus derivados, vestiários e calçados e mesmo de imóveis, seja locação ou venda, e se serviços relacionados à saúde, conforme aponta Chuster (2010), tendo sido em 1933, estabelecida a zona industrial que começa a ganhar os primeiros destaques pela política de descentralização de investimentos estatal, pela localização privilegiada.

Com a chegada das indústrias e a possibilidade de aportes financeiros, a cidade passa a desenvolver seu novo potencial urbanístico, efetuando as medidas necessárias de infraestrutura urbana, como redes de esgotos, pavimentação de ruas, iluminação, condição que favoreceria as grandes transformações necessária à obtenção de investidores para a dinamização da economia.

Os pobres, que inicialmente foram a fonte de recursos para a cidade se tornam peça secundária e a própria história da cidade passa a ser redesenhada, de acordo com a orientação do mercado financeiro e dos aportes da indústria e do capital.

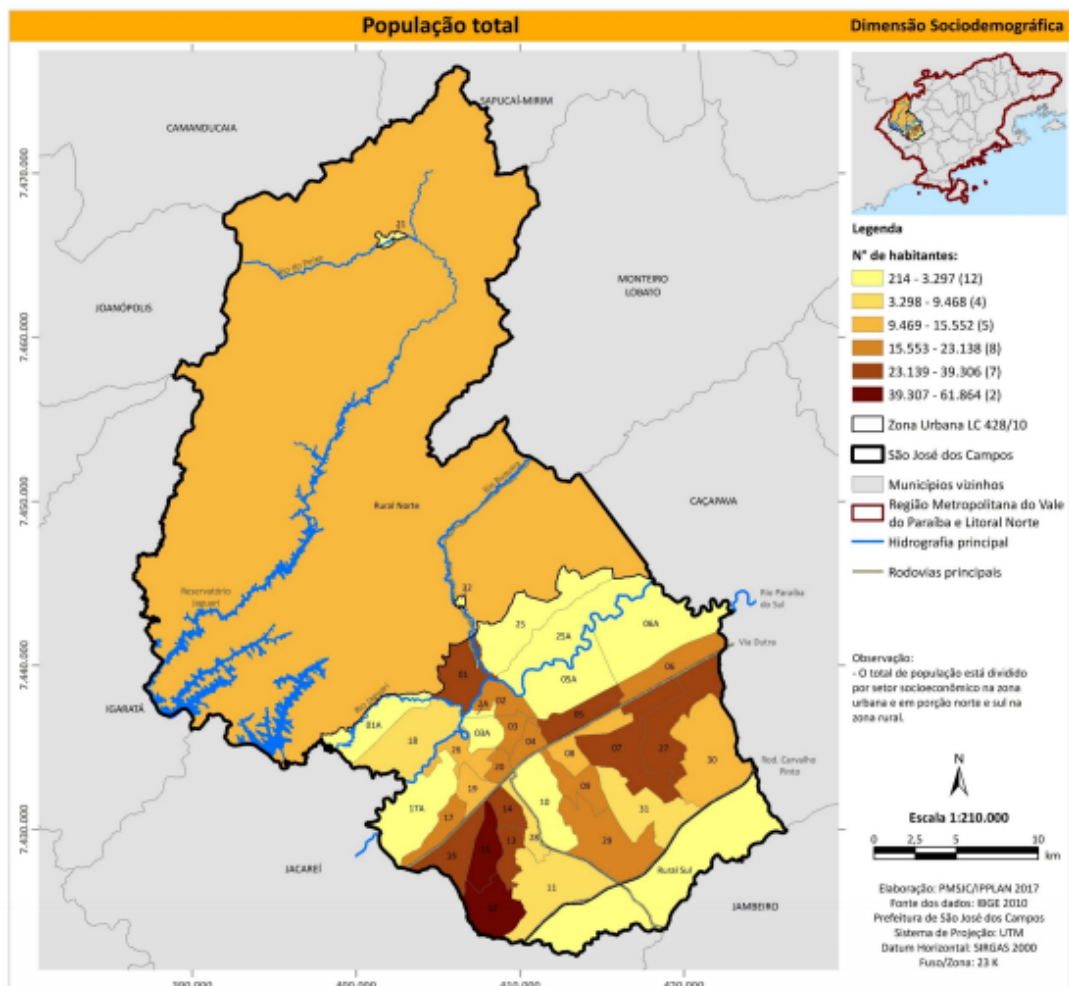
Segundo os pesquisadores Souza, Zanetti e Papali (2015), todo processo de industrialização se desenvolve em três fases, sendo a primeira entre 1920 e 1940, com as indústrias do setor de cerâmica e tecelagem, a segunda fase entre 1950 e 1960 com a instituição de um parque industrial e uma maior diversidade de produção.

Podemos afirmar que a intervenção do Estado na então Estância de São José dos Campos, foi crucial para que as mudanças urbanas passassem a ocorrer de forma acelerada, levando à cidade a abandonar então a fase sanatorial e entrar efetivamente na fase industrial, principalmente a partir da década de 1950.

Localizada num local privilegiado com fácil acesso para todas as regiões do país, Figura 2, graças a construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, a cidade passa a ter seu desenvolvimento industrial, e decorrência das facilidades e incentivos governamentais, e concentração populacional e urbanístico muito ligado à rodovia, conforme Costa (2007),

Com o intuito de atrair o capital industrial, foi promulgada, em abril de 1952, uma lei que isentava de impostos municipais as indústrias que se instalassem em São José dos Campos. Essa lei teve importância fundamental e atraiu novas indústrias para a cidade. O incentivo fiscal oferecido pelo município totalizava um prazo de isenção de cinco anos dos impostos municipais às fabricas com mais de 30 operários. Numa progressão, a fábrica que empregassem mais de 500 operários era isentas por 15 anos do pagamento desses impostos (COSTA, 2007, p. 82).

Figura 2 População Total e Principais rodovias em São José dos Campos



Fonte: São José dos Campos, 2017.

A instalação do CTA (Centro Técnico Aeroespacial), do ITA (Instituto Técnico Aeronáutico) atraiu a vinda de importantes indústrias à cidade nas décadas de 1960 e 1970, (Tabela 3)

A política desenvolvimentista instituída pelo governo federal atraiu potentes empresas multinacionais para a região, da mesma maneira que despontou no cenário brasileiro, indústrias nacionais com grande potencial industrial.

Tabela 3 Instalação de indústrias no município de São José dos Campos – 1940 – 2003

**Tabela 3**

Ano	Nº de indústrias
1940	45
1950	65
1960	72
1970	284
1975	368
1980	351
1985	454
1996	865
1997	912
1998	918
1999	967
2000	988
2001	1.075
2002	1.161
2003	1.171

Fonte: Souza, Zanetti e Papali (2015).

No início da década de 1940, com a chegada da Embraer e com algumas outras indústrias estabelecidas na cidade, consolida-se a “marca” de São José dos Campos como cidade tecnológica e industrial, de modo a “apagar” o passado de cidade dos tuberculosos (SOUZA, COSTA, 2010). As empresas atraem cada vez mais profissionais qualificados, desenvolvendo também os serviços para atender à necessidades do mercado, permitindo um crescimento exponencial da população (Tabela 4), em busca de colocação na “grande” e tecnológica cidade em crescimento.

Tabela 4 Dados demográficos de população urbana e rural do município de São José dos Campos

Fonte: Souza, Zanetti e Papali, 2015.

O grande crescimento e a aproximação com São Paulo, deixa a cidade de São José com aspectos e características da metrópole, segundo Lencioni (2004). Este fato é próprio de cidades médias que receberam investimento de capital, e desenvolveram políticas de gestão e atividades de serviços muito parecidas com as da metrópole.

Acrescentem-se a essas características, outras, como a tendência ao desenvolvimento de vários centros comerciais e de serviços nas cidades, a construção de shoppings centers, a forma de consumir e viver semelhantes à da metrópole, bem como a presença crescente dos socialmente excluídos (LENCIONI, 2004, p. 157).

Como consequência do rápido desenvolvimento econômico e do aumento populacional, os problemas habitacionais urbanos também se mostraram crescentes na cidade. A primeira favela data de 1931, tendo em 2000 atingido o número de 22, sendo 9.230 moradores desses assentamentos.

No entanto, segundo estimativa da Prefeitura de São José dos Campos, o número de favelados passa de 3.7643, em 1977, para 5.535, em 1979, o que demandava para o poder público investimento em habitação (RESCHILIAN, 2010, p. 172).

A cidade se estruturou para conter a crescente favelização e a reorganização do espaço urbano, estruturando o primeiro plano de desfavelamento, além de implementar nos anos seguintes políticas para a erradicação das favelas e construção de moradias, principalmente localizadas nas regiões sul e leste do município. Entretanto, Reschilian

(2010) afirma que essa política não gerou políticas urbanas suficientes para conter a expansão periférica a cidade, conforme verificado na Figuras 3, 4 e 5 .

Figura 3 Urbanização e modernidade na cidade de São José dos Campos



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos. Álbum 72157705149397642

Figura 4 Área do Banhado em São José dos Campos



Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Álbum 72157705149397642

Essa lógica capitalista vai direcionar o planejamento do espaço urbano em São José dos Campos: “dos loteamentos residenciais vão surgindo bairros de luxo e bairros pobres, formando um tecido urbano fragmentado, segregacionista e desordenado” (COLVERO; SANTOS, 2019).

Figura 5 Projeção da obra Ponte Estaiada



Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Álbum 72157705149397642

No contexto industrial e capitalista, São José dos Campos, a cidade industrial e tecnológica produz uma urbanização que não atende a necessidade de moradia, por exemplo, segundo Paulo Eduardo Oliveira Costa (2007) e se constitui então como uma cidade de abismos sociais, conforme Figura 6. Se por um lado, na região oeste os bairros possuem qualidade de vida com IDH de países de primeiro mundo (0,932) em outras regiões afastadas do centro o IDH DE 0,622, conforme dados publicados pela prefeitura no estudo "São José em Dados", de 2006.<sup>3</sup>

A desarticulação entre política urbana e a política habitacional durante as décadas de 70 e 80, ocasionou a localização dos loteamentos de baixa renda em regiões periféricas, contribuindo para a expansão desordenada da mancha urbana, encarecendo o provimento de infraestrutura e segregando espacialmente a população de baixa renda, principalmente ao Sul do município (COSTA, 2007, p. 44).

O processo de periferização da cidade, resultante de fatores históricos, econômicos e sociais e regidos pela lógica do capital, vai conduzir para o processo de desigualdade e

<sup>3</sup> Disponível em [http://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/667370/sjdados\\_2016.pdf](http://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/667370/sjdados_2016.pdf). Acesso em 17/11/2019

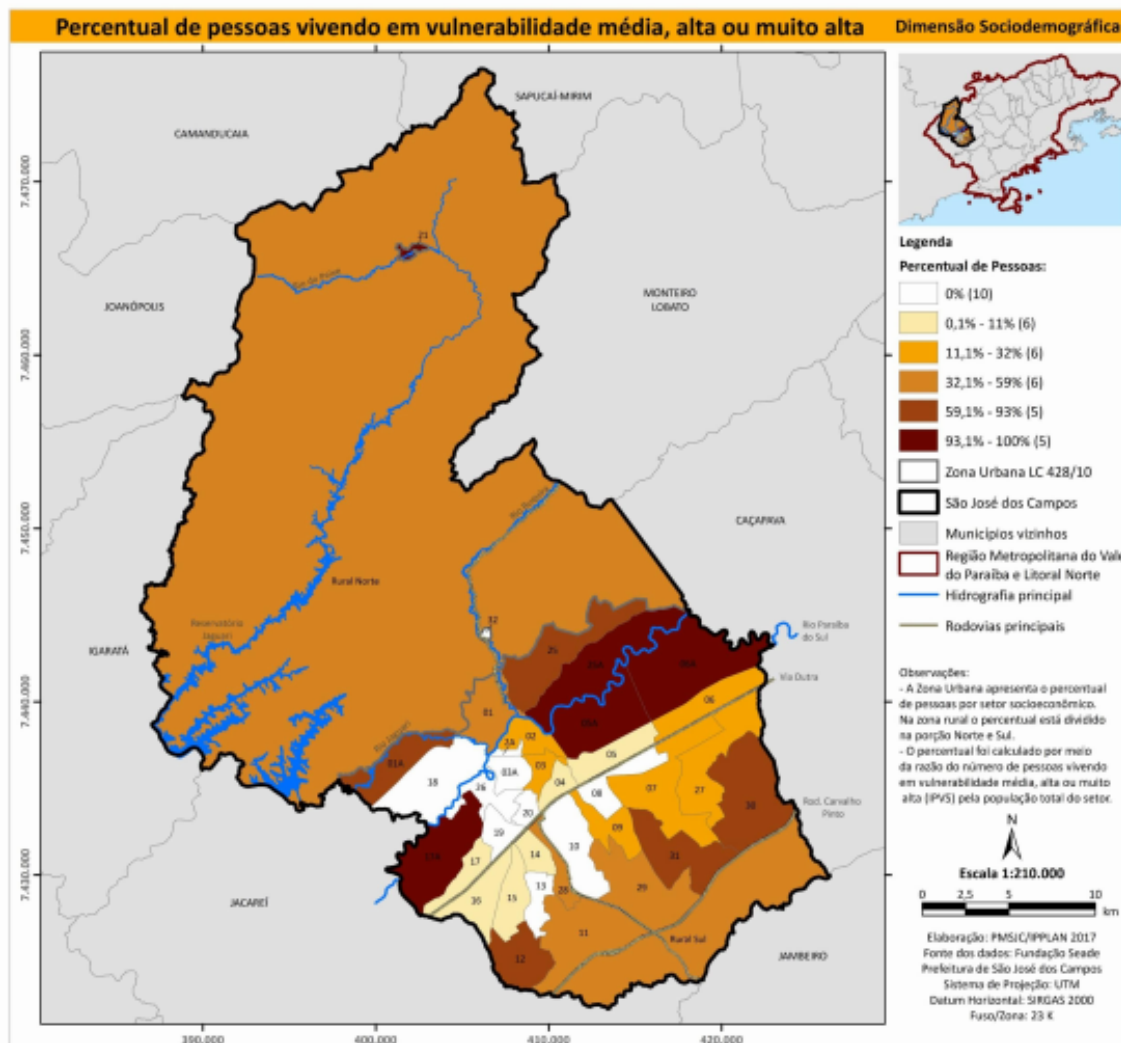
segregação espacial cuja consequência vai além do local de moradia, impactando na formação de estigma e preconceito.

As políticas voltadas à industrialização e modernização criam cidades para os mais ricos, que em busca de melhor qualidade de vida, procuram abrigo em loteamentos fechados, locais de moradias mais exclusivistas e afastam para os lugares mais distantes toda uma população que fica impedida de participar da cidade industrial e tecnológica. Em prol do desenvolvimento e urbanização aos moldes da metrópole, São José dos Campos desencadeia o processo de segregação.

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada da do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista (CARLOS 2004, p. 141).

Este processo segregador “[...] segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142 – grifo no original)”, recria novas formas de viver e sobreviver nas cidades, impede o exercício do regime democrático, o direito à própria cidade e o pleno exercício da cidadania, já que é seletivamente utilizado pelos diversos tipos e modalidades do capital (SANTOS, 1991).

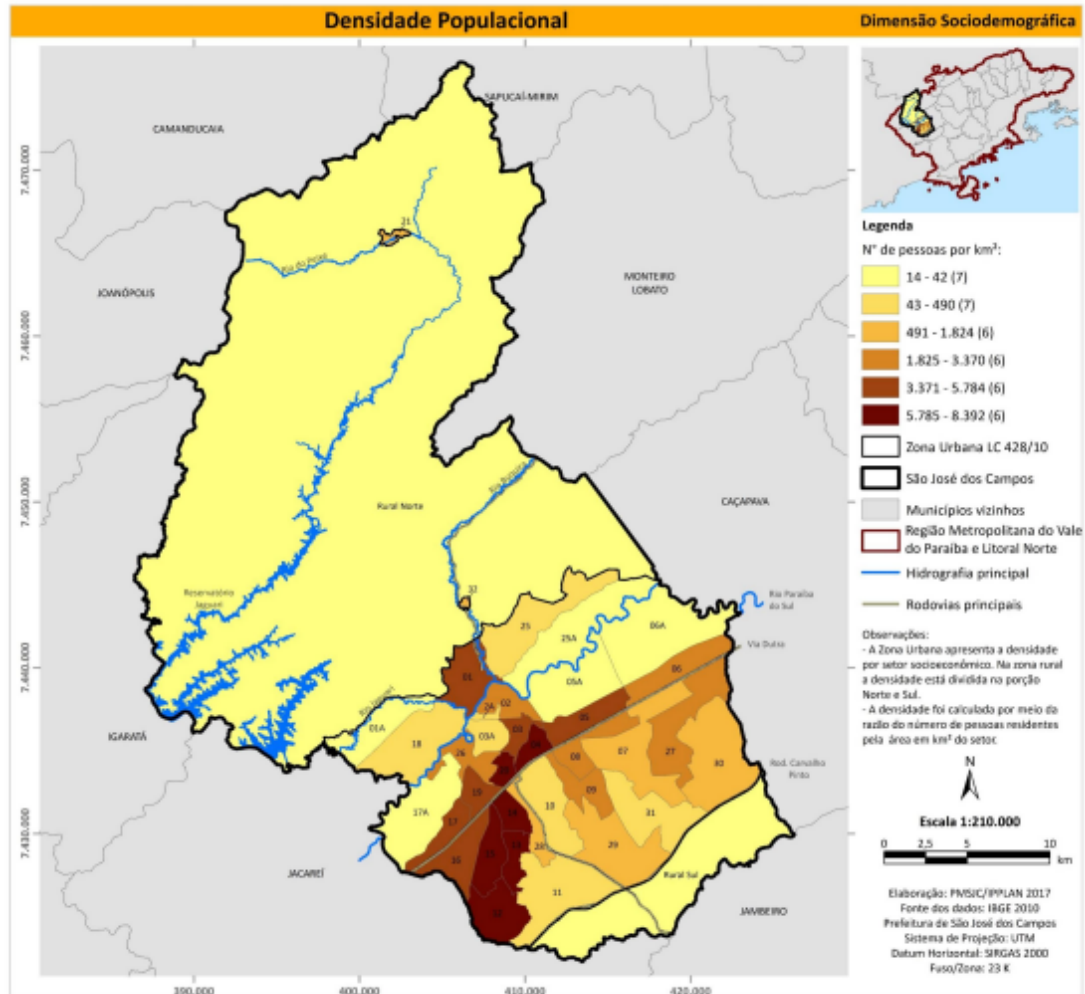
Figura 6 Mapa de vulnerabilidade de São José dos Campos



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos, Plano Diretor, 2017

O capital das indústrias que se instalaram em São José dos Campos, definiu o modelo de urbanização da cidade, conforme Harvey (2014, p. 30), “O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir”. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Se em algum momento a doença fazia sentido ao crescimento e urbanização da cidade, em outro a indústria vai definir a forma de organização do espaço.

Figura 7 Densidade populacional de São Jose dos Campos



Fonte: Prefeitura de São José dos Campos, Plano Diretor, 2017

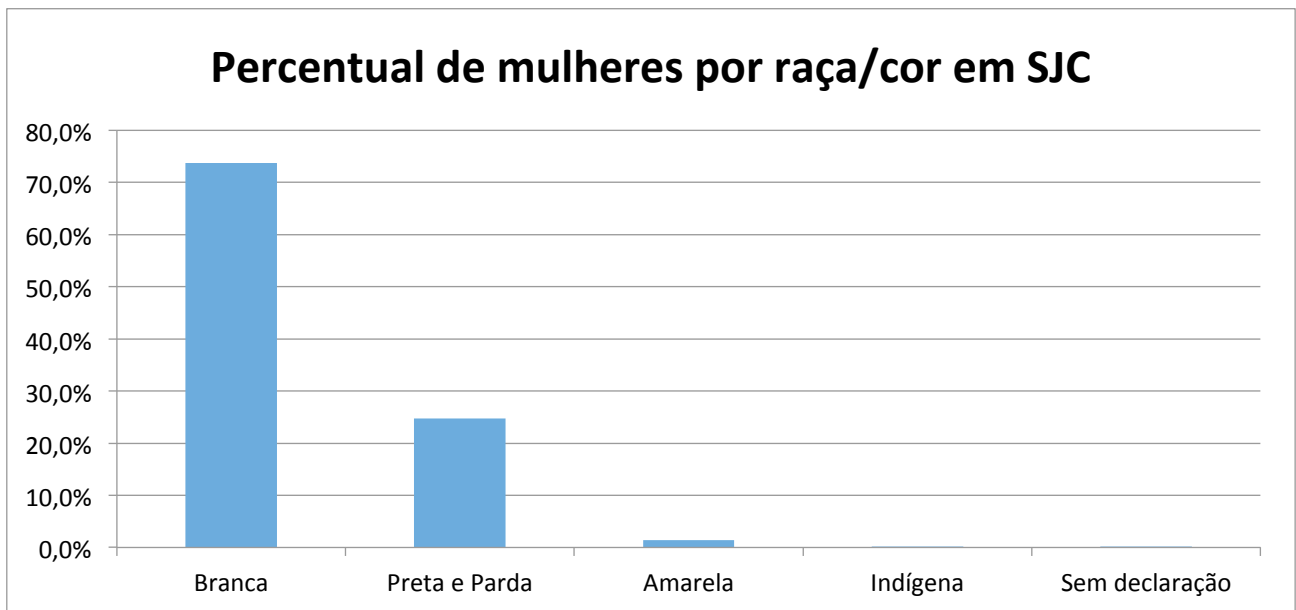
A concentração populacional se apresenta maior na região Leste e Sul da cidade e está intimamente relacionada ao nível socioeconômico (Figura 7). O Plano Diretor (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2017), demonstra que as regiões mais desenvolvidas do município são a Centro II e a Oeste, pois, nestas há uma melhor infraestrutura urbana e, conseqüentemente, econômica. Isto, denota, contudo, uma concentração da população negra nas periferias, como veremos mais adiante.

### 3.1 A mulher negra na cidade de São José dos Campos: segregação e racismo

...então, as negras estão na periferia, você vai encontrar elas nas rodas de samba, quando se trata de diversão. Você vai encontrar elas, na questão do trabalho em cargos não menos importantes, mas secundário. Elas vão estar sempre sub-representadas (E5, 2019).

Nesta seção procura-se, a partir da análise das entrevistas, entender como a mulher negra se relaciona com a cidade. Segundo o último censo do IBGE (2010), a cidade de São José dos Campos possui uma população de 79.535 mulheres pretas e pardas, o que representa 24,8% da população percentual inferior à média do Brasil, representada em 49,7%, conforme Tabela 5.

Tabela 5 Dados demográficos de mulheres por raça/cor em São José dos Campos



Fonte: IBGE de 2010. Dados selecionados pelo autor e elaborado por Leandro Becceneri.

Para fins de política pública em São José dos Campos, a Assessoria de Políticas da Igualdade Racial relatou em entrevista (Anexo IV), não dispor de dados que identifiquem os negros (quantos são, onde se localizam, como vivem e como interagem com a cidade). Os dados utilizados pela Assessoria são do Cadastro Único (**CadÚnico**) da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão, que apresenta os números daqueles que estão inseridos em algum programa de política de assistência social, mas que efetivamente não representam a realidade da população negra na cidade.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, reúne informações de famílias que possuem renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo ou ainda aquelas com renda familiar total de até três salários. Regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a este público. Por meio de sua base de dados, é possível conhecer quem são, onde estão e quais são as principais

características, necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população. Ele deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. A sua gestão também é descentralizada e compartilhada por União, Estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2017).

De acordo com o relatório da Vigilância Socioassistencial do Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, datado de agosto de 2019, e apresentado pela Assessoria de Políticas da Igualdade Racial, a cidade possui 151.486 pessoas cadastradas no CadÚnico (Anexo III), sendo que deste total 9.707 são negros. Questionada sobre esses dados Edna Gomes, explica que,

EG - São José não tem nenhuma pesquisa oficial que realmente retrate o perfil da população negra. A única que a gente utiliza é o IBGE. E a gente utiliza bastante as informações do CadÚnico, que é o Cadastro único da Assistência Social, tanto federal, como municipal e estadual.

RL – Então você tem o número de população negra em São José?

EG – Inseridos no cadastro eu tenho.

RL – Você sabe quantos e onde estão?

EG – Sim. Qual o benefício que eu tenho mais.

RL – Será que você consegue me dizer quantos desses são negros, e desses negros são mulheres?

EG – Tenho sim. E de forma geral, eu te falo que o número é superior a 60% de população negra. A gente também chegou a fazer uma pesquisa interna do número de alunos da rede pública, então a gente tem uma pesquisa bem fechada. Dos alunos do estado, tivemos a devolutiva, mas a gente não recebeu números. Então a gente trabalha nas escuras. Porque os dados do IBGE, você tem que trabalhar aqueles dados, não dá pra confiar totalmente. O IBGE traz a informação que a população negra de São José é de 25%. Abaixo da média brasileira e do estado de São Paulo.

RL – E a questão das mulheres, existe alguma política específica pra mulher negra?

EG - Não. São José tem uma rede de proteção a mulher muito boa. E dentro disso, as mulheres negras estão inseridas, mas específico pra mulher negra, nós não temos. Mas eu vejo a questão da mulher negra aqui em São José como questão de linha de frente, no comercio, você vê a mulher negra em todas as pontas do comercio. Entre os professores, nós temos uma gama muito grande de mulheres negras. Mas específico pra mulher negra, nós não temos nada oficial. (EG, 2019)

O fato da prefeitura não dispor de dados atuais sobre as mulheres negras se mostra uma dificuldade para a criação de políticas específicas para a mulher negra. Embora EG tenha informado da existência desse cadastro, esta pesquisadora não obteve a informação do número de mulheres na cidade, que EG afirmou utilizar.

São José dos Campos possui número menor de negros na cidade, o que não explica a confinamento dos negros aos bairros periféricos. O processo de desterritorialização dos escravos, o deslocamento para as cidades no pós-abolição, a busca por novos espaços de reorganização territorial, sempre foram formas de adaptação dos negros a sua realidade. A constituição da “cidade marginal em contrapartida à cidade civilizada”, sintetiza a segregação socioespacial e racial nas cidades.

Essa ideia de se criar a cidade civilizada que expulsa os pobres, remota do final do século XIX e início do século XX, num modelo de modernização do Rio de Janeiro, e que se espalhou para outras cidades do país, cujo objetivo era europeizar a cidade, limpando-a de todo passado que a ligasse a uma sociedade patriarcal. A ideia de afastar e segregar os pobres, que eram em sua maioria negra naquele momento do Brasil saído da escravidão, e combater a proximidade entre civilizados e pobres marginais, ditava a forma e viver na cidade, conforme explica Mary Del Priori (2006)

O prefeito Francisco Pereira Passos planeja a reformulação da cidade do Rio de Janeiro, o mesmo que Hausmann havia feito em Paris. Juntamente com essa transformação física da cidade, surgem novas atitudes em relação à pessoas e situações. A proposta era ser “civilizado”, como o eram os franceses e os europeus em geral. Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibida por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos e comunidades, e até mesmo a serenata ou boêmia sofrera restrições. Na mesma direção, cultos populares e religiosos foram proibidos. A pobreza se tornou um problema para a capital e não era mais tolerada o centro da cidade; campanhas da imprensa procuravam eliminar pessoa ou grupos marginais do centro da área urbana (DEL PRIORI, 2006, p. 226).

Lembrando que a pragmática da escrita visa “Orientar o leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixaria escapar” (BOURDIEU, 1999, p. 709), elenca-se aqui algumas categorias para análise a partir da transcrição das entrevistas, sabendo que essa análise não se encerra neste trabalho, uma vez que o pesquisador num processo de leitura de uma realidade transcrevendo-a, redefinindo-a, assim, colocando seu ponto de vista sobre a mesma. “Transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever” (BORDIEU, 1999, p. 710).

Instituído oficialmente como algo ruim, a ideia da que associa a marginalidade à pobreza e conseqüentemente à cor, cria discriminações que persistem em nossa sociedade até hoje.

### ***3.1.1 Racismo na abordagem policial***

O racismo se expressa no campo da segurança pública. Essa afirmação é resultado da pesquisa “Filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais”<sup>4</sup>, que identificou os mecanismos de atuação das Polícias Militares de São Paulo, Minas Gerais, do Rio de Janeiro e Distrito Federal.

A forma de tratamento oferecida aos negros pela polícia se mostrou presente em algumas falas. Conforme entendem as entrevistadas 10 e 18, a segregação racial na cidade é evidente, sobretudo, quando envolve as abordagens policiais.

E-10 - Como eu sempre morei em bairros periféricos, essa questão racial ela é presente, por exemplo, quando tem uma abordagem policial você enxerga. Mas entre as pessoas não é muito discutido, porque na maioria somos pessoas negras.” (E-10, 2019).

E05 – não. E a questão do abuso policial. Tem um amigo meu que tem moto e carro. E ele fala que toda vez que ele sai de moto na rua, ele é parado. Todas as vezes. E ele já foi revistado na rua, e ele trabalha em um supermercado, e ele tava na rua. E o policial viu que ele tinha um iphone, e o policial disse que ele tinha roubado. Porque ele trabalhava num supermercado e ele não tinha renda

### ***3.1.2 Racismo nos espaços de consumo***

Por serem construções de cunho consumista, os shoppings centers refletem dinâmicas sociais amplas, podendo, então, reproduzir práticas de segregação e de discriminação da sociedade. Ainda que os centros de compras integrem atividades essenciais, a exemplo dos serviços públicos, as entrevistas mostraram tratar-se de um local onde o racismo se manifesta de forma cruel.

E18 – eu tinha um namorado negro, nós viemos passear no Centervale (**shopping da cidade – grifo do autor**) e ele falou assim: “nem o garçom é negro aqui?” (E18, 2019).

A E5, afirma que os preconceitos são “velados”, ou implícitos, no entanto, ela sente a discriminação em determinados espaços de classe média alta em São José dos Campos.

<sup>4</sup> Disponível em [https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/pspvolume5/filtragem\\_racial\\_selecao\\_policial\\_suspeitos.pdf/view](https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/pspvolume5/filtragem_racial_selecao_policial_suspeitos.pdf/view). Acesso em 18/01/2020

E5 – Tem uma loja aqui em São José que eu vou lá, e toda vez que eu vou, o segurança fica de olho, e ele fica seguindo no corredor. Todas às vezes. É muito desconfortável, porque eu gosto de ir, mas eu sinto isso. No Vale Sul Shopping tem muito isso. O segurança sempre fica com aquele rabinho de olho. Mas acho que nada foi muito explícito até agora (E5, 2019).

O incomodo de ser vigiada, seguida e observada em shoppings ou lojas das regiões mais elitizadas da cidade é outro fator comum e presente nas entrevistas, razão pela qual ela prefere não frequentar alguns locais e eventos da cidade, ficando por vezes no seu bairro, pela comodidade de deslocamento, pela discriminação, pela falta de sentimento de pertencimento às várias regiões da cidade. A E12, mais uma vez, reitera a posição das outras entrevistadas.

RL – Você sente olhares diferentes dependendo de qual bairro você está?

E12 – com certeza. O que é aquele Aquarius, gente? Eu me sinto do mesmo jeito que eu me sinto no SESC, eu me sinto no Carrefour. A gente não se sente bem no Colinas, naquela praça de alimentação. Os melhores filmes, que são os legendados passa lá, isso que é o pior. Eu me sinto bem no Novo Horizonte, no Campo dos Alemães.

Assim como as AE13 e 24:

E24 – E tem outro caso aqui na Padaria 24h. Meu marido tinha saído e eu achei que ele tava lá, eu cheguei lá, dei uma olhada, e ele não estava. E minha filhinha que tem 4 anos, ela tinha meses e estava no meu colo, e a gente bem arrumado. E veio uma moça, e perguntou se eu queria comer alguma coisa. Ela não olhou pra minha maquiagem, pra minha roupa, ela só olhou pra minha cor. É uma moça loira. É uma cidade bastante racista, sim. Até mesmo as mulheres brancas reconhecem que são privilegiadas.

O discurso sobre os espaços “proibidos” e “permitidos” aos negros, que se estende, conseqüentemente, às mulheres negras, revelam que o lugar que esses indivíduos se sentem mais desconfortáveis, entre outros, é o shopping localizado na região mais nobre da cidade.

E13 –. É entrar no Shopping Colinas, por exemplo, num restaurante, numa loja, e o olhar é diferente. Ou é um olhar de “o que ela ta fazendo aqui?” ou é um olhar de “que legal que ela ta aqui”. A região oeste da cidade...

RL – E você frequenta que lugares na cidade, diversão, você frequenta outros bairros em São José?

E8 – eu fico muito concentrada lá no bairro e no Centro.

RL – E nesses lugares você acha que tem uma forma diferente de olhar, um preconceito?

E8 – com certeza. É aquela questão do olhar. Não tem aquela coisa explícita de você chegar e falar. Mas eu acho que o olhar fala tanto, quanto.

RL - Você sente que algum local da cidade, ou algum bairro da uma discriminada por causa da cor?

E8 – tem um caso engraçado. O meio entre a central e a oeste, ali por ser considerada uma área mais elitizada as pessoas já olham meio assim. Eu particularmente fico bem desconfortável. Por ser algo muito fora do padrão. Eu tô acostumada com a zona sul.

RL – Lá você se sente confortável?

E8 – isso. O Colinas eu nem vou muito nele porque ele é considerado mais elitizado, realmente é um lugar que as pessoas olham meio assim.

RL – Você já passou por algum processo de discriminação?

E21 – ah, já. E o racismo é velado.

RL – Mas alguma coisa explícita, assim...

E21 – então, há pouco tempo eu fui renovar minha habilitação. E eu precisava tirar dinheiro no caixa eletrônico. Eu entrei no shopping Colinas e eu não sabia onde ficava o caixa eletrônico. E eu perguntei pra uma vigilante. Daí ela me explicou. E eu fui, nem olhei pra trás. E quando eu estou lá no caixa eletrônico tirando dinheiro, a moça que eu tinha perguntado estava do meu lado, olhando todos os meus movimentos. Mas eu percebi que ela me seguiu. Mas isso foi uma atitude absolutamente racista.

RL – Você frequenta outros shoppings na cidade?

E21 – o Centervale. Porque é mais próximo. As lojas são populares. Eu não frequento o Colinas.

RL – Mas só por conta de as coisas serem mais caras, ou você sente...

E21 – aqui em São José, se eu vou à farmácia da esquina, eu me sinto constrangida. Em qualquer lugar. Eu morei 4 anos em Salvador. Eu morei mais de 20 anos no Rio. Então você percebe os olhares. São Jose tem um olhar atravessado pro negro. Pra você ter uma amizade branca, a pessoa vai ter que te conhecer primeiro. Porque o primeiro olhar dela é discriminatório. Por isso você prefere frequentar os mesmos lugares (E24, 2019).

### 3.1.3 Racismo quanto ao local de moradia e mobilidade

O preconceito e a discriminação em relação ao local de moradia, herança da limpeza da cidade moderna, é outra característica comum trazida pelas entrevistadas, quando o assunto é o bairro em que moram:

RL – você já sentiu algum tipo de discriminação por morar nesse bairro?

E5 – em relação a mim, não. Mas tem sempre aquela piadinha do União porque é uma área muito próxima ao antigo Pinheirinho. Só tem uma pista de diferenciação. Então tem essas piadas. E também é um bairro que tem essa questão de drogas, porque é muito próximo do Campo dos Alemães também. Tem muito essa piadinha. (E5, 2019)

As consequências muitas vezes de uma localização nas extremidades da cidade, inibe seu acesso às diferentes áreas da cidade, o que interfere na sua locomoção.

E19 – Ali no Banhado tem a favela. Que o governo tá há anos tentando tirar a população dali. A gente sabe que é uma questão estética. Porque tem os bairros que são muito afastados. O transporte é um dificultador do acesso. Eu tenho essa visão de é como eles quisessem esconder. Que São José quer passar a imagem de que é uma cidade branca e linda. Essa questão de eugenia mesmo, de limpar. E19, 2019)

E-08 – Na Zona Sul principalmente agora que eu tô no Colonial. Porque lá é o último bairro da zona sul. Ele tem bastante acesso a vários ônibus, só que por ele ser considerado a “quebrada” e tal, ele ‘depois de tudo, do lado do Campo e tal, e o pessoal sempre fala que é muito longe , ou que é “quebrada”. Os meus amigos nem tanto, mas quando eu preciso dar alguma identificação, eles já olham torto. (E08, 2019)

A possibilidade de morar em locais mais centralizados, em bairros nobres ou em condomínio parece não ser comum ao negro.

E7 – eu morei no CTA na base militar. Morei de 2007 a 2016, que minha mãe aposentou, e depois minha mãe se mudou pro Tesouro... eu consigo perceber mais pelo contraste de quando eu morava na base militar, ainda continua sendo minoria, mas agora eu consigo perceber por causa desse olhar crítico.

RL – na base militar como que era?

E7 – branco, branco, branco. Eu via muito pela minha mãe. Sempre quando eu entrava na escola, perguntavam o que pai fazia, e eu falava que quem era militar é minha mãe. E perguntavam o que ela fazia e eu falava que era enfermeira. Muitas pessoas não acreditavam que eu morava no CTA. Até lá mesmo no Mariotto onde eu estudei, 90% branco. Mas muitas moravam em periferia, eu era a única que tive o privilégio de morar em condomínio. (E-7, 2019)

RL – onde você mora tem mais negro ou branco?

E9 – não tem nenhum negro.

RL – é no Vista Linda?

E9 – ali é considerado um condomínio. Então tem muito juiz, advogado. É considerado um bairro de classe média, então só tinha eu e minha amiga negra. (E-09,2019)

E-19 – Aqui especificamente é mais diversificado. Antes eu conseguia ver mais pessoa negras aqui. Mas acho que como o bairro tá crescendo, tá ganhando muitos prédios, então tá mudando. Tanto questão de cor, como social. Eu vejo mais carros maiores, coisas que eu não via antes. (E19, 2019)

E-13 – no condomínio aonde a gente mora, que não é nada complicado de entrar, duas ou três vezes que tem um porteiro novo que pergunta, o carro da frente passa, e eu tenho de mostrar o RG. (E13, 2019)

De acordo com as entrevistadas, somente 12% das mulheres negras se encontram nos bairros considerados elitizados e centrais da cidade. As outras 88% das mulheres negras entrevistadas estão dispersas em várias regiões da cidade, sempre mais periféricamente.

A política de industrialização implementada na cidade, alia o embelezamento da cidade e a propaganda para atrair mais capital e investimentos e constrói uma cidade que não atende essa população fixada nas regiões mais distantes do centro, localizada agora em favelas e moradias de alto risco, que acabaram por ser transferida para conjuntos habitacionais, mas que mantém a precária infraestrutura. Em contrapartida, a região sudeste da cidade recebe uma concentração da classe de alta renda, em decorrência da política do mercado imobiliário, que cria atrativos como segurança, tranquilidade, ar puro, belas paisagens, qualidade de vida, indicadores que se mantêm garantidos pelo difícil acesso à região em virtude do precário transporte coletivo.

Na figura 8, observamos a localização das mulheres negras na cidade, segundo o IBGE (2010), que coincide com as residências das entrevistadas, sempre os locais mais afastados da região central.

E9 – é uma cidade elitizada. Mas é uma cidade dividida. Ou você tem dinheiro ou não. Ou você tem um pouco e já tem preconceito. Aqueles que mais têm preconceito são os que tem poder aquisitivo. Aqui em São José eu não morei em bairros tão longes, então eu não tive contato com negros. Na realidade o contato com negro, é às vezes, eu tô no ponto de ônibus e sempre ficam aquelas mulheres diaristas, que são negras. E eu sempre conversei com elas

RL – O negro na zona oeste são as diaristas?.

E9 – é a diarista. É a moça que cuida da casa. Tanto é que no ônibus que eu pego, tem bastante negro, na hora das 18h saindo do trabalho (E9, 2019).

O acesso a determinados lugares na cidade é dificultado para o pobre, e consequentemente para as mulheres negras que estão na periferia. “É difícil acessar à cidade e o que ela oferece aos fins de semana, quando os meios de transporte são mais escasso” (E12, 2019).

A distância entre o centro e a periferia e o acesso às facilidades que esta cidade oferece é prejudicada justamente pela dificuldade de mobilidade dentro da cidade. Segundo Flavio Villaça (1986), os mais pobres são deslocados sempre para mais longe do centro:

O Estado, em primeiro lugar, faz nas regiões onde se concentram as camadas de mais alta renda, enormes investimentos em infra-estrutura urbana, especialmente no sistema viário, ao mesmo tempo em que abre frentes para o capital imobiliário...quanto mais perto o centro fica para a classe dominante, mais longe fica para os dominados (VILLAÇA, 1986, p. 45).

O mapa exemplifica o que as mulheres relatam, isto é, que estão, principalmente, concentradas nos bairros periféricos, e muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social. Elas estão nos extremos da região Sudeste, Sul e Leste, com baixo percentual no Centro. A E19, como moradora da região sul, entende que em sua localidade, as relações sociais são mais “tranquilas”, enquanto na porção mais elitizada da região Oeste, a realidade é contrária.

RL – Em algumas regiões de cidade, você acha que existe um preconceito maior?

E19 – sim. Aqui na zona sul é muito mais tranquilo. Porque aqui é mais diversificado. Mas quando eu vou mais na região oeste, Urbanova, Aquarius, ali no SESC. Eu me sinto incomodada. Eu não gosto de ir ao shopping Colinas. Eu não gosto de ir ao SESC. É muito louco, porque quando eu vou, as pessoas me olham de forma diferente. Quando tem alguns eventos relacionados à negritude, por exemplo, que fala sobre a gente, mas a gente não vê a gente lá. Mas é mais essa região, assim. Os parques também eu não vou muito. É muito fora da minha realidade. Eu me sinto incomodada, é como se eu não tivesse no meu lugar.

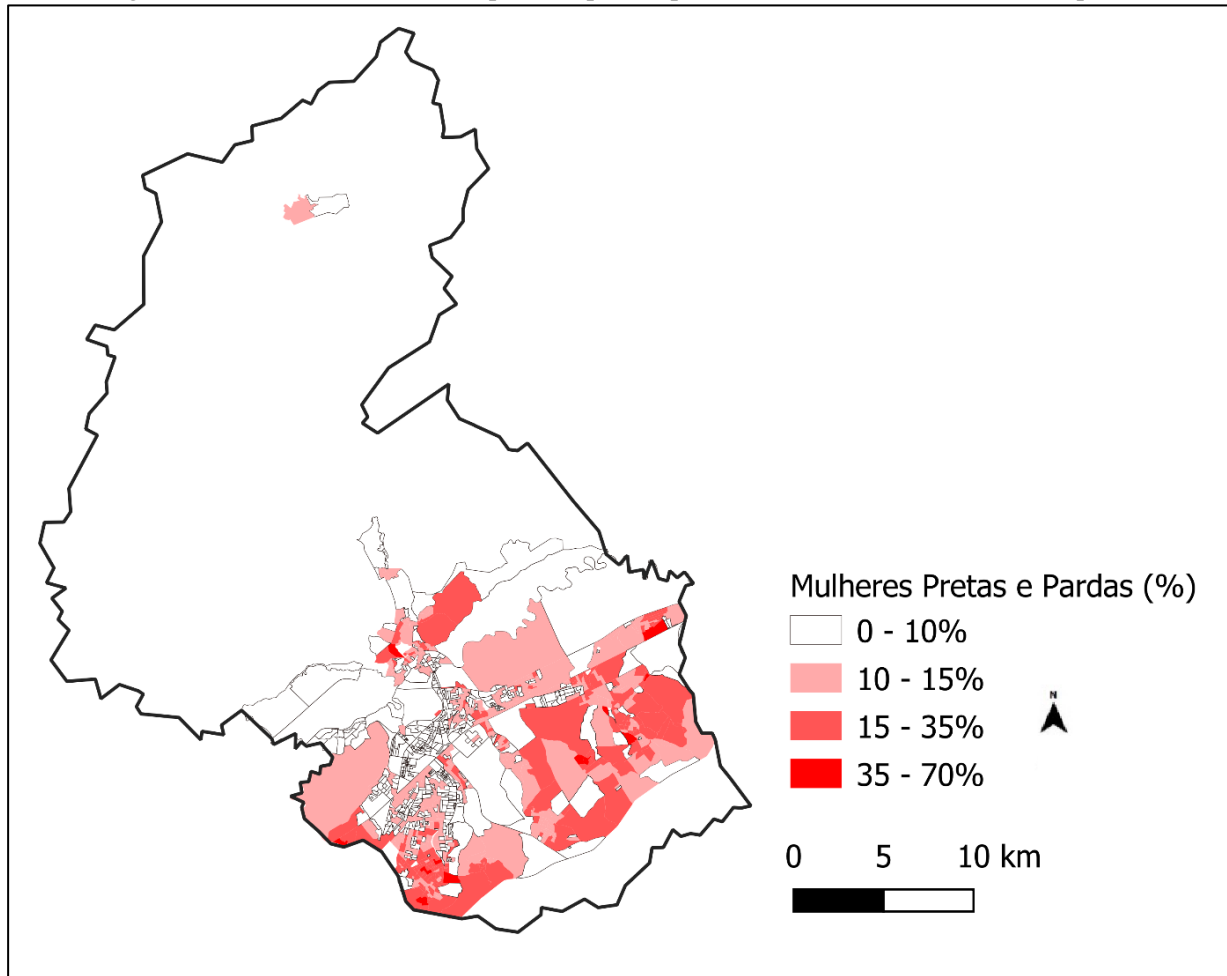
RL – Mas a cidade não é o lugar de todos?

E19 – exatamente.

RL – Você tá frequentando lugares que são da própria cidade. E o que São Jose prega? Vende essa cidade. O SESC, os parques, o Anel VIÁRIO. Você não acha que é a sua cidade?

E19 – eu gosto muito daqui, mas eu não sinto isso. Você vê que não tem essa preocupação de inclusão. O SESC tem eventos maravilhosos, mas são 15h numa terça-feira. É pra quem ir? Eu não consigo ir. Por isso que eu tenho essa ideia de que não é pra mim. Mas ao mesmo tempo eu sei que eu preciso estar. Invadir mesmo, pegar o que é nosso (E19, 2019).

Figura 8 Percentual de mulheres pretas e pardas por localização. São José dos Campos, 2010



Fonte: IBGE de 2010. Dados selecionados pelo autor e elaborado por Leandro Becceneri.

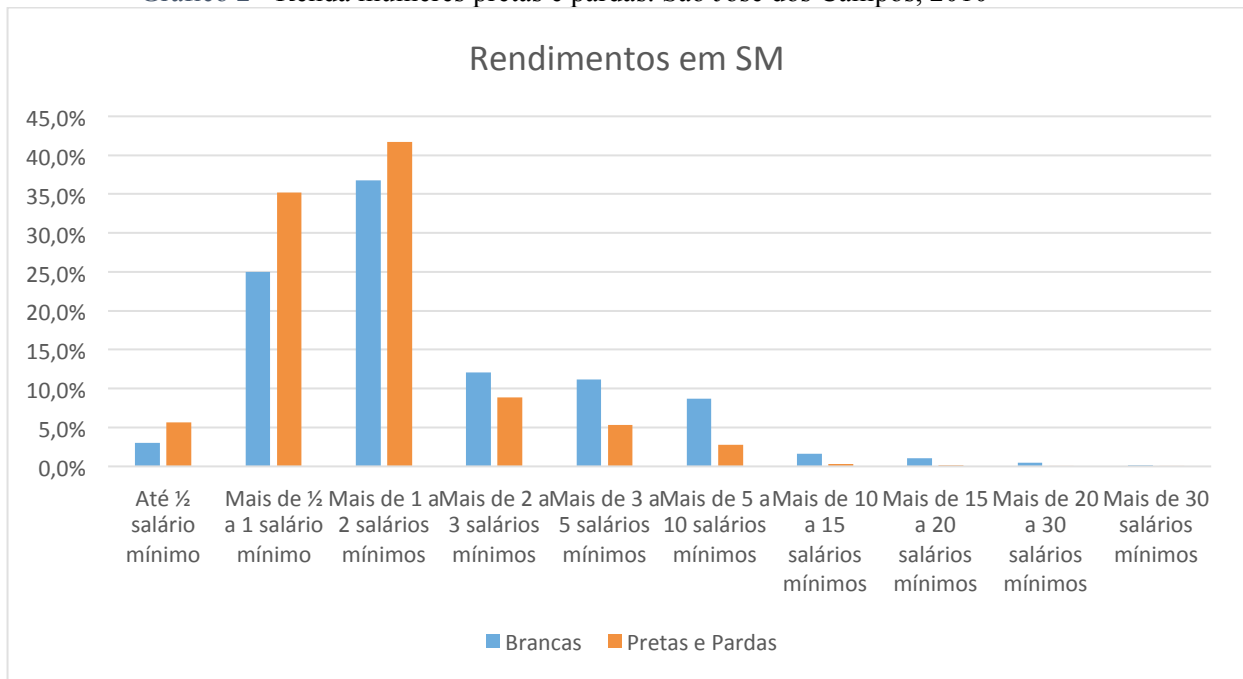
### 3.1.4 Racismo, renda e profissão

Nos dados do IBGE (2010) é possível observar que quanto menor a renda, maior a concentração na mulher negra (até 2 salários mínimos). A mulher negra ganha menos e por isso está localizada nas regiões mais periféricas da cidade (Figura 13), o que demonstra uma interligação entre renda e localização de moradia. Quanto à renda, somente 15 mulheres quiseram responder a esse questionamento, sendo o resultado: 40% são

responsáveis sozinhas por 100% da renda familiar, 33,3% contribuem com 50% e 26,6% não possuem trabalho e nem renda.

A tabela 7, reitera a diferença social entre essas mulheres, pois, ela aborda a renda de mulheres pretas e pardas em São José dos Campos. Além disso, o gráfico demonstra as disparidades entre mulheres brancas e negras na questão econômica. Ou seja, até 1 e 2 salários mínimos, as mulheres são maioria, e de 3 a 30 salários mínimos as brancas se destacam. Ora, isto reitera uma divisão de classes, e, sobretudo, uma das causas da segregação sócio espacial.

Gráfico 2 - Renda mulheres pretas e pardas. São José dos Campos, 2010



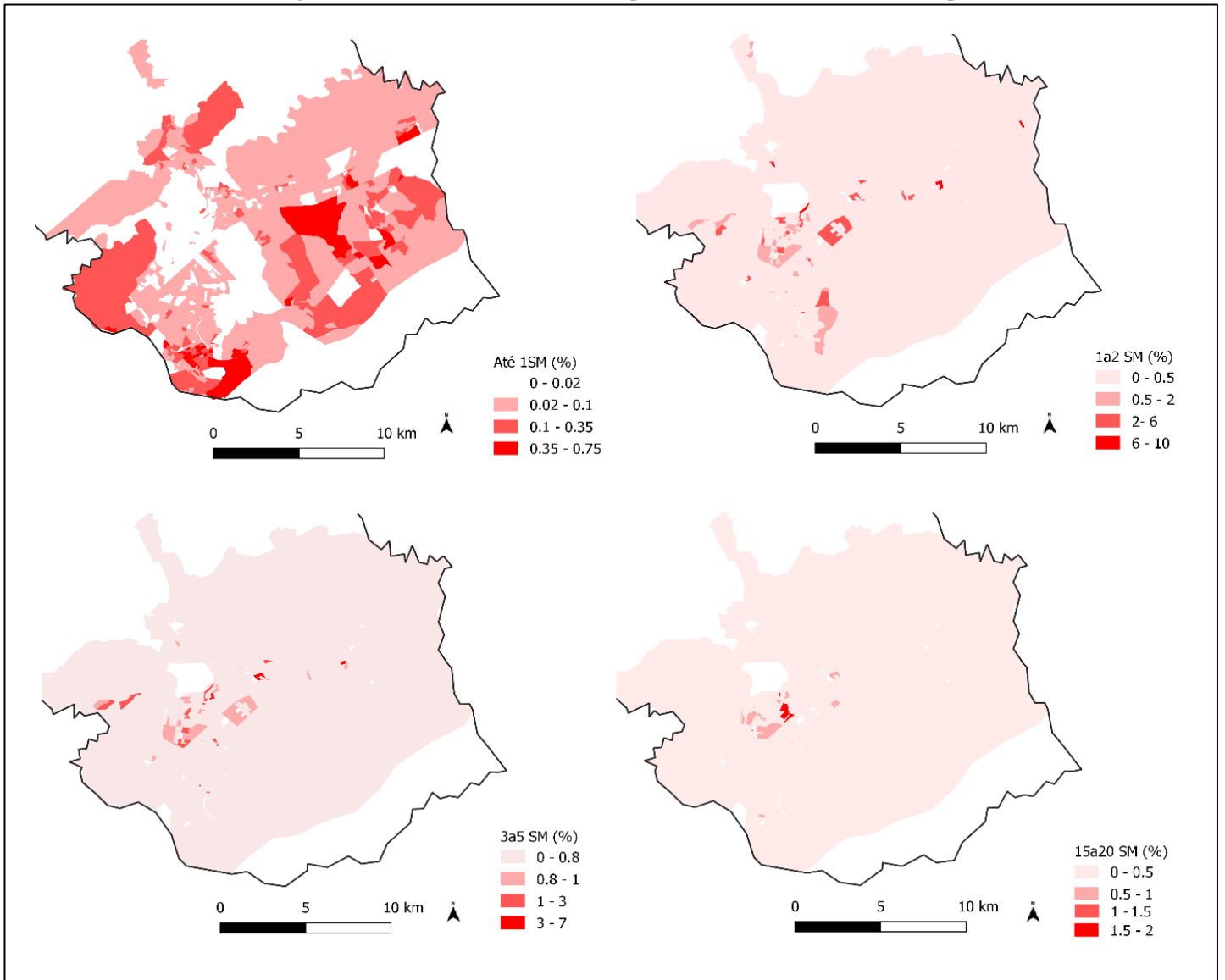
Fonte: IBGE de 2010. Dados selecionados pelo autor e elaborado por Leandro Becceneri.

No caso das mulheres negras, o preconceito racial, a exclusão social e estigma ainda acentuam mais o papel da mulher nas questões dos problemas urbanos no dia-a-dia.

O principal argumento daqueles que não reconhecem a existência do racismo no Brasil é a afirmação de que as discriminações sociais são motivadas por fatores financeiros, sem qualquer influência racial.

O mapa a seguir também demonstra em quais áreas estão concentrados os indivíduos negros por renda, o que evidencia o baixíssimo número de negros que ganham altos salários, e moram em regiões bem infra estruturadas.

Figura 9 Localização de moradores por renda em São José dos Campos



Fonte: IBGE de 2010. Dados selecionados pelo autor e elaborado por Leandro Beceneri.

Quanto ao nível de escolaridade das entrevistadas verificou-se que 8% possuem ensino fundamental, 16 % tem ensino médio completo, 36% tem ensino superior incompleto e 40% possuem ensino superior completo ou pós-graduação.

Este dado mostra-se interessante porque apesar do número de entrevistas com nível superior completo ou pós-graduação ser a maior em todas as faixas, a fala quanto ao racismo nas diversas profissões se evidenciou em todas os graus de escolaridade, conforme evidenciam as E23 e 18, abaixo:

RL – Você já passou por uma situação específica como adulta de preconceito?

E23 (funcionária pública, escrevente, formada em direito) – eu lembro uma vez no shopping que eu tava tentando estacionar, e aí a mulher ficou brava comigo e falou “é, só podia ser preta mesmo!”

E18 (advogada, escritório próprio) – quando eu cheguei em São José dos Campos eu não advogava, eu vim trabalhar em uma empresa. E lá eu senti um pouco, porque eu era a única negra. E eu tinha mais de 40 anos, e o gerente falou pra mim quando me demitiu que eu não fazia parte do perfil da empresa, porque eu tava muito velha pro mercado de trabalho. E dali eu comecei a advogar. Minhas amigas sempre foram brancas, as que me abriram as portas, que me levaram pra ser conciliadora. Porque o perfil de São José pode ser velado, mas aqui as duas vezes que eu sofri preconceito foi de pessoas morenas, ou se elas se intitularem de brancas, elas estão mentindo porque elas são afros. E lá no meu escritório, eu fazia dança do ventre, e eu conheci uma moça, e a professora depois de alguns anos, eu já tinha parado de fazer aula, e a professora me indicou pra uma ex-colega de dança, a menina falou comigo pelo WhatsApp, e não reconheceu a foto, e quando ela chegou no escritório, ela falou “mas é você mesmo? você não é a secretária?” E ela falou assim “olha, tá na nora de eu ir buscar meu filho. A gente pode ir outro dia?” E ela nunca mais voltou (E23, 2019).

Em suas diferentes profissões a fala comum é que apesar de formadas, sempre são confundidas com a empregada doméstica, serviço de limpeza, ou mesmo evidencia a surpresa ao ser contratado algum serviço nas diferentes profissões de que a profissional é negra, tendo por vezes o serviço ser cancelado e as justificativas não serem compreensíveis.

E13 – eu tenho uma amiga negra retinta que mora no Aquarius, ela já foi convidada a subir pelo elevador de serviço. Já aconteceu de falarem “ah, acabou o dia hoje hein. Ta indo descansar?” e ela dizendo “eu moro aqui!”.

E10 – sim. Eu volto pra questão jurídica mesmo. Se eu chego em uma vara, qualquer vara ali do fórum. Quando você adentra, os funcionários chamam todos os advogados de doutores. É normal e é uma regra interna. Eles deduzem quem é e quem não é advogado. Uma mulher branca, homem branco entra, e ele é chamado de doutor, eu só vou passar a ser chamada de doutora no momento em que eu me identifico como advogada e entrego minha carteira da OAB. Ou em um ambiente em que todos estão falando e eu me apresento como advogada, e as pessoas questionam: “você é advogada mesmo? Tem OAB, tem tudo?” as pessoas têm esse estranhamento. Ou, por exemplo, se alguém me indica, e a pessoa conversou comigo por telefone, e depois ela encontra comigo pessoalmente, ela tem um choque. Dependendo da pessoa, é um choque negativo mesmo. Quando é uma pessoa muito humilde, ou uma mulher humilde e negra, ela fica feliz de saber que a advogada dela é uma mulher negra.

A cidade de São José dos Campos, através da Assessoria de Políticas da Igualdade Racial, busca aumentar o relacionamento com a população negra, porém sem conhecimento dos dados reais da cidade. Segundo EG:

EG – Eu acho importante pontuar algumas coisas. Eu sou militante por direitos humanos. A minha trajetória profissional, se você for ver, a maior parte é dentro da área da criança e do adolescente. E depois acabei me envolvendo no movimento de mulheres. Quando eu fui chamada em fevereiro de 2017, o governo gostaria que eu assumisse uma função de assessoria no nosso governo.

RL – Até então você nunca tinha trabalhado com a questão racial?

EG – Não. Nunca tinha trabalhado com a questão racial, a não ser na forma dos direitos humanos, por ser militante. E alguns envolvimento por eu ser uma mulher negra, de família negra. Meu envolvimento com a questão racial era mais do ponto de vista pessoal. E eu não pensei que o cargo seria de Política da Igualdade Racial, quando me foi oferecido um cargo importante.

...

RL – E dentro da sua área, o que você deveria desenvolver?

EG – Eu não recebi nada muito detalhada. Porque as pessoas que estavam dentro dessa área, são as pessoas da Assistência Social. Era tudo muito vinculado ao combate ao racismo. Mas a única orientação era pra eu dar meu melhor, porque se você não conseguir implantar alguma política pública séria, que não esteja vinculada somente aos interesses de alguns movimentos já conhecidos no município, ninguém mais vai conseguir, dentro do nosso grupo. (EG, 2019)

A implantação das políticas públicas voltadas ao negro não chega a realmente ser percebida pelas mulheres, conforme as entrevistas E10, 13, 14

RL – o que falta pra poder trabalhar essa questão racial na cidade?

E10 – as políticas públicas entender que o negro não pode ser visto só no dia 20 de novembro.

RL – a prefeitura faz alguma coisa efetiva?

E10 – não. Eu percebo que tem grupos muitos específicos dentro de São José, dentro do movimento, que realmente trabalham há muito tempo com isso. Mas é sempre com muita briga. Nunca parte do governo uma ideia. (E10, 2019)

RL – como moradora em São José, você reconhece alguma política pública voltada para o negro?

E13 – política pública não há. No pacto de igualdade racial, o conselho, uma das pessoas que frequentavam é um médico negro, o Sergio. Uma das brigas dele era pra que o quesito raça/cor contasse nos formulários da saúde. Pra que se pudesse pensar em uma política pública. A gente não tem números. Todo mundo é igual.

RL – Você acha que falta investimento da prefeitura?

E14– falta investimento e falta fazer com que as propostas nesses espaços reflitam a cultura do bairro. Não adianta a gente impor uma cultura elitista, e desprezando o saber-fazer da própria periferia. (14, 2019)

A Assessoria de Políticas da Igualdade Racial apresenta um plano para atuar junto ao negro na cidade. Segundo EG:

O plano prevê a implantação da política em todas as vertentes. Hoje, por exemplo, o programa Saúde da população negra, ele está funcionando parcialmente aqui em São José. A gente precisa ampliar uma série de coisas. A educação para as questões étnico-racial dentro das escolas de ensino fundamental ele está 100% implantado, mas na educação infantil, ele não está. Nas escolas do estado a gente não consegue realmente ter a noção do quanto realmente ela está sendo implantada. Então o plano é o que acaba referendando um documento. Ele já foi aprovado no conselho municipal, e agora ele tá pra ser publicado. A comunidade negra colocou o que ela precisa na assistência, na permanência na escola, na competência do município é aonde nós conseguimos cobrar. Uma coisa importante que eu precisava do plano era pra combater o racismo institucional. É óbvio, que pra você combater essa questão, você tem que trabalhar dentro de casa. Então a gente fez algumas ações, alguns seminários, sensibilizamos a prefeitura nessa questão. (EG, 2019)

O plano existe, assim como todas as normativas, porém é preciso pensar em formas de atuar junto ao racismo na cidade, visto que:

E24 - São José é uma cidade exemplo maravilhosa de como o racismo atua no Brasil. Porque a gente tem os redutos. Rio de Janeiro, Salvador, mas são núcleos. São José já deveria ter sido superada, pelo tamanho da cidade, pelo grau de escolaridade a pessoas. Porque não é uma cidade de analfabetos. No entanto, este é um assunto tabu, faz-se de conta que não existe. (E24, 2019)

Para contribuir com um desenvolvimento social igualitário, é necessário se discutir o mito da igualdade racial no Brasil, reconhecendo a segregação social, econômica, cultural e espacial a que são submetidos os negros no país, onde os direitos sociais e a cidadania não chegam até a população.

Assim como os negros escravos, que não tinham direitos civis, os favelados, enquanto favelados (reafirmando-se sua maioria como afrodescendentes), também não os têm, pois até os direitos mínimos, constitucionais, são literalmente ignorados pela sociedade. [...]. Demonstrou-se que, historicamente, a segregação espacial, ou a discriminação étnica de um dado segmento social, é constituída para atender aos interesses de grupos socialmente dominantes (CAMPOS, 2005, p. 151 e 158).

A discussão quanto ao preconceito que as entrevistadas apresentaram não condiz com o que a prefeitura apresenta.

RL - Porque eu entrevistei 24 mulheres em São José e todos afirmam que São José é muito racista. Você tem essa percepção na sua função?

EG – Na verdade, essa percepção nem sempre foi muito clara pra mim. Eu não vejo São José como uma cidade mais racista que as outras. Eu nasci na capital, morei na capital, morei no sul de Minas, e eu sinto as cidades mineiras mais racistas que São José. São José é uma cidade diferenciada...

RL – Em que sentido?

EG – Eu acho que ele tá mais ligado a questão econômica. Eu digo diferenciada porque a gente consegue encontrar negros em vários pontos da cidade. Eu encontro negro em funções mais subalternas, mas eu encontro alguns negros em outras funções.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa teve como objetivo discutir a relação da mulher negra com a cidade de São José dos Campos. As adversidades que se apresentam às mulheres negras no espaço urbano evidenciam a necessidade de discussão do gênero e raça no planejamento das cidades. No caso específico de São José dos Campos, as entrevistadas foram unânimes em afirmar que o racismo velado, presente na cidade, inibe voluntariamente a livre circulação por alguns lugares, ao se sentirem mais confortáveis em regiões mais periféricas ou mesmo, pelo constrangimento com que os olhares as perseguem pelos mais diferentes locais públicos da cidade.

O contexto histórico escravocrata, e a “inclusão” não real do negro, nas diversas esferas institucionais do país resultou em processos de desigualdades, porém, não explica a relação porque o negro está sempre posicionado periféricamente em qualquer dos índices analisados. Nesta pesquisa, foram então incorporados à discussão novas epistemologias, que entendem a relação cor e raça nos processos de desigualdade como coloniais.

No caso específico da mulher negra, objeto de pesquisa deste trabalho, as desigualdades socioespaciais mostraram ser causas de impactos no âmbito da convivência social, exclusão espacial, dificuldades de locomoção e acesso às possibilidades de diversão, oferecidas na cidade, portanto pelo direito à cidade. Disfarçadas pelas diferenças econômicas, o racismo estrutural mantém inalterada a condição da mulher negra na sociedade, apesar dos vários instrumentos jurídicos e legais para a inclusão do negro em nossa sociedade já existirem há anos.

Cabe destacar que, na sociedade de classes, as questões de desigualdade social e racismo tendem a ser invisibilizadas pelo ideário liberal que predomina no senso comum, por meio da crença nas condições de igualdade na disputa e o mito da meritocracia (SOUZA, 2009). A dinâmica econômica, imposta pelo capitalismo, que se efetiva pelo mercado imobiliário e a própria falta de interesse real das instituições públicas, perpetua a condição do negro na cidade, que não só deve ser analisada pela desigualdade econômica.

No Planejamento Urbano, as teorias europeizadas sempre foram o Norte para a implantação de políticas públicas. Este entendimento, entretanto, mantém o preconceito associado à condição social e ao estigma relacionado ao lugar de moradia, como se a condição dos mais pobres, compostos para uma maioria de pessoas negras, fosse consequência de uma diferenciação de classes.

A hipótese inicial que relacionava cor e localização socioespacial à falta de acesso efetivo da mulher negra à cidade, é confirmada pelas vinte e quatro entrevistas realizada durante o projeto. Evidencia-se que a mulher negra está localizada nas periferias da cidade, independentemente do seu grau de instrução ou do seu nível socioeconômico. O que mantém esta mulher mais afastada é a raça. O fato dela não se sentir à vontade nos lugares mais elitizados da cidade, evidencia a necessidade da discussão do racismo na cidade e as consequências sociais, emocionais, políticas e econômicas numa cidade grande, moderna e tecnológica.

Os dados que deveriam embasar as ações da Assessoria de Políticas da Igualdade Racial são superficiais e contribuem para a manutenção do racismo estrutural. As pesquisas que a Assessoria diz ter efetuado com alunos da rede pública, por exemplo, não possuem caráter científico e os critérios apresentados em entrevista evidenciam uma feminilização do magistério e falta de clareza e evidências sobre a mulher negra na cidade.

No âmbito do Planejamento Urbano verificou-se que são necessárias novas discussões e estudos que possam servir como suporte para a implantação de Políticas Públicas mais justas e condizentes com a realidade das mulheres negras nas cidades. A falta de coleta de dados nos atendimentos efetivados nas diferentes áreas de atendimento também é um dificultador na contabilização de informações sobre a mulher negra na cidade. A questão de gênero articulada às questões raciais e socioeconômicas, ainda se mostra escassa. Os poucos dados disponíveis mostram que a segregação da cidade coloca a mulher negra na situação de maior precariedade, seja no espaço social, seja no espaço físico e isso afeta efetivamente sua condição emocional, o que perpetua sua segregação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALMEIDA, Valeria Zanetti. **Cidade e Identidade**: São José dos Campos, do peito e dos ares. 2008. 242f. Tese (doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARROS, R. P. de. A efetividade do salário mínimo em comparação à do Programa Bolsa Família como instrumento de redução da pobreza e da desigualdade. *In*: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (ed.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. v. 2.

BELCULFINÉ, Douglas Carlyle. São José dos Campos na Fase Sanatorial: Humanidade e Determinação. *In*: PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro; ZANETTI, Valéria (Coord.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos**: Espaço e Doença. São José dos Campos: Intergraf, 2010.

BENEDITO, Vera Lúcia. Cor e territórios na cartografia das desigualdades urbanas. *In*: OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). **A cidade e o negro no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2013.

BERNER, Vanessa Oliveira Batista; MELINO, Heloisa. Perspectivas feministas e movimentos sociais: uma abordagem fundamental para o planejamento urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 4, 2016.

BILAC, Elizabete Dória. Gênero e Cidades. *In*: ARILHA, M. et al. (org.). **Diálogos transversais em gênero e fecundidade**. Campinas: ABEP/Librum, 2012, p. 147-158.

BOAVENTURA, Souza Santos; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almeidina, 2009.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CAMARGO, Azael Rangel; LAMPARELLI, Celso Monteiro; GEORGE, Pedro Conceição Silva. Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: “O Urbano”. **Etc..., espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 1, p. 1-39, 2007.

BRASIL. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Guia de políticas e programas**. Brasília, DF: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/peças\\_publicitárias/banner/\\_guiadepolíticas\\_MDSA\\_online.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/peças_publicitárias/banner/_guiadepolíticas_MDSA_online.pdf). Acesso em: 6 dez. 2019.

CAMPOS, Adrelino. **Do quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARLOS, A.F. A. **O espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.

COLVERO, Adriana de Almeida; SANTOS, Rosa Maria de Sousa. **A expansão urbana de São José dos Campos e o surgimento de loteamentos clandestinos na zona rural: o caso do loteamento Taquari**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/52.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Paulo Eduardo Oliveira. **Legislação urbanística e crescimento urbano em São José dos Campos**. 2007. 257f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MARIA, Mateus Godois de. Crescimento Urbano e Novas Formas de Urbanização na Cidade de São José dos Campos (SP). *In*: COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MELO, Leonardo Freire de. **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Intergraf, 2010.

CHUSTER, Vitor. Zoneamento e Urbanização da cidade de São José dos Campos na fase senatorial. *In*: ALMEIDA, Valéria Zanetti de (Org.). **Fase Sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença**. São José dos Campos: Intergraf, 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros negros: epistemologia dos currículos e práticas pedagógicas. *In*: COLÓQUIO LUSO AFRO BRASILEIRO DE QUESTÕES CURRICULARES. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CRIOLIDADE, 2., 2017. **Anais...**, Cabo Verde, 2017.

DEL PRIORI, Mary. **A História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

DOBB, Maurice. **A revolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científico Editora, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Segregação Residencial e Relações Raciais no Brasil: Em busca de uma problemática sociológica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, 2., 2014. **Anais...**, Brasília, 2014.

GARCIA-BUJALANCE, Susana. Mujer, Ciudad, Planeamiento; o lo que el lenguaje oculta. **Boletín de la sociedad de amigos de la cultura de Vélez-Málaga**, n. 13, p. 15-20, 2014.

GODOY, Arlida Schimidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDENBERG, Mírian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, p.148-170, 1961.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2014.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO -IBDU. **Direito à Cidade**: uma visão por gênero. São Paulo: IBDU, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Demográfico - 1940**. Londrina: IBGE Cidades, 1940.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Demográfico - 1960**. Londrina: IBGE Cidades, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Demográfico - 1970**. Londrina: IBGE Cidades, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Demográfico - 1980**. Londrina: IBGE Cidades, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Demográfico - 1991**. Londrina: IBGE Cidades, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Demográfico - 2000**. Londrina: IBGE Cidades, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Censo Demográfico - 2010**. Londrina: IBGE Cidades, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/>. Acesso em 18 out 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição. **Comunicado da Presidência**, n. 4, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais**: análise crítica do debate contemporâneo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008.

LENCIONI, Sandra. O processo de metropolização do espaço: uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. *In: Globalização e Estrutura Urbana*. São Paulo: HUCITER, 2004.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, 2014.

MARICATO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Erminia. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes. 2001.

MARICATO, Erminia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **Perspec.**, v.14, n.4, 2000.

MARICATO, Erminia. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica à razão negra**. São Paulo: n. 1, 2018.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza; CASTRO, Fábio Ávila de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n.4, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAIS, Mariana; ÁVILA, Bruno. **Mulheres no espaço urbano: como fazer cidades melhores para elas?** 2016. Disponível em: <http://www.courb.org/pt/mulheres-no-espaco-urbano-como-fazer-cidades-melhores-para-elas/>. Acesso em: 5 out. 2019.

MOREIRA NETO, Pedro Ribeiro; MELLO, Leonardo Freire. Dinâmica Regional e Industrialização: diversificação e concentração espacial no Vale do Paraíba. *In*: PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro; ZANETTI, Valéria (Coord.). **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Intergraf, 2010.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb–Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**, n. 12, p. 169-203, 2010.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em administração**, v. 1, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, Ney dos Santos. Favelas and Ghettos: Race and Class in Rio de Janeiro and New York City. **Latin American Perspectives**, v. 23, n. 4, p. 71-89, 1996.

OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). **A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e Território**. São Paulo: Alameda, 2013.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Origens da segregação racial no Brasil. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers**, n. 29, 2015. ALHIM (Em línea), 29, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/alhim/5191#quotation>. Acesso em: 7 dez. 2019.

OLIVEIRA, Jose Oswaldo Soares de; GOMES, Cilene. Introdução à urbanização contemporânea: Espaços e paisagens na região do Vale do Paraíba. *In*: PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro; ZANETTI, Valéria (Coord.). **Crescimento Urbano e Industrialização**. São José dos Campos: Intergraf, 2010.

PAPALI, Maria Aparecida. **Vestígios de um cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (I 870-1 888)**. São Paulo, PUC, 1996.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PIERSON, Donald. **Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia**. Carbondale and Edwardsville. IL: Southern Illinois University Press, 1967 [1942].

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, v. 14, p. 25-39, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI**, 1994.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais; perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Textos de Fundación**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014.

RESCHILIAN, Paulo Romano. Habitação social e ordenamento territorial: a dinâmica socioespacial do processo de inclusão precária em São José dos Campos (SP). *In*: PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro; ZANETTI, Valéria (org.) **Crescimento Urbano e Industrialização**. São José dos Campos: Intergraf, 2010.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 17, 1989.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

ROCHA, Emerson Ferira. Cor e dor moral: sobre o racismo na “ralé”. *In*: SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 353-384.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (orgs.). O Dinheiro e o Território. *In*: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, n.79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Renato Emerson dos (org). **Questões Urbanas e Racismo**. Brasília: ABPN, 2012.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Plano Diretor 2017**. São José dos Campos: Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, 2017. Disponível em: <http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2019.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, DF: Fundação Cultural dos Palmares, 2006.

SOARES, Claudete Gomes. **Raça, classe e cidadania**: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003). Campinas, 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009

SOUZA, Adriane, Aparecida Moreira de, COSTA, Wanderley Messias da. Atividades Industriais no interior do Estado de São Paulo: uma análise da formação do complexo tecnológico-industrial-aeroespacial de São José dos Campos. *In*: COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MELO, Leonardo Freire de. **Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Intergraf, 2010.

SOUZA, Adriane, ZANETTI, Valéria, PAPALI, Maria Aparecida. Políticas de desenvolvimento em São José dos Campos, SP: da cidade sanatorial à cidade tecnológica. **GeoTextos**, v. 11, n. 2, p. 107-129, 2015.

SUMI, Camila Massolla. **A cidade na perspectiva do gênero**: as políticas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. 2018. 137f. Dissertação (mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

TELLES, Edward. **Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. [s.l.: s.n], 2012. [Versão divulgada na internet em agosto de 2012].

THEODORO, Mário et al. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.176 p.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid Brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, v. 48, n. 1, 2005.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Sociedade Urbana: Desigualdade e exclusão sociais. **Caderno CRH**, n. 36, p.79-114, 2003.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, Flavio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo, SP: Global Editora, 1986.

## ANEXO I -QUESTIONÁRIO PARA ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

### Questionário para roteiro para entrevistas e coleta de dados biográficos

Trabalho: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E RACIAL DE MULHERES NEGRAS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP: INVISIBILIDADE, PRECONCEITO E DIREITO À CIDADE

Entrevista realizada em (local e data) \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

Endereço: (bairro) \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Número de filhos (se tiver): \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Cor/raça: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

Seu trabalho representa quantos por cento da renda familiar?

( ) Até 25% ( ) até 50% ( ) até 60% ( ) Mais de 60% ( ) 100%

Mora na cidade há quanto tempo? Atualmente mora em que bairro e região de São José dos Campos?

Se veio de outra cidade, pode dizer o motivo da mudança para São José dos Campos?

Já morou em outros bairros de São José dos Campos? Quais?

Sente algum tipo de discriminação por morar nesse local?

No seu bairro, a maioria da população é negra ou branca?

No bairro que você mora tem todas as facilidades necessárias para seu dia-a-dia? Escola, serviços de saúde, transporte urbano, supermercados, etc, ou precisa sair do seu bairro para acessar estas facilidades?

Já sentiu alguma forma de preconceito ou discriminação racial na escola, no trabalho, ou em alguma região específica da cidade?

Quanto tempo gasta de sua residência até seu trabalho?

Que lugares você frequenta na cidade, seja para trabalho ou lazer? Sente alguma forma de preconceito nesses lugares?

Como negra, você acha que a cidade tem uma política voltada para a raça?

Passou por alguma situação específica em que se sentiu preconceito ou discriminação racial na cidade?

## ANEXO II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

#### Dados de identificação

Título do Projeto: A História oral como fonte para as linhas de pesquisa do Núcleo Pró-Memória São José dos Campos

Pesquisadoras Responsáveis: Valéria Zanetti e Maria Aparecida Papali

Equipe executora: Alunos de graduação do curso de História e Geografia (iniciação científica), mestrado e doutorado da UNIVAP.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Vale do Paraíba

Telefones para contato: (12) 91057755, (12) 39471105

Nome do voluntário:

Idade: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

Responsável legal (quando for o caso): \_\_\_\_\_

R.G. Responsável legal: \_\_\_\_\_

Prezado participante,

O Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa ‘A História oral como fonte para as linhas de pesquisa do Núcleo Pró-Memória São José dos Campos’, desenvolvida pelas professoras Dras Valéria Zanetti e Maria Aparecida Papali, pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da Univap, que desenvolvem pesquisas sobre São José dos Campos junto aos alunos de graduação em História/Geografia, Mestrado e Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

O objetivo central do estudo é estritamente acadêmico, que, em linhas gerais, consiste em criar um acervo de história oral, a partir de entrevistas com pessoas que tem

conhecimentos vinculados às linhas de estudo do Núcleo Pro Memória São José dos Campos. Esse núcleo está alojado no laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica do IP&D/ UNIVAP e consiste num centro de coleta, organização, disponibilização e tratamento de fontes históricas, sejam elas escritas, manuscritas, digitais, iconográficas, relacionadas à história do município de São José dos Campos. Este núcleo existe desde 2003, por meio de um convênio assinado entre a Univap, a Câmara Municipal de São José dos Campos e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo e conta com a colaboração dos professores do Mestrado/Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Univap. O acervo disponibilizado pelo Núcleo tem contribuído para as pesquisas acadêmicas de alunos de graduação e pós-graduação (*latu e strictu sensu*), bem como para o público em geral e seu depoimento, que será gravado, poderá contribuir para enriquecer a pesquisa acadêmica desenvolvida nos cursos de graduação, mestrado, doutorado da Univap. O convite a sua participação se deve a importância que a história oral tem para a pesquisa na área da História, da Geografia e do Planejamento Urbano, como morador e/ou entendido sobre os processos históricos pelos quais a cidade de São José dos Campos passou ao longo do tempo.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e o Sr(a) tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. o Sr(a) não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações pelo(a) o Sr(a) prestadas, se assim exigir, no entanto, também poderá optar por autorizar que seu nome e instituição sejam mencionados ao final do trabalho. No final do documento o senhor poderá optar pela autorização ou não da publicação de seu nome e da divulgação de sua imagem. Se quiser autorizar apenas parte da entrevista, o(a) senhor(a) assinalará, depois dela transcrita, no TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA ENTREVISTA, as partes que o(a) senhor(a) não autorizar a publicação. Qualquer informação que possa identificá-lo(a) será omitida na divulgação dos resultados da pesquisa, caso solicite a confidencialidade dos dados e o material será armazenado em local seguro. Da minha parte, assinarei duas vias do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, uma delas passarei ao(a) senhor(a), comprometendo-me a não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros, sob pena de sofrer sanções judiciais.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o(a) Sr(a) poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A colaboração do(a) Sr(a) se fará por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Caso haja dúvida ou o(a) Sr(a) se sentir prejudicado(a), o (a) Sr(a) poderá contatar os pesquisadores responsáveis ou seus orientadores.

O(a) Sr(a) terá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

A entrevista somente será gravada se houver a sua autorização. A sua participação consistirá em responder um roteiro de perguntas a pesquisadores do projeto (alunos de graduação, de mestrado e de doutorado). O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas, as entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais, e poderão ser publicados, se forem autorizados pelo(a) Sr(a). Ao final da pesquisa, o material será publicado e disponibilizado no site do núcleo de pesquisa pro memória, conforme procedimentos do Site Museu da Pessoa/SP, referência em depoimentos orais no Brasil.

O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de enriquecer, com informações, as linhas de pesquisa do Núcleo Pro Memória, além de possibilitar a divulgação e contribuir para o debate acadêmico sobre questões relativas aos processos históricos da cidade de São José dos Campos, contribuindo para a elaboração de novos trabalhos em geral, relatórios, artigos científicos e em dissertação/tese e publicados no site [www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria](http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria). Os riscos que porventura possam ocorrer são aqueles ligados às fortes emoções, provocados por lembranças boas e ruins, ligadas à sua vida na cidade, além de risco de constrangimento durante a entrevista.

O Sr (a) está sendo convidado(a) a responder esse questionário, formado por perguntas diretas que responderá livremente. A entrevista deve durar entre uma e duas horas e poderá ser feita em mais de um dia, se for melhor para o Sr(a). Os dados obtidos a partir de sua participação somente serão usados para as finalidades previstas neste consentimento. Reforçamos que o(a) sr(a) não terá gastos com a pesquisa; sua participação é voluntária e o(a) sr(a) pode se recusar a participar ou se retirar da pesquisa em qualquer fase, sem penalização alguma e sem prejuízo algum. **Este Termo** será redigido em duas

vias originais, sendo uma para o(a) senhor(a) e outra para o pesquisador(a). Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo(a) senhor(a) e pelo(a) pesquisador(a) responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página. Caso tenha dúvidas que precise sanar, em relação ao método da pesquisa, riscos, benefícios ou outros assuntos relacionados com a pesquisa favor contatar: Valéria Zanetti; telefones 12 3947-1105 ou [vzanetti@univap.br](mailto:vzanetti@univap.br)

Este protocolo de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Vale do Paraíba (Univap), **co-responsável por garantir e zelar pelos direitos do sujeito da pesquisa. Este CEP pode ser contatado pelo telefone (12) 3947-1111, ou pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova, bloco 11- Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 24, de segunda a sexta feira, 8:00hs- 12:00hs e 13:00hs-17:00hs.**

São José dos Campos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

( ) Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa, concordo em participar, aceito a gravação da entrevista, autorizo a publicação da imagem e que meu nome e instituição constem no trabalho final. \_\_\_\_\_

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) coordenador(a)/orientador(a) \_\_\_\_\_

Testemunha

\_\_\_\_\_

Testemunha

\_\_\_\_\_

## ANEXO III – TOTAL DE PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO

Raça/Cor		PESSOAS	% do Total	PBF	PCD	BPC - PCD	BPC - Idoso	RENDA PERCAPITA FAMILIAR					Faixa Etária				
								Renda 0	até 1/4 S.M	>1/4 à 1/2 S.M	> 1/2 à 1 S.M	1 à 2 S.M	> 2 S.M	0 à 6	7 à 11	12 à 17	18 à 59
Negro	9.707	6,41%	4346	43	250	241	2888	3087	1716	1468	474	74	702	780	858	5.870	1.497
Parda	45.494	30,03%	22943	133	993	745	14698	16176	7727	5316	1400	177	6.395	5.002	5.716	24.311	4.070
Branca	95.891	63,30%	41767	351	2401	3066	26035	31256	17730	14799	4981	1090	14.918	9.822	10.345	45.644	15.162
Amarela	335	0,22%	71	1	10	31	51	73	79	87	36	9	22	29	24	163	97
Indígena	59	0,04%	35	0	1	1	17	26	6	8	1	1	5	7	4	38	5
<b>Total Geral</b>	<b>151.486</b>	<b>100%</b>	<b>69.162</b>	<b>528</b>	<b>3.655</b>	<b>4.084</b>	<b>43.689</b>	<b>50.618</b>	<b>27.258</b>	<b>21.678</b>	<b>6.892</b>	<b>1.351</b>	<b>22.042</b>	<b>15.640</b>	<b>16.947</b>	<b>76.026</b>	<b>20.831</b>

## ANEXO IV - ENTREVISTAS

Entrevista com Edna Gomes

EG

Raquel Martins

RL

EG – Eu me chamo Edna Gomes Silva, tenho 47 anos. Sou Assistente Social, trabalho na prefeitura há 28 anos. Nesses 28 anos eu já tive várias funções, mas hoje eu estou Assessora de políticas da igualdade racial.

RL – Há quanto tempo você está nessa função?

EG – há 3 anos.

RL – E vai continuar se tiver uma reeleição, né?

EG – Eu não sei. Porque como é assessoria, e eu sou servidora de carreira, normalmente, a gente atende o que é chamado. Eu tenho essa expectativa sim, até porque em 3 anos não é suficiente pra gente fazer tudo que a gente planeja, tudo que a gente gostaria, mas eu não sei.

RL – E não sua função, quem te deu essa função, estabeleceu os objetivos que você deveria alcançar nesse período.

EG – Sim. Eu acho importante pontuar algumas coisas. Eu sou militante por direitos humanos. A minha trajetória profissional, se você for ver, a maior parte é dentro da área da criança e do adolescente. E depois acabei me envolvendo no movimento de mulheres. Quando eu fui chamada em fevereiro de 2017, o governo gostaria que eu assumisse uma função de assessoria no nosso governo.

RL – Até então você nunca tinha trabalhado com a questão racial?

EG – Não. Nunca tinha trabalhado com a questão racial, a não ser na forma dos direitos humanos, por ser militante. E alguns envolvimento por eu ser uma mulher negra, de família negra. Meu envolvimento com a questão racial era mais do ponto de vista pessoal. E eu não pensei que o cargo seria de Política da Igualdade Racial, quando me foi oferecido um cargo importante.

RL – Não tínhamos ainda na cidade?

EG – Nós tínhamos ainda muito recente. Ela começou oficialmente, mas ainda estava muito ligada à cultura, a valorização da cultura. 2014 a Câmara votou no conselho pra criação das políticas de igualdade racial pra ter tudo de forma organizada, como política pública, começou a partir de 2014. Em 2017 ainda era tudo muito recente. Tinha ainda que formar um primeiro conselho, aprovar lei na Câmara, então os primeiros anos do conselho foi bem concertado nisso. Vinha acontecendo muitas ações isoladas nos últimos anos, mas não como uma política transversal dentro de um governo.

RL – E dentro da sua área, o que você deveria desenvolver?

EG – Eu não recebi nada muito detalhada. Porque as pessoas que estavam dentro dessa área, são as pessoas da Assistência Social. Era tudo muito vinculado ao combate ao racismo. Mas a única orientação era pra eu dar meu melhor, porque se você não conseguir implantar alguma política pública séria, que não esteja vinculada somente aos interesses de alguns movimentos já conhecidos no município, ninguém mais vai conseguir, dentro do nosso grupo.

RL – Quando você pegou essa assessoria, já tinha alguma pesquisa na cidade, o que realmente tinha em relação ao negro?

EG – A assessoria faz parte do segundo escalão do governo. O primeiro é o secretariado. Tinha muita discussão aberta, mas não de política pública. O conselho de

2014, ele já não existia. O primeiro passo foi realmente entender, conhecer a liderança através dos antigos membros do conselho, e entender qual eram as expectativas de cada um.

RL – Nós temos dados de São José dos Campos, alguma pesquisa anterior?

EG – Não tem. São José não tem nenhuma pesquisa oficial que realmente retrate o perfil da população negra. A única que a gente utiliza é o IBGE. E a gente utiliza bastante as informações do CADUNICO, que é o Cadastro único da Assistência Social, tanto federal, como municipal e estadual.

RL – E a gente tem por raça?

EG – A gente tem por raça em cada programa. De 6 em 6 meses a gente tá sempre olhando.

RL – Então você tem o número de população negra em São José?

EG – Inseridos no cadastro eu tenho.

RL – Você sabe quantos e onde estão?

EG – Sim. Qual o benefício que eu tenho mais.

RL – Será que você consegue me dizer quantos desses são negros, e desses negros são mulheres?

EG – Tenho sim. E de forma geral, eu te falo que o número é superior a 60% de população negra. A gente também chegou a fazer uma pesquisa interna do número de alunos da rede pública, então a gente tem uma pesquisa bem fechada. Dos alunos do estado, tivemos a devolutiva, mas a gente não recebeu números. Então a gente trabalha nas escuras. Porque os dados do IBGE, você tem que trabalhar aqueles dados, não dá pra confiar totalmente. O IBGE traz a informação que a população negra de São José é de 25%. Abaixo da média brasileira e do estado de São Paulo.

RL – Qual era a meta como política pública que você tinha?

EG – O grande desafio era realmente inserir a política de igualdade racial na agenda do governo. Porque nós não tínhamos na agenda. E ainda não está 100% inserida. Porque é uma política transversal. A meta era que inserisse de modo geral na agenda do governo, hoje qualquer secretário sabe que existe política de igualdade racial. E que existe uma pessoa que é responsável pra trabalhar, e que o objetivo é incluir o negro na sociedade.

RL – Mas você consegue dialogar com os diferentes secretários?

EG – Essa parte de articulação exige muito cuidado. Porque você vai no chefe, no diretor, no secretário. Você começa a discutir, e as pessoas começam a ver. Mas aí a gente começa a encontrar as barreiras, muito por questão de juízo de valor também. A gente tem que ter muita disponibilidade pro diálogo.

RL – Porque você como mulher negra, passou por diversas fases da vida pessoal e sente isso ainda na pele. Porque eu entrevistei 24 mulheres em São José e todas afirmam que São José é muito racista. Você tem essa percepção na sua função?

EG – Na verdade, essa percepção nem sempre foi muito clara pra mim. Eu não vejo São José como uma cidade mais racista que as outras. Eu nasci na capital, morei na capital, morei no sul de minas, e eu sinto as cidades mineiras mais racistas que São José. São José é uma cidade diferenciada...

RL – Em que sentido?

EG – Eu acho que ele tá mais ligado a questão econômica. Eu digo diferenciada porque a gente consegue encontrar negros em vários pontos da cidade. Eu encontro negro em funções mais subalternas, mas eu encontro alguns negros em outras funções.

RL – Mas no seu dia a dia você dialoga com os movimentos?

EG – Sim. Os movimentos em São José hoje passam por um momento de inércia. Eu pego o movimento muito focado no individualismo. Eu sinto o movimento não

preocupado com a questão integral do negro, eu vejo o movimento querendo fortalecer o movimento. Eles procuram a prefeitura porque eles querem suporte estrutural, financeiro, pra ter o movimento, pra fazer um evento do movimento, e nesse evento só vai o povo do movimento. Eu acredito que isso sejam os muitos anos de muita resistência e pouco avanço. Mas eu sinto muita dificuldade do movimento se abrir. Porque se a gente não sair da causa individual, a gente não vai conseguir dar o próximo passo. Nós temos uma população escolarizada aqui em São José, nós temos uma população carente negra, e ao mesmo tempo nós temos uma população escolarizada. O negro tá nessa, até no ensino médio, ensino técnico. Mas falta o próximo passo.

RL – E como sua assessoria pensa em investir nesses espaços de poder?

EG – A gente pensa no empoderamento da população negra. Principalmente da mulher negra, e o empreendedor negro. Mas hoje, finalizando o terceiro ano de governo, o que a gente pode se orgulhar, é de ter conseguido agrupar um número bom de negros nessa cidade. Quem está dentro dos movimentos, que tem uma visão mais progressista, mais pro todo, está cada vez mais junto. Eu sinto também o movimento mais maduro, no sentido de separar a questão partidária, da política pública, que isso é bem difícil. Hoje a gente tem um conselho não tão ativo de se mostrar, mas a gente tem um grupo que se senta, que consegue reunir todo mês, e a gente tem concentrado em discutir questões mais profundas. No ano passado a gente começou a discutir um plano de igualdade racial, pra colocar na agenda do governo. Mas a gente fez e continua fazendo, e muda. É um processo que eu pensei que fosse mais simples, esse de elaboração do plano, e pra elaborar esse plano, a gente fez mais de 80 reuniões.

RL – Você pode me falar um pouquinho do plano?

EG – Nós fizemos um plano em junho desse ano. Nós conseguimos uma parceria com o governo federal, e em julho desse ano, até outubro, o governo se debruçou pra organizar o plano. Então esse plano foi dividido em 12 eixos, contemplando todos os vieses da política pública, e foi entregue pra prefeitura esse mês, pro prefeito fazer o decreto, e aí pra janeiro de 2020 a gente já ter o decreto. Esse plano basicamente vai embasar todas as políticas do município. Vai dar subsídio pra que nós da assessoria cobramos dos gestores. O meu desejo é que a população negra através do conselho, e dos grupos organizados, esteja preparada pra provocar um debate ou um encontro.

RL – E o que o plano prevê realmente?

EG – O plano prevê a implantação da política em todas as vertentes. Hoje, por exemplo, o programa Saúde da população negra, ele está funcionando parcialmente aqui em São José. A gente precisa ampliar uma série de coisas. A educação para as questões étnico-racial dentro das escolas de ensino fundamental ele está 100% implantado, mas na educação infantil, ele não está. Nas escolas do estado a gente não consegue realmente ter a noção do quanto realmente ela está sendo implantada. Então o plano é o que acaba referendando um documento. Ele já foi aprovado no conselho municipal, e agora ele tá pra ser publicado. A comunidade negra colocou o que ela precisa na assistência, na permanência na escola, na competência do município é aonde nós conseguimos cobrar. Uma coisa importante que eu precisava do plano era pra combater o racismo institucional. É obvio, que pra você combater essa questão, você tem que trabalhar dentro de casa. Então a gente fez algumas ações, alguns seminários, sensibilizamos a prefeitura nessa questão.

RL – Você é a única negra dentro do governo?

EG – Não. Mas a gente parou na sensibilização. A gente precisa que todas as secretarias se envolvam, e que tenha alguma forma de pensar no negro, na sua área. Porque aí depois que a prefeitura implantar, a gente consegue bater na porta das empresas, das outras instituições. No plano nós não temos a política de igualdade racial, a gente não tem o

nosso orçamento. A saúde tá investindo no programa de saúde da população negra. Hoje a gente tem um espaço para os afro-empresendedor que passou pela capacitação do Sebrae. A gente já desenvolveu uma rota aqui na cidade com afro-turismo centrado. Mas com relação a ocupar os espaços de poder na prefeitura em cargos como o meu, de segundo escalão, nós temos vários negros. Nós nunca tivemos uma secretaria negra. Mas no segundo escalão nós temos bastante. Mas não por conta de política de inclusão. Eu sou funcionária de carreira desde os 19 anos. E nesses anos teve uma progressão de estudo, de carreira, por iniciativa minha, então isso faz parte das minhas inscrições.

RL – E a questão das mulheres, que é especificamente o meu trabalho. Existe alguma política específica pra mulher negra?

EG - Não. São José tem uma rede de proteção a mulher muito boa. E dentro disso, as mulheres negras estão inseridas, mas específico pra mulher negra, nós não temos. Mas eu vejo a questão da mulher negra aqui em São José como questão de linha de frente, no comercio, você vê a mulher negra em todas as pontas do comercio. Entre os professores, nós temos uma gama muito grande de mulheres negras. Mas específico pra mulher negra, nós não temos nada oficial. Eu vejo que as mulheres que antes estavam nos movimentos lutando, hoje são as que encabeçam esse grupo. Que se tornaram doutoras, mestres, estão em outra área da sociedade, mas são as que mantem esses movimentos com qualidade. Mas eu sinto que as mulheres negras deviam olhar mais pra elas.

RL – Eu entrevistei 24 mulheres negras de diferentes classes sociais. De níveis culturais diferentes. O que me chamou atenção é o sentimento de um racismo muito forte na cidade. Dentro do meu trabalho, do que eu apurei, elas têm uma dificuldade muito grande de se colocar dentro da cidade. A gente percebe isso com mulheres doutoras e com mulheres empregadas, em todas as classes sociais, essa fala é presente. Essa mulher chega num lugar e se sente incomodada, ela não consegue usar um turbante na cidade, porque a cidade é muito conservadora, essa coisa de não conseguir se posicionar no trabalho.

EG – Então, Raquel, mas eu vejo que isso não é a realidade só da mulher negra. É a realidade do negro no Brasil.

RL – Eu tô falando da mulher porque é o meu trabalho.

EG – Eu não saberia dizer se é mais ou se menos. É claro que nós mulheres, pelo biotipo, pelo cabelo, isso dói mais. Isso traz mais marcas visíveis de discriminação. Agora quando a gente olha os homens negros, muitos morreram. Não chegaram nem a idade adulta pra contar também o reflexo do racismo, porque existe muito racismo velado no cotidiano, então infelizmente isso faz parte da realidade. Enquanto a gente não estiver realmente empoderada, e eu acredito que ele venha das oportunidades. O espaço você conquista, você vai ter que respeitar. Esse percentual baixo de negros declarados em São José me incomoda. Eu acho que a não declaração tá ligada a não aceitação. Nós estamos esse mês com uma programação cultural voltada para o negro, mas você não vê o negro lá. Racismo se combate com políticas públicas.

RL – Então, mas você vê programação cultural, mas não tem uma propaganda sobre isso. Falando que São José tá investindo nisso. Você não vê isso na própria escola.

EG – A prefeitura incorporou no plano, desde 2018, as campanhas de publicidade, todas levam à risca a participação do negro. A campanha de natal do ano passado, eu vi alguns servidores que trabalham comigo incomodados, porque a ceia de natal era com uma família negra. Na campanha do 8 de março também, a gente pediu em um documento que fosse com uma mulher negra ou afrodescendente, ou uma mulher do cotidiano, que você encontrasse em todo lugar. É aí quando veio esse material, a mulher era afrodescendente, com a pele mais clara, mas com o cabelo enrolado, com um turbante aberto.

RL – Edna, e como você dialoga com essas mulheres que estão bem periféricas? Porque algumas dessas mulheres que eu entrevistei, essa população negra, pobre, mulher, ela tá bem periférica.

EG – é muito difícil dialogar. Eu tenho algumas restrições pra política de igualdade racial estar dentro do organograma de assistência. E o que a prefeitura definiu pro 20 de novembro, é trabalhar uma semana em prol disso. E esse ano a gente decidiu que não ia focar em nenhum grande evento. Então nós estamos trabalhando com as populações nos territórios. Nós estamos indo lá.

RL – Então vocês se aliaram à Secretaria de assistência social?

EG – Isso. Mas esse centro de referência é a base da periferia. Então esse centro trabalha com todas as políticas públicas daquele território. Nós estamos trabalhando oficinas de artes de origem afro.

RL – é, porque o que eu reparei é que essa mulher, ela não sai da periferia.

EG – Não sai. Ela vem pra trabalhar no centro, e a que trabalha eu não consigo atingir. Eu atinjo realmente aquela que tá na base da pirâmide. Mas não é fácil trabalhar. Porque tem muita dor, tem muito trauma, muita perda. E eu percebo como é difícil a capacidade intelectual pra compreender um processo histórico. Esse ano a gente tá trabalhando através das oficinas. De culinária.

RL – Essa mulher negra que tá periférica, ela também é muito pobre.

EG – Muita com processo de dependência química, ou em recuperação, ou que saiu do sistema prisional, ou o filho que tá lá.

RL – é que na verdade a gente tem uma São José muito rica, e muito pobre. Que as políticas não conseguem nem acessar.

EG – E você acaba vendo que política social é bem mais complexa. Porque ainda que tenha o acesso, o movimento pro acesso, ele é muito difícil. Essa mulher você tem que ir 10, 15 vezes na casa. Então você aproveita a atenção dela pra dar comida.

RL – E a maioria dessas mulheres é negra?

EG – Eu não sei te dizer se é a maioria. Mas como no Cadunico tem um percentual grande, eu já parto da premissa que é. Na educação municipal, a gente consegue trabalhar a questão afro-brasileira. Pra atingir a criança, que é importante pra melhorar a autoestima, pra empoderar essa criança. E uma das coisas que a gente trabalha nas oficinas, é a questão do cuidado pessoal. Porque a gente percebe que isso atinge muito a autoestima da mulher. A gente tem trabalhado a questão do cuidado, da forma de se apresentar. Porque chega uma hora que você não sabe se tá discriminando porque é negro, porque é pobre...é tanta violação de direito, e elas precisam ter clareza disso.

RL – Falando pessoalmente, Edna, você sentiu alguma dificuldade por conta da cor?

EG – Eu senti, e sinto ainda. A porta é sempre mais estreita. Só que eu sou filha de um homem muito empoderado. A gente sempre teve essas conversas com meu pai, meu pai sempre falava que se alguém é racista, o problema é dele, se não quer ver negro, vai morar fora do Brasil. Então eu já cresci sabendo. Eu sou da época que sofria muito racismo dentro da escola. E hoje eu consigo saber melhor se vale a pena discutir. Mas fica complicado separar o público do privado. Mas quando eu comecei a sentir isso muito presente, foi final de faculdade. Quando eu já tinha mais condições financeiras, de comprar produtos mais caros, eu sentia muito isso no comercio. Por vários momentos da minha vida, eu ficava entre fazer o barraco ou não comprar. Eu nunca fiz um barraco, porque eu pensava que ia ficar feio pra mim. Teve uma vez que eu fiz uma coisa que eu achei tão feia. Eu peguei uns 3 cartões e joguei assim...” tá pensando o que? Eu sou funcionária pública”. E teve uma vez, estava eu e minhas irmãs mais velhas. Uma já era professora na USP, a outra

economista, viajava o mundo inteiro, e a gente sofreu racismo na casa da sogra. E eu fiquei chocada. Uma queria deixar pra lá, a outra já da área de exatas...

RL – é um dos locais que mais apresenta racismo. No comercio. A ponto de algumas mulheres não frequentarem determinados shoppings aqui. Determinados bairros, padarias.

EG – Então, mas isso aconteceu. Agora, dentro da profissão sempre foi velado. Pra você conseguir uma promoção, você tem que ter simpatia, desenvoltura, pós-graduação..., mas a gente sabe. A gente vai ver você e o outro que foi promovido, ou é questão de gênero ou racial. E sempre uma coisa que eu tenho, as pessoas que mais seguraram a minha mão, foram mulheres brancas, as minhas referências. Nunca uma negra pra me dar um suporte, em posição superior. Então hoje, nessa posição que eu tô, eu faço de tudo pra que as mulheres negras se identifiquem comigo, e pra que eu possa ser uma referência pra elas. Eu tenho 6 sobrinhas jovens, e elas são extremamente empoderadas. Eu já sou da geração, que eu sabia, mas tinha a dificuldade de me impor.

RL – Não deveria ter na sua assessoria algo que desse esse suporte psicológico?

EG – Deveria. A gente já discutiu isso.

RL – Tem uma questão que apareceu nas minhas entrevistas...que falta.

EG – Tinha um programa que há uns 10 anos ele foi implantado pelo governo do estado e quando começou a criar forma, não prosperou. Que são as terapias comunitárias, só que estava muito ligada a saúde. E eu já conversei com a minha chefe, que é psicóloga, e a gente tá tentando trazer pra dentro do município. Todas as pessoas mais vulneráveis precisam de um suporte psicológico, e a terapia comunitária, é boa por causa do grupo. No início desse ano foram incorporados nos equipamentos, assistência psicológica. Só que as demandas individuais são tantas, que você não consegue pensar no coletivo. Mas nós vamos fazer o planejamento pro ano que vem, pra trabalhar com esses profissionais, porque existe um déficit muito grande de psicólogos hoje.

RL – Mas esse projeto, ele vai ser publicado, a população vai saber?

EG – Vai, deve sair em janeiro o decreto. Porque a câmara tá trabalhando o orçamento. Mas no nosso plano, a gente priorizou todas as ações de empoderamento da população, mulher negra e juventude.

RL – Será que eu consigo ter acesso a esses dados do Cad?

EG – Tem sim. Você só me lembra de pedir pra menina atualizar os dados, que são de julho. Mas como atualiza todo mês...

RL – Se você não conseguir, pode ser de julho. E a assessora de mulheres da cidade, quem é?

EG – Ela chama Fernanda Romero.

RL – Será que eu não consigo falar com ela?

RL – Então, Edna, você queria colocar mais alguma coisa sobre a sua assessoria?

EG – O que eu queria falar é que o primeiro desafio foi alcançado. Era ter uma diretriz pra política, porque se a gente tivesse isso há 3 anos, a gente ia conseguir avaliar a diretriz e o que a gente precisava mudar. Então agora que a gente saiu do campo do entendimento, agora a gente tem uma diretriz.

RL – Como que você trabalha, que braços estão ligados a você?

EG – Eu estou ligada ao gabinete, e ligada a mim tem todas as políticas públicas.

RL – Você tem liberdade pra falar com todas as secretarias?

EG – Todas. Na saúde, na educação. Todas as coordenadorias sobre população negra, ou igualdade racial, sou eu que tenho o papel de assessorá-la nisso. Como assessora eu tenho o papel de avaliar, acompanhar e dizer pro prefeito que não tá funcionando. A forma pratica mais fácil é através do conselho.

RL – Como que acontece isso?

EG – São reuniões. Depende muito do momento. Mensalmente é o cronograma, bimestralmente acontece dos conselheiros do poder público,

RL – Você sente uma dificuldade em ser recebida por esses conselheiros, ou tem uma abertura total.

EG – A dificuldade que eu vejo é porque nem todos eles têm um nível de comprometimento com a causa. Alguns estão naquele conselho por uma indicação que ele nem queria. Outros até querem, mas tão sobrecarregados nas funções do cotidiano. Mas eu sei que se essas pessoas esmorecem, eu não vou ter resultado ali. A política de educação aqui é redondinha.

RL – E qual é a área mais difícil de São José?

EG – Inovação.

RL – Que é o ponto chave da cidade.

EG – É paralelo a isso nessa área, as relações do trabalho estão dentro. Aí é onde reside o maior desafio, é onde eu tive maior rotatividade de conselheiros, então é onde eu mais tenho problemas, mas de onde também eu acredito que nós vamos ver resultados. A meta pra 2020 no primeiro trimestre é abrir o diálogo que existe, mas não é efetivo.

RL – De que forma a gente poderia pensar no negro sendo inserido nessa área?

EG – Eu acredito muito que a academia pode ajudar muito a gente. Minha expectativa com relação ao resultado da sua pesquisa é excelente. Isso tudo, esses dados que mostram que a mulher negra tá mais vulnerável, isso só fortalece a política pública. E na questão das relações do trabalho, eu tô tentando fechar uma parceria mais efetiva com o Sebrae e com o banco do empreendedor pra ver se a gente consegue abrir uma linha de crédito. Especificamente para as empregadas domésticas, teve um grupo que não gosta que a gente trabalhe essa questão porque acha que a gente quer reforçar que a mulher negra é doméstica. Mas eu não quero reforçar, essa é a realidade. Mas a gente estava tentando trabalhar em parcerias, inclusive com a Doutora Valdirene, do ministério público, que abriu um edital pra trabalhar a profissionalização das empregadas para duas profissões, o cuidador de idosos e babá. Então elas conseguiram incluir São José num projeto e vai receber a verba pra investir nisso. Mas essa secretaria é a mais difícil. As outras, a saúde é fato, das doenças, a cultura é onde investe rios de dinheiro, só que as pessoas precisam saber que isso é cultura negra. Porque investem, as pessoas adoram, mas não tem a noção de que isso é cultura negra. Acho que isso é valorização. É colocar o negro no Brasil no lugar que ele tem, ele não influenciou na cultura, ele praticamente criou a cultura.

RL – Bom Edna, eu agradeço sua entrevista.

Entrevista realizada em 14/11/2019, em São José dos Campos.

---

## **Entrevista 05**

**E05**

**RL – Raquel Lima**

RL – quanto tempo você mora em São José?

E05 – 7 anos.

RL – você já me falou que mora no Residencial União, zona sua.

E05 – isso.

RL – você veio de outra cidade, outro estado. O que fez vocês virem pra cá?

E05 – possibilidade de emprego. Minha mãe veio pra cá e a gente decidiu vir junto.

RL – em São José você já morou em outros bairros?

E05 – não.

RL – você já sentiu algum tipo de discriminação por morar nesse bairro?

E05 – em relação a mim, não. Mas tem sempre aquela piadinha do União porque é uma área muito próxima ao antigo Pinheirinho. Só tem uma pista de diferenciação. Então tem essas piadas. E também é um bairro que tem essa questão de drogas, porque é muito próximo do Campo dos Alemães também. Tem muito essa piadinha. Mas em questão de ser diretamente a mim, não.

RL – no seu bairro, visualmente, você acha que mora mais gente branca ou mais gente negra?

E05 – tem uma mistura. Mas eu acho que tem mais gente branca.

RL – nesse bairro, você acha que tem todas as facilidades pro seu dia-a-dia? Escola, saúde, transporte, supermercado. Você precisa sair do bairro pra fazer alguma coisa?

E05 – não. Só a questão de banco.

RL – quanto à questão racial. Você já sofreu algum tipo de preconceito racial em qualquer lugar, na escola, no trabalho?

E05 – já. Eu acho que é algo bem velado, normalmente.

RL – velado na cidade, ou você tem essa percepção anterior?

E05 – aqui em São José. Em Pernambuco eu já sofri algo mais significativo. Eu sou de Pernambuco, mas eu morei muito tempo na Paraíba. E lá eu já sofri algo na escola. Mas aqui em São José é bem mais velado. Tem uma loja aqui em São José que eu vou lá, e toda vez que eu vou, o segurança fica de olho, e ele fica seguindo no corredor. Todas às vezes. E

é muito desconfortável, porque eu gosto de ir, mas eu sinto isso. No Vale Sul Shopping tem muito isso. O segurança sempre fica com aquele rabinho de olho. Mas acho que nada foi muito explícito até agora.

RL – e você frequenta que lugares na cidade, diversão, você frequenta outros bairros em São José?

E05 – eu fico muito concentrada lá no bairro e no Centro.

RL – e nesses lugares você acha que tem uma forma diferente de olhar, um preconceito?

E05 – com certeza. É aquela questão do olhar. Não tem aquela coisa explícita de você chegar e falar. Mas eu acho que o olhar fala tanto, quanto.

RL – você acha que, por exemplo, a cidade de São José...porque em São Paulo a gente vê muito essa discussão do racismo. Você acha que a cidade se preocupa com essa discussão?

E05 – não. Eu acho que aqui é bem negligente. Eu nunca percebi um movimento real da cidade inteira. Eu acho que a gente teve algumas coisas aqui na Universidade, bem básicas o ano passado. Mas foi por conta de acontecimentos bem pontuais e bem complicados que ocorreram aqui ano passado, mas na cidade em geral, não. Eu acho que precisa haver isso aqui em São José.

RL – você tem conhecimento de alguém que tenha passado por algum constrangimento ou discriminação em São José?

E05 – não. E a questão do abuso policial. Tem um amigo meu que tem moto e carro. E ele fala que toda vez que ele sai de moto na rua, ele é parado. Todas as vezes. E ele já foi revistado na rua, e ele trabalha em um supermercado, e ele tava na rua. E o policial viu que ele tinha um iphone, e o policial disse que ele tinha roubado. Porque ele trabalhava num supermercado e ele não tinha renda, não tinha “cú” pra usar aquele telefone. Acho que esse foi o caso mais gritante que eu fiquei sabendo.

RL – toda propaganda que a gente vê de São José, é uma cidade perfeita. Como que você acha que a cidade é pra mulher negra?

E05 – eu não sei dizer o que exatamente falta. Mas eu acho que falta um movimento de se unir. E eu acho que a gente tem que começar pelo menos com uma discussão. Eu tenho falado muito isso com alguns amigos meus. A gente tem que começar a questão da discussão, entre nós mesmos. Porque tem que começar de algum lugar. E eu não vejo políticas públicas direcionadas nem a mulher e nem a população negra. Mas eu acho que a gente tem que começar a se unir e mudar alguma coisa, porque precisa mudar.

RL – perfeito, muito obrigada.

---

## **Entrevista 10**

**E10**

**RL – Raquel Lima**

RL – quantos anos você tem?

E10 – 35.

RL – você nasceu em São José?

E10 – nascida e criada aqui.

RL – em que bairro?

E10 – zona leste. Monte Castelo. Zona norte até os 15 e depois zona leste.

RL – casada?

E10- solteira.

RL – você é advogada?

E10 – sou.

RL – tem filhos?

E10 – não.

RL – você se considera negra?

E10 – sim.

RL – você complementa sua renda familiar, você mora sozinha, sua renda é só sua?

E10 – eu complemento a renda familiar. 50% da renda familiar é minha.

RL – como que é pra você a questão racial nesses bairros que você morou?

E10 – como eu sempre morei em bairros periféricos, essa questão racial ela é presente, por exemplo, quando tem uma abordagem policial você enxerga. Mas entre as pessoas não é muito discutido, porque na maioria somos pessoas negras. E a gente percebe que não é tratado.

RL – a maioria da população nesses bairros é negra. Nos bairros que você morou, você tinha todas as facilidades necessárias pro dia-a-dia?

E10 – eu me desloco pra bairros vizinhos. Com uma certa facilidade, mas eu tenho que me deslocar.

RL – como advogada, você tem clientes, você conversa, você anda na cidade como um todo. Andando em bairros diferentes dos que você mora, como é que é a questão racial?

E10 – como advogada, eu to em ambientes que muitas das minhas amigas, ou familiares não estão. E é nessa hora que eu observo a falta de pessoas negras. No âmbito

jurídico principalmente. Quando eu vou ao fórum, ou quanto eu to na OAB. Aí eu falo “cadê os negros?” na própria comissão dos Direitos Humanos e Igualdade Racial. Uma coisa que me chocou bastante, eu tive a experiência de estar num restaurante e eu era a única cliente negra que tava ali, e as pessoas que estavam me servindo eram negras. Não que não possam estar me servindo, mas, nossa...é como se não me bastasse subir os degraus, eu preciso ter outras pessoas ao me lado.

RL – os lugares que você frequenta, pra lazer ou trabalho, é perceptível algum tipo de discriminação?

E10 – sim. Eu volto pra questão jurídica mesmo. Se eu chego em uma vara, qualquer vara ali do fórum. Quando você adentra, os funcionários chamam todos os advogados de doutores. É normal e é uma regra interna. Eles deduzem quem é e quem não é advogado. Uma mulher branca, homem branco entra, e ele é chamado de doutor, eu só vou passar a ser chamada de doutora no momento em que eu me identifico como advogada e entrego minha carteira da OAB. Ou em um ambiente em que todos estão falando e eu me apresento como advogada, e as pessoas questionam: “você é advogada mesmo? Tem OAB, tem tudo?” as pessoas têm esse estranhamento. Ou, por exemplo, se alguém me indica, e a pessoa conversou comigo por telefone, e depois ela encontra comigo pessoalmente, ela tem um choque. Dependendo da pessoa, é um choque negativo mesmo. Quando é uma pessoa muito humilde, ou uma mulher humilde e negra, ela fica feliz de saber que a advogada dela é uma mulher negra.

RL – e o ambiente de lazer?

E10 – é a mesma coisa. Em São José dos Campos você consegue ir no samba e não vê negros. Eu fui numa casa de samba, era o gerente, mais uma pessoa e eu. Era um dia mais tranquilo e tudo, mas me chamou a atenção.

RL – e cadê os negros da cidade?

E10 – pra você encontrar o negro em São José dos Campos é em questões mais específicas. Eu sou jogueira, e eu consigo perceber mais essa questão. Mas se você vai em uma balada, em restaurante, casa de chá, você não vê.

RL – onde eles estão, Renata? Elas não acessam ou eles não querem acessar?

E10 – eu acho que eles estão na periferia mesmo. Realidade totalmente diferente. Pra você acessar ambientes que são caros. A questão da autoestima também. Eu vejo que por mais que a gente que os governos anteriores tenham dado mais acessibilidade ao negro pra educação, pra outras questões, a própria autoestima dificulta que a gente ingresse naquele local. A pessoa fica mais isolada.

RL – você já passou por alguma situação descarada de racismo?

E10 – há pouco tempo eu tive um problema com meu namorado. A gente chamou um uber pra ele ir embora de uma casa noturna aqui em São José dos Campos, e o uber se negou a levar ele.

RL – mas por causa da cor ou o bairro onde ele mora?

E10 – ele tava saindo da Anchieta e indo pro Residencial Flaboyant, próximo ao INPE. Ele não tava bêbado. Não tinha algo que justificasse naquele momento a não levar. Mesmo porque o cara que trabalha de uber de madrugada pega varias pessoas. E era meu aniversario, acabou a minha festa nesse dia. Ele não é brasileiro, então assim, ele é de Gana, 90% da população é negra, então não tem essas coisas. E ele ficou muito chateado. E Ele tem dificuldade me andar em São José por conta do racismo. Ele percebe muitos os olhares. E aí ele percebe e acaba dificultando o interesse dele em conhecer a cidade.

RL – com você especificamente nunca teve alguma situação de racismo?

E10 – eu tive uma situação alguns anos atrás. Antes de fazer direito, eu fiz adm. E eu fui fazer um processo seletivo, conversei com a pessoa pelo telefone e foi ótimo, e quando fui fazer a entrevista, eram duas mulheres brancas e eu. quando cheguei na recepção e falei que ia fazer a entrevista. Entramos, sentamos, entregaram formulários pra gente. E as moças do meu lado começaram a comentar, “nossa, mas pra ser camareira precisa redação?” porque tinham dado pra elas o meu teste, e pra mim, o teste delas. Pra mim era só colocar os meus dados pessoais. Foi a situação que mais me marcou. Como o preconceito e o racismo estrutural ta tão enraizado. Como você olhar pra três pessoas, você define o que elas são. A forma também como as pessoas são extremamente educadas com as pessoas na minha frente, e aí quando chega minha vez no atendimento, elas são mais grosseiras, secas, ou partem do principio que eu não sei do que eu to falando.

RL – não existe um tratamento igual. Sobre a cidade, você considera São José racista?

E10 – eu considero.

RL – apesar de não ter essa discussão na cidade.

E10 – o ano passado em novembro, foi o ano mais rico, tivemos varias exposições na cidade. Até quem é do movimento.

RL – eu fui no SESC. Foi muito legal. Apesar de ter poucos negros na semana do negro.

E10 – o SESC é um lugar que tem poucos negros mesmo. Mas eu considero São José dos Campos racista. É um racismo muito velado. As pessoas não admitem que são racistas. A gente ta na era que as pessoas não admitem que são racistas, mas manifestam seus preconceitos. Mas eu considero uma cidade racista, sim.

RL – quando você tava no colégio, era de periferia, então a maioria é negro.

E10 – apesar que na escola eu sofri bastante essa questão racial. Eu morei muito tempo em Santana e lá é bem misturado, e na escola que eu estudava era eu e 3 alunas negras. E eu tinha grande dificuldade de participar em coisas na sala de aula mesmo. Chegou um ponto que minha mãe teve que intervir. Porque eu simplesmente tive uma crise de choro e me tranquei no banheiro. Por conta de uma situação de racismo que eu vivi, isso com 12 anos de idade. Isso que eu tive uma professora que segurou a bola. Que deu aula em sala de aula falando sobre o que era o racismo, que é crime. A minha mãe também foi pra escola falar com os alunos, então eu tive uma intervenção bem bacana. Acho que foi a

primeira intervenção na minha vida sobre o racismo. E a partir dela é que fui me fortalecendo pra outras.

RL – você trabalha no jongo, você é do movimento. O que vocês fazem na cidade pra divulgar o jongo e pra que comunidades vocês fazem suas apresentações, é sempre pro movimento negro?

E10 – é sempre tanto São José quanto o Vale, Rio de Janeiro. Hoje o Jongo ta com uma casa de cultura no Coqueiro. Então a gente ta conseguindo fazer perto da comunidade.

RL – e qual é o objetivo de vocês fazer essa roda de jongo nesse espaço?

E10 – primeiro é dar acesso à cultura a quem não tem acesso. A gente vê a dificuldade até de pegar ônibus pra chegar no espaço. Já participamos de projetos da FCCR. 90% das pessoas do jongo também são pessoas de baixa renda. Então elas têm esse olhar sobre entender o que falta. Eu fui ter acesso a cultura, ao lazer, já adulta.

RL – o que falta pra poder trabalhar essa questão racial na cidade?

E10 – as políticas públicas entender que o negro não pode ser visto só no dia 20 de novembro.

RL – a prefeitura faz alguma coisa efetiva?

E10 – não. Eu percebo que tem grupos muitos específicos dentro de São José, dentro do movimento, que realmente trabalham há muito tempo com isso. Mas é sempre com muita briga. Nunca parte do governo uma idéia.

RL – mas tem bastante movimento em São José. Eu já conversei com bastante pessoas. Mas ao mesmo tempo são movimentos muito focados em si mesmo. Por que será que em São José a gente não tem a união desses grupos com foco único de divulgar, trabalhar a questão racial, o preconceito, é cada um brigando no seu cantinho?

E10 – eu acho que falta a questão da união de grupos. Qualquer liderança política acaba dividindo o grupo. Mas eu acho que melhorou bastante. No jongo mesmo a gente teve a participação de vários integrantes do movimento negro, mas ainda tem muita coisa pra evoluir. Enquanto o movimento negro ta brigando, os brancos tão se fortalecendo e a gente ta ficando pra trás.

RL – o que falta pra cidade reconhecer o negro que ta nela? Porque essa briga tem que partir do negro.

E10 – acho que o negro tem que ocupar os espaços. A educação pra mim é fundamental. Onde você adquire conhecimento, a partir do momento que você tem base quando fala sobre aquilo, as pessoas tem que te ouvir. Dentro do ambiente acadêmico, eu passei por isso. Eu era umas das 3 negras na sala de aula. Mas em muitos momentos eu tive que apresentar trabalho acadêmico e eles tinham que ouvir da questão racial. O único tratamento que eles tinham com o negro era quem limpava a casa deles, mas naquele momento eles tinham que ouvir uma mulher negra falando. Por mais que falem que o racismo é um problema social, você tem que combater. Mas o protagonismo tem que ser do negro. É ele que tem que ir a frente falar sobre o racismo, é o oprimido.

RL – você sente na cidade uma segregação racial?

E10 – uma coisa que dificulta combater o racismo no Brasil, é ele não ser aberto. No EUA a pessoa diz que é racista, que não gosta de negros, então você consegue combater. Quando você vive num país que “imagina, adoro. Tenho amigo negro”. É muito difícil. Ficou tão estruturado, quem se considera acima ta tão bom. Por que ele vai dar oportunidade. O que diferencia o racismo de outro tipo de preconceito? A pessoa realmente se considera acima. “se eu sou superior aquela pessoa, por que eu vou respeitar, vou dar espaço?” os caminhos são muito mais duros.

RL – pra eu caminhar na cidade, em alguns bairros eu ando, e não vejo um negro. Eu vejo durante a semana. Elas tão chegando pra trabalhar. Quando chega no final de semana, não existe.

E10 – eu tive uma experiência de ir pra uma cidade do Rio de Janeiro, e eu nunca vi tantos negros em uma cidade. Meus amigos que são cariocas acham que é normal.

RL – na cidade que a gente mora não é normal. A cidade quer realmente apagar essa discussão. Quando ela coloca o negro na periferia, é uma forma de segregar mesmo.

E10 – de separar, dividir, de manter mesmo a história apagada. Até mesmo se você pegar as personalidades de São José, e até mesmo que estão no poder.

RL – obrigada, Renata. Ajudou muito.

## **Entrevista 18**

### **E18**

#### **RL – Raquel Lima**

E18 – quando eu cheguei em São José dos Campos eu não advogava, eu vim trabalhar eu uma empresa. E lá eu senti um pouco, porque eu era a única negra. E eu tinha mais de 40 anos, e o gerente falou pra mim quando me demitiu que eu não fazia parte do perfil da empresa, porque eu tava muito velha pro mercado de trabalho. E dali eu comecei a advogar. Minhas amigas sempre foram brancas, as que me abriram as portas, que me levaram pra ser conciliadora. Porque o perfil de São José pode ser velado, mas aqui as duas vezes que eu sofri preconceito foi de pessoas morenas, ou se elas se intitularem de brancas, elas estão mentindo porque elas são afro. E lá no meu escritório, eu fazia dança do ventre, e eu conheci uma moça, e a professora depois de alguns anos, eu já tinha parado de fazer aula, e a professora me indicou pra uma ex-colega de dança, a menina falou comigo pelo whatsapp, e não reconheceu a foto, e quando ela chegou no escritório, ela falou “mas é você mesmo? você não é a secretaria?” E ela falou assim “olha, ta na nora de eu ir buscar meu filho. A gente pode ir outro dia?” E ela nunca mais voltou. Eu dou aula também, todos os alunos também, eu nunca tive problema nenhum. Às vezes a gente levantava questões sociais, de ética, e quando chegava na aula eu falava sobre racismo, porque eu perguntava sobre a cota pra negros. Eles ficavam roxo, rosa...porque na sala só tinha eu de negra. E alguns levantavam e falavam, e eu concordo, eu não sou a favor da cota, porque eu acho que divide. E a menina levantou e perguntou “professora, já que esse curso é de graça, cadê os negros?”

RL – eu fui pro SESC, pra discutir a questão do negro. E cadê os negros? Não estavam. Ele fica lá no gueto, ele realmente não acessa. Porque é longe, porque o ônibus não funciona... Isso não é só por conta da cor, é por conta do dinheiro.

E18 – eu acho que falta o próprio negro tomar essa atitude. O Pronatec todos eles foram gratuitos, e não apareciam negros. Onde eles estão? Vai viver como domestica até quando? Vai aceitar o subemprego até quando? Repetindo a história da mãe, da vó. A população negra é adormecida nela mesma.

RL – essa sua visão é uma visão de outras pessoas que conseguiram estudar. Mas não é a visão do negro no geral.

E18 – eu tinha um namorado negro, nós viemos passear no Centervale e ele falou assim: “nem o garçom é negro aqui?” e eu falei “não é porque não quer!”

RL – mas essa visão não tá errada. Aqui existe mesmo. Não é comum. Qual é seu nome completo?

E18 – Denise Marcelino de Paula.

RL – quantos anos você tem?

E18 – 51 anos.

RL – em qual bairro você mora?

E18 – centro.

RL – casada ou solteira?

E18 – solteira.

RL – tem filhos?

E18 – não.

RL – qual a escolaridade?

E18 – Pós Graduação.

RL – você se considera uma mulher negra?

E18 – sim.

RL – você é advogada?

E18 – sim. E professora.

RL – você sustenta sua casa?

E18 – sim.

RL – quanto tempo você mora em São José?

E18 – 10 anos.

RL – você sempre morou nessa região?

E18 – sim.

RL – por que você veio pra São José?

E18 – eu vim à procura de emprego.

RL – você já sentiu algum tipo de discriminação no bairro que você mora?

E18 – sim. O olhar.

RL – a maioria das pessoas que moram no seu bairro, são brancas?

E18 – sim.

RL – você tem todas as facilidades aqui, né?

E18 – sim.

RL – nos bairros que você freqüentou, dependendo do bairro, você acha que aumenta ou diminui o preconceito?

E18 – eu acho que aumenta. Dependendo da região. Os olhares.

RL – que região?

E18 – Aquarius.

RL – que lugares você freqüenta na cidade? Lazer é onde?

E18 – eu vou muito no SESC. Vou nos parques. Cinema.

RL – nesses lugares específicos, você se pergunta onde estão os negros?

E18 – sim.

RL – você acha a cidade tem alguma política voltada pra questão da raça?

E18 – não. Nenhuma.

RL – no seu dia-a-dia você lida com mulheres e homens. A maioria são brancos ou negros?

E18 – brancos. EU sou a única professora negra. Lá na escola, os que são negros me adotam. Me chama de mãe, de tia. Eles remetem àquela idéia antiga de que é da família. E eu falo “só por que eu sou pretinha?” Eu faço essa provocação. Mas eu não tenho medo de falar de cor, porque quero que todo mundo seja humano.

RL – você percebe uma diferença entre o Rio de Janeiro e São José?

E18 – tem muito mais negros do que aqui. Eu pesquisei até pra ver. Se não tinha acesso.

RL – você pesquisou? Quais foram suas conclusões?

E18 – que falta autoestima ao negro. No colégio nós fizemos uma volta ao mundo, e chegou na África, e todos eles pintados. E eu questioneei a professora de história, se os negros até hoje ainda estavam pintados com a cara de branco.

RL – a gente vê que a gente precisa evoluir no assunto ainda.

E18 – aquele dia eu fiquei decepcionada. Fiquei em choque. E eu não dou essa matéria, então não posso invadir. Em São José, assim como no Brasil, essa questão pode ser tratada. Tem que parar de usar a camiseta “eu sou 100% negro”, e usar “eu sou 100% humano”. Eu tive uma aluna que foi pra engenharia, ela chegou atrasada no meio da prova, o professor falou “tinha que fazer parte desses programas do governo”. Só que ele não sabia que tinha um filho de desembargador, também branco, na sala de aula, que ligou pro pai, e deu o flagrante de racismo. Ele saiu algemado da escola. Em São José.

RL – a gente precisava que essa área na Prefeitura levantasse esse debate. E não faz isso. Eu entrevistei algumas meninas também que tem essa fala. Então a gente precisa ajudar uma a outra. Aqui em São José eu nunca vi uma mulher usando turbante na rua.

E18 – eu não uso porque não quero. Não preciso usar turbante pra mostrar que sou negra. Nem brinco de argola. Eu acho que eu to vivendo minha geração. A gente não ta na África. Eu trabalho no escritório com uma branca mais velha do que eu, às vezes a gente sai, e ela me apresenta pra alguém, e eles falam “ah, é sua secretaria?” eu falo, “não. Sou cuidadora de idoso”. E eu sinto que às vezes ela não se sente confortável, então ela sempre me chama de doutora já por isso. Mas ela é uma pessoa muito legal.

## **Entrevista 09**

**E09**

**RL – Raquel Lima**

RL – você nasceu em São José?

E09 – não.

RL – nasceu onde?

E09 – diadema.

RL – você mora em que bairro em São José?

E09 – Jardim Alvorada. Zona oeste.

RL – você é casada?

E09 – não. Solteira.

RL – você tem filhos?

E09 – não.

RL – superior incompleto. Você se considera negra?

E09 – sim.

RL – você é estudante ou também trabalha?

E09 – só estudo.

RL – quanto tempo você mora em São José dos Campos?

E09 – nove anos.

RL – e o que fez vocês virem pra São José dos Campos?

E09 – eu morava em São Paulo na periferia, e minha mãe teve uma oportunidade de emprego em Lavras, eu morei lá um ano, e a pessoa que contratou ela, chamou eles pra voltar pra São Paulo, ou então pra vir pra São José dos Campos. E aí viemos morar aqui.

RL – você já morou em outros bairros?

E09 no Vista Linda. Zona leste.

RL – nesses bairros, você já sentiu algum tipo de discriminação pelo local que você mora, ou mesmo em São Paulo, o local que você morou é motivo de discriminação?

E09 – lá eu morava numa periferia, então todo mundo falava que eu moro na favela. Quando eu morava em Diadema, a maior parte da população é negra. Mas minha família queria ir numa igreja lá no centro de São Paulo onde só tem pessoas com dinheiro. Então quando eu falava que morava em Diadema, eles perguntavam se era no Centro, e eu falava que morava mais pro lado do Piraporinha, aí eles falavam que eu morava na favela. Mas eu era super nova e eu não via maldade nisso. Quando eu era mais nova, pra mim não era preconceito. E depois que eu mudei pra Lavras, as pessoas perguntavam onde eu morava, e eu morava no Centro, mas lá eu nunca sofri preconceito direto. Porque lá em Lavras tem muito negro, mas é uma cidade universitária, então quem estuda na faculdade normalmente é de fora. E as pessoas sempre falavam que eu era bonita, que gostavam do meu cabelo, e falava que o cabelo da outra menina era ruim. Em São José quando eu mudei, eu morei no Vista Linda, então acho que na minha sala só tinha eu e mais uma menina que era negra. E no meu bairro era só uma amiga minha que era negra, não tinha mais ninguém ali. E nunca sofri esse preconceito direto. Era sempre me comparando com alguém. Que nem com essa menina da minha sala, “nossa, mas o cabelo dela é ruim. Você é negra, mas tem o cabelo bom. Seu nariz é fino”. Aqui no Jardim Alvorada eu não saio de casa. Eu fico o dia inteiro no apartamento. Eu não sofro esse preconceito direto, assim, mas é sempre com o olhar, que já diz tudo.

RL – onde você mora tem mais negro ou branco?

E09 – não tem nenhum negro.

RL – e no Vista Linda?

E09 – ali é considerado um condomínio. Então tem muito juiz, advogado. É considerado um bairro de classe media, então só tinha eu e minha amiga.

RL – no bairro que você mora, tem tudo que precisa nele?

E09 – sim. Hospital depende.

RL – quando você compara com o Vista Linda, tinha também todas as habilidades?

E09 – tinha.

RL – você já sentiu alguma forma de preconceito na cidade, no trabalho ou na escola?

E09 – uma vez eu fui numa loja com a minha mãe no Colinas, a gente entrou na loja, porque minha mãe queria uma roupa pro casamento da minha prima. Mas como é perto da minha casa, eu fui largada, eu entrei na loja e as moças olharam pra mim de cima abaixo e ficou conversando com as meninas. E aí quando minha mãe entrou na loja com a sacola de uma outra loja, aí ela veio atender. Aí eu peguei e falei pra minha mãe o que aconteceu, e sai da loja.

RL – isso mesmo. Então você não sai muito sozinha em São José?

E09 – eu não saio porque eu não gosto.

RL – mas você sente essa diferença se você entra numa loja chique.

E09 – sim. As pessoas me de tratam. Eu já trabalhei em shopping. E lá na C&A eu descobri que muitas mulheres gostam de comprar roupas no setor infantil porque elas falam que são boas e não encolhem. E uma mulher uma vez, não sei se tinha dinheiro ou não, mas ela simplesmente me de tratou na frente da loja inteira. Quando ela saiu do provador, e minha amiga de pele claro tava lá cobrindo meu horário de almoço, a mulher olhou pra mim de cima abaixo e jogou a roupa.

RL – você considera a cidade racista?

E09 – eu acho.

RL – você percebe uma diferença entre morar em São José em relação a isso?

E09 – em Diadema é totalmente diferente. Eu morava na periferia. Onde só tinham negros. Quando eu mudei pra Lavras que eu comecei a ter noção do que era preconceito. Não de uma maneira direta. Sempre me incomodou esse fato de “ah, mas aquela pessoa tem cabelo ruim”. Porque não faz sentido. E aqui em São José quando eu comecei a trabalhar foi que eu comecei a ter mais contato com isso.

RL – sua mãe é negra?

E09 - não. Meu pai que é negro. Os meus irmãos são negros. E eles sempre sofrem preconceito, a policia para e tal. Quando a gente mudou pro Alvorada e meu irmão ta de carro, a policia sempre pergunta pra onde ele ta indo. Eu vejo que tem esse preconceito velado.

RL – você acredita que a cidade pensa nessa questão do negro?

E09 – não. Na realidade agora que a gente ouve falar desses movimentos negros, gays. Acho que ta em ascensão agora, porque eu não vejo falando em lugar nenhum.

RL – o que você ouve falando de São José?

E09 – é uma cidade elitizada. Mas é uma cidade dividida. Ou você tem dinheiro ou não. Ou você tem um pouco e já tem preconceito. Aqueles que mais têm preconceito são os que tem poder aquisitivo. Aqui em São José eu não morei em bairros tão longes, então eu não tive contato com negros. Na realidade o contato com negro, e às vezes eu to no ponto de ônibus e sempre ficam aquelas mulheres diaristas, que são negras. E eu sempre converso com elas.

RL – o negro na zona oeste são as diaristas.

E09 – é a diarista. É a moça que cuida da casa. Tanto é que no ônibus que eu pego, tem bastante negro, na hora das 18h saindo do trabalho. Você vê no supermercado, que eu vou no Spani, você vê pessoas negras.

RL – então é exatamente isso que eu queria saber. Como que você percebe a cidade sendo uma mulher negra. E foi até legal que você mora na zona oeste, que você tem outra percepção. Super obrigada.

---

## **Entrevista 07**

**E07**

**RL – Raquel Lima**

RL – você se considera de que raça?

E07 – negra.

RL – a minha pesquisa então tem o caráter de saber como que a cidade reconhece e se reconhece a mulher negra. E eu queria saber qual o seu nome, seu local de nascimento?

E07 – meu nome é Larissa, tenho 20 anos. Nasci no estado do Rio de Janeiro e to aqui em São José desde os meus 7 anos.

RL – você reside em que bairro na cidade?

E07 – jardim Ismênia, zona leste.

RL – você é casada?

E07 – não.

RL – você tem filhos?

E07 – não.

RL – superior incompleto.

E07 – isso. Me formo esse ano.

RL – você trabalha?

E07 – sou estudante e faço estágio.

RL – então você não participa da renda familiar na sua casa?

E07 – é dividido.

RL – você mora na cidade há quanto tempo?

E07 – 12 anos.

RL – qual foi o motivo que você veio pra São José?

E07 – então, minha mãe é militar. Eu sai do Rio aos 4 ano, fui pro interior do Maranhão, aos 5 fui pra capital e aos 7 vim pra cá.

RL – e você já morou em outros bairros em São José?

E07 – eu morei no CTA na base militar. Morei de 2007 a 2016, que minha mãe aposentou, e depois minha mãe se mudou pro Tesouro.

RL – e no seu bairro hoje que você mora, a maioria é negra ou branca?

E07 – eu consigo perceber mais pelo contraste de quando eu morava na base militar, ainda continua sendo minoria, mas agora eu consigo perceber por causa desse olhar crítico.

RL – na base militar como que era?

E07 – branco, branco, branco.

RL – e na base militar você sofreu algum tipo de preconceito pela cor?

E07 – eu via muito pela minha mãe. Sempre quando eu entrava na escola, perguntavam o que pai fazia, e eu falava que quem era militar é minha mãe. E perguntavam o que ela fazia e eu falava que era enfermeira. Muitas pessoas não acreditavam que eu morava no CTA. Até lá mesmo no Mariotto onde eu estudei, 90% branco. Mas muitas moravam em periferia, eu era a única que tive o privilegio de morar em condomínio.

RL – no bairro que você mora hoje, você tem todas as facilidades pra sua vida?

E07 – o hospital que eu acesso é na base militar, então tem que ir de ônibus. O mercado fica perto, uns 15min a pé. Banco também é tudo perto.

RL – e durante a sua vida, você já sentiu alguma forma de preconceito ou discriminação na escola, ou no trabalho, ou mesmo no seu estágio agora?

E07 – sim. O tempo todo. Como criança, principalmente na questão do cabelo. E eu fui reparar isso depois de muito tempo. E a pessoa que dizia que era minha amiga ficava fazendo comentários super racistas. Isso eu fui me dar conta no ultimo ano do ensino médio, quando eu ouvi o comentário, eu chorei. Porque meu deus, o tanto de coisa que eu já passei. Sempre o que mais me ofendia é a questão do cabelo, do nariz. Eu lembro que tinha uma menina negra que ela tinha o cabelo liso o nariz fino e uma boca normal, tudo mais, então eu tinha uma amiga que falava, “nossa, a fulana é bonita porque ela tem traços brancos”. No estágio que eu to atualmente é uma serie de assedio por parte dos professores, porque entra na questão de ser carioca, não ser daqui, “nossa, que sotaque sexy, fala mais”. Chamar de “morena”. Então, teve um caso de que uma estagiaria tava na sala e eu dei tchau

pra ela, e o professor falou assim “nossa, quando que uma morena dessa vai me dar atenção?” eu falei “nunca, porque eu não gosto de branco”. E aí ele começou a me questionar. E eu queria sair, eu vomitei tudo isso mesmo, e aí todo mundo falava que eu não ia conseguir emprego em lugar nenhum, e eu também gosto muito do filho dele, que estuda lá também. E eu só não segui com o processo mesmo porque minha mãe me aconselhou. Então eu sofri racismo a minha vida inteira, só que antes eu ficava quieta, agora, não.

RL – da sua casa até o trabalho você gasta quanto tempo?

E07 – eu atravesso a rua.

RL – você frequenta só o seu bairro ou a cidade como um todo?

E07 - a cidade inteira. O meu bairro é o que eu menos frequento.

RL – e nesses lugares você sente alguma forma de discriminação?

E07 – não, porque os lugares que eu frequento são bem culturais. Eu ando muito com os meus amigos. Eu sou a única negra do meu grupo de amigos, mas eu não me sinto desconfortável porque são amigos de sempre.

RL – então você não sente nenhum preconceito em diferentes lugares da cidade?

E07 – não, porque são lugares específicos que eu frequento.

RL – shopping, por exemplo?

E07 – no Center Vale eu vejo negro. São poucos mais eu vejo. Agora aqui no Colinas, esquece. Aqui mesmo direto eu olho os professores, e não tem.

RL – você acha que a cidade de São José tem alguma preocupação em questão da raça?

E07 – nenhuma.

RL – mas e o preconceito existe? Você consegue perceber isso?

E07 – consigo claramente. Aqui na faculdade você pode ver. Professores negros são dois, então é muito difícil. Existe e é mascarado sim. Ano passado, no primeiro ano que eu tive aqui eu fiz o evento da consciência negra. E foi um custo que eu consegui fazer isso. Não só financeiro, mas de apoio. Eu tive apoio da minha professora negra a Maria Angélica, e da professora de Psicologia. Eu consegui trazer um grupo de jongo, palestrante, tudo mais. E quando eu fui contar pro pessoal, eu tava super nervosa porque era minha primeira vez organizando algo grande, e o pessoal “ah, mas vai contar falta? Vai valer acc?” isso me desmotivava tanto. Sem contar que quando eu fiz meu discurso falando que eu era mulher, negra, lésbica, eu comecei a chorar, e todo mundo começou a bater palma. E depois que eu fiz isso varias pessoas negras que eu nem conhecia me mandaram mensagem. Gente com mais de 60 anos que tava na graduação, que eu nunca vi, então essas pessoas não aparecem. Ano passado foi um evento muito maior, eu tive o apoio de varias pessoas aqui, mas no primeiro ano foi eu e eu fazendo sozinha.

RL – o que você acha que falta pras mulheres se organizarem, ou dentro da própria universidade? Porque a gente não tem um engajamento? Porque em São Paulo tem todo um preconceito, mas as pessoas são mais engajadas, elas discutem mais.

E07 – eu acho que as pessoas se sentem inseguras. Elas acham que não vão conseguir. Acha que é relevante, mas não quer ser sozinha. Eu fiz o primeiro evento sozinha, e no ano seguinte tinha muito mais gente. Acho que por a gente ser invisibilizado, a gente mesmo não se enxerga. Quando a gente passa a se reconhecer como mulher negra, a gente passa a ter outro olhar. Você passa a reconhecer o valor de uma amizade negra. Minha melhor amiga é negra.e tem coisas que eu só consigo falar com ela. Acho que as pessoas não se unem porque não se enxergam.

RL – a cidade reconhece o negro?

E07 – acho que não. Eu fiz uma redação esse final de semana pro curso, e lá tinha que falar sobre um problema da cidade, e qual era a opinião da cidade sobre isso. Aí eu comecei a falar sobre a tarifa do ônibus, aí eu apaguei e comecei a falar. Eu sou lésbica também. Vai juntando todas as minorias e vai colocando dentro de mim. Na época de eleição, tanto de ataque LGBT que teve e ninguém fez nada. Um amigo meu tava na balada ali na Freakout, ele apanhou do segurança e nada aconteceu. O PUB é um lugar extremamente heteronormativo. Já teve gente que foi morta lá, um cara que bateu em mulher grávida. E é um lugar que ta aberto. Então eu acho que se a cidade tivesse essa preocupação, esses lugares não estariam abertos.

RL – entendi. Aí, ta ótimo, Larissa. Eu queria saber se por acaso quando você passeia por algum lugar, você sente aquele olhar ou não? Porque você já se reconhece negra. Você já consegue perceber essa discriminação?

E07 – eu tive minha vida negra em 3 frases. Meu cabelo liso. Aí em 2016 eu fui lá e coloquei trança, então minha autoestima cresceu demais, porque todo mundo elogiava. Então me perguntavam como que eu lavava. Você sabia que era um tipo de racismo, mas um racismo diferente. Eu tava muito feliz com a trança, porque eu sempre tive a autoestima muito baixa, então mesmo as pessoas tocando no meu cabelo...as pessoas nunca tocaram. Mas na época eu sempre deixava mexer, porque eu ficava feliz. Quando eu deixei o cabelão cumprido, nossa, foi ótimo. Mas depois que eu cortei todo mundo falava da transa. Que eu era mais feminina. E uma coisa que eu não me incomoda é as crianças mexerem no meu cabelo.

RL – bom, é isso que eu queria saber.

---

## **Entrevista 19**

**E19**

**RL – Raquel Lima**

RL – você é de São José?

E19 – sim. Nasci aqui.

RL – você mora aqui, que bairro que é?

E19 – jardim Petrópolis. Zona sul.

RL – você é solteira?

E19 – sim.

RL – você tem filhos?

E19 – não.

RL – escolaridade.

E19 – terminei o ensino médio, to cursando o ensino superior.

RL – você faz qual curso?

E19 – Psicologia.

RL – na Univap?

E19 – Anhanguera. Univap é inacessível.

RL – é caro. E eles têm duas turmas.

E19 – E eles não têm nenhum programa de bolsa.

RL – você se considera uma mulher branca, negra?

E19 – negra.

RL – você é estudante ou você trabalha?

E19 – os dois.

RL – você trabalha no que?

E19 – eu trabalho numa empresa de educação.

RL – o seu trabalho participa da renda da sua família ou não participa?

E19 – sim.

RL – quantos % mais ou menos?

E19 – uns 30%.

RL – o que eu quero entender, é como a cidade vê a mulher negra, e como que a mulher negra se relaciona com essa cidade. Você já morou em outros bairros?

E19 – eu morei no São Judas. Zona sudeste. Mas eu era criança.

RL – e aí você veio pra cá?

E19 – a minha vó sempre morou nessa rua. E quando a gente mudou pro São Judas, era uma casa própria, só que era muito afastada. Então eu ficava mais na casa da minha vó mesmo.

RL – o que eu quero entender é sua relação com a cidade, como mulher negra. No bairro que você mora, você consegue perceber se é mais uma população branca, negra, mesclado?

E19 – aqui especificamente é mais diversificado. Antes eu conseguia ver mais pessoas negras aqui. Mas eu acho que como o bairro ta crescendo, ta ganhando muitos prédios, então ta mudando. Tanto questão de cor, como social. Eu vejo carros maiores, coisas que eu não via antes.

RL – então o bairro passou por uma melhoria, e isso atraiu uma população que não é o negro.

E19 – exatamente.

RL – você sente alguma discriminação por ser negra, nesse bairro?

E19 – aqui não. Aqui é bem tranquilo.

RL – aqui no bairro tem todas as facilidades que você precisa?

E19 – aqui tem bastante coisa. Tem o postinho de saúde que é próximo. Tem escola. Têm mercados, farmácias. As coisas aqui são de fácil acesso.

RL – sua região é de fácil acesso ao centro. Desde quando você se considera uma mulher negra? Ou você sempre teve isso?

E19 – é difícil. Eu sempre soube que eu não era branca. Mas eu sempre fui afastada do negro. Então eu sempre era parda, morena. Mas eu sabia que não era branca. Mas foi por volta dos 15, 16 anos que eu fui ter consciência racial.

RL – desde pequena você já sentia preconceito racial?

E19 – quando eu era criança eu já passei por algumas situações isoladas. Não sabia o que era, mas sabia que era alguma coisa. Mas eu comecei a ser atingida de uma forma mais direta, depois que eu comecei a ter consciência racial. Eu lembro um episódio de quando eu era mais nova, eu gostava muito de musica antes. E aí eu fui no shopping com meus pais, foi na Vale sul. E na época tinha uma loja de instrumentos. Eu entrei na loja, era uma criança, tinha 9 anos. E o vendedor pediu pra eu sair da loja. E meus pais tava na loja do lado.

RL – em algumas regiões de cidade, você acha que existe um preconceito maior?

E19 – sim. Aqui na zona sul é muito mais tranquilo. Porque aqui é mais diversificado. Mas quando eu vou mais na região oeste, urbanova, aquarius, ali no SESC. Eu me sinto incomodada. Eu não gosto de ir no shopping Colinas. Eu não gosto de ir no SESC. É muito louco, porque quando eu vou, as pessoas me olham de forma diferente. Quando tem alguns eventos relacionados à negritude, por exemplo, que fala sobre a gente, mas a gente não vê a gente lá. Mas é mais essa região, assim. Os parques também eu não

vou muito. É muito fora da minha realidade. Eu me sinto incomodada, é como se eu não tivesse no meu lugar.

RL – mas a cidade não é o lugar de todos?

E19 – exatamente.

RL – você tá frequentando lugares que são da própria cidade. E o que São Jose prega? Vende essa cidade. O SESC, os parques, o Anel |VIÁRIO. Você não acha que é a sua cidade?

E19 – eu gosto muito daqui, mas eu não sinto isso. Você vê que não tem essa preocupação de inclusão. O SESC tem eventos maravilhosos, mas são 15h numa terça-feira. É pra quem ir? Eu não consigo ir. Por isso que eu tenho essa idéia de que não é pra mim. Mas ao mesmo tempo eu sei que eu preciso estar. Invadir mesmo, pegar o que é nosso.

RL – você que frequenta uma universidade. Qual é o público que frequenta a universidade?

E19 – branco. A Anhanguera é bem diversificada. Mas depende do curso. O meu curso quando eu entrei e tinha 80 alunos. Desses, acho que só 10 eram negros. O que é bastante pra um curso de psicologia. Hoje tem uns 5 negros. A faculdade é algo muito delicado na minha vida mesmo. Hoje a faculdade é meu lugar de luta, de resistência. É muito doído porque eu sinto que minha presença ali incomoda de alguma forma.

RL – você sente isso dentro da psicologia?

E19 – eu fui descobri isso mais fora. Lendo uns artigos que falam sobre questões raciais. Isso eu nunca ouvi falar dentro da faculdade.

RL – o tema de raça não entra dentro da discussão da psicologia?

E19 – não entra. Eu acho que eu tive dois professores negros só. Mas quando tinha discussões sobre gênero, as pessoas já criaram uma discussão maior.

RL – engraçado saber que a psicologia não se preocupa. Deveria ter uma matéria pra discutir isso e preparar o profissional pra enfrentar isso.

E19 – o maior fato de eu adiar pra fazer terapia foi isso. Porque a maioria das coisas que afetam a minha saúde mental são relacionadas ao racismo. Eu tinha muito medo de chegar numa psicóloga branca e falar pra ela, e ela não entender. Aqui na cidade eu acho que não tem outra psicóloga que faz o que a Lu faz. Ela atua mesmo nisso. Ela tem essa consciência racial. Mas a terapia não é acessível.

RL – como que você vê a relação institucional da cidade em relação à preocupação com o negro?

E19 – não tem. Ali no Banhado tem a favela. Que o governo tá há anos tentando tirar a população dali. A gente sabe que é uma questão estética. Porque tem os bairros que são muito afastados. O transporte é um dificultador do acesso. Eu tenho essa visão de é como eles quisessem esconder. Que São José quer passar a imagem de que é uma cidade branca e linda. Essa questão de eugenia mesmo. De limpar.

RL – na faculdade você já passou por racismo?

E19 – diretamente pela Instituição, não. Mas indiretamente sempre. As pessoas me perguntando sempre se eu vou continuar o curso. Teve uma época que eu tava subindo de elevador com a minha amiga, e tocou uma musiquinha de elevador. E eu falei que podia ser funk. E ela falou “ué, virou favelada agora?” então, pra você ver. Ai eu respondi: “eu sempre fui!”

RL – mas você um preconceito do próprio aluno?

E19 – sim. Dos professores eu nunca senti também.

RL – já aconteceu alguma situação específica, em algum lugar?

E19 – acontece muito quando eu vou em shopping. No Colinas, por exemplo. Mas eu entro no shopping, e o segurança me segue. Mesmo sozinha, se eu tiver acompanhada, então. São coisas que não são diretas, mas a gente percebe. É um racismo velado. Recentemente aconteceu um episódio. Foi daqui de São José. Uma menina tem um posicionamento meio estranho, e aí ela começou a postar umas coisas estranhas. E aí printaram esse post, e começaram a xingar a menina. E aí um projeto fotográfico postou uma foto de uma menina branca que dava a mão pra uma negra. Mas aí eu abri a foto e vi que era associado ao blackface. E eu fui questionar o projeto, pra entender o que aconteceu. E eu perguntei se a mão estava pintada e se representava alguma mensagem racial. E aí eles falaram que não tinha a ver. E eles pegaram minha mensagem e postaram no instagram deles. Me expondo e tal.e depois eu fui questionar eles. E começou a chegar varias mensagens no meu instagram, dizendo que eu tava viajando. E aí eu comecei a pensar que eu tava ficando louca. mas eu vi que eu não tava. E foi aí que eu percebi que as pessoas brancas não gostam de ser questionadas.

RL – você frequenta algum grupo de discussão?

E19 – eu tenho um grupo chamado Afronte. Mas não deu pra gente continuar porque cada um tava fazendo uma coisa e tal. Mas ele ainda existe. Mas sempre quando tem uma discussão, eu participo. Mas foram duas situações de pessoas aqui da cidade que me cansaram bastante.

RL – como que você sente a cidade, assim?

E19 – é bem conservadora.

RL – não que em São Paulo não tivesse preconceito. Mas assim, por exemplo, aqui eu não vejo gente de turbante.

E19 – eu também não. Se eu pego alguns ônibus, aí eu vejo mais pessoas negras. Outros ônibus, não. Mas a cidade é bem conservadora. A gente viu na eleição a quantidade de pessoas que votaram no Bolsonaro, aqui nesse bairro. E na cidade também. Isso me incomoda muito. Eu me sinto com medo. Eu só quero andar na minha cidade normalmente. Quando eu vou no shopping, andar com uma bolsa, e acharem que eu to roubando. Quando eu frequento essas regiões, o shopping Colinas, eu vou mais arrumada. Não vou de chinelo, shorts.

RL – os espaços de cultura na cidade, você frequenta?

E19 – é difícil. Porque a informação não chega. Seria mais o SESC mesmo. Ou quando são eventos de alguns amigos meus, mas são na periferia. Mas são eventos independentes. Esses que são mais feitos pelo governo eu não vou.

RL – o que você acha que falta pra essa relação do negro com a cidade?

E19 – eu acho que enquanto o governo não se preocupar com isso, nada vai mudar. É a questão da acessibilidade mesmo. A gente tem grupos que se mobilizam de formas independentes, mas que não adianta. O SESC no meio da cidade não adianta. Enquanto não tiver em outras regiões da cidade, não adianta. Acho que é mais a questão do governo.

RL – falta o que pro negro questionar?

E19 – falta a gente ter mais coragem. Porque a gente corre muito risco de vida. A gente tá caminhando muito devagar, porque se a gente for rápido, a gente vai morrer. Esse governo atual piorou muito as coisas. Eu sinto muito mais medo agora. Acho que a gente precisa se encorajar e ficar junto. Hoje eu tenho mais amigos negros que a gente tinha antes.

RL – bom, é isso.

## **Entrevista 08**

**E08**

**RL – Raquel Lima**

RL – você se considera que raça ou cor?

E08 – negra.

RL – você já morou em outros bairros da cidade?

E08 – já. Mas só na zona sul. Só um mês no centro.

RL – você já sentiu alguma discriminação por morar nesses bairros?

E08 – sim. Na zona sul principalmente agora que eu tô no Colonial. Porque lá é o último bairro da zona sul. Ele tem bastante acesso a vários ônibus, só que por ele ser considerado a “quebrada” e tal, ele é depois de tudo, do lado do Campo e tal, e o pessoal sempre fala que é muito longe, ou que é “quebrada”. Os meus amigos nem tanto, mas quando eu preciso dar alguma identificação, eles já olham torto.

RL – então você acha que tem mesmo discriminação por morar nesse bairro?

E08 – sim.

RL – e você nesse bairro que você mora, a população é branca ou é negra?

E08 – a maioria é negra, é bem evidente.

RL – e lá tem todas as facilidades que precisa ou você sai do bairro pra ir no supermercado, banco, hospital?

E08 – lá tem tudo. Tem o postinho, tem o UPA do Campo que é do lado, eu saio pra fazer essas coisas, mas é por economia. Lá tem tudo. Se eu quiser, eu não preciso sair.

RL – você já sentiu algum tipo de discriminação racial na escola, no trabalho, ou em alguma região da cidade?

E08 – sim. No ensino fundamental inteiro eu sofri bullying.

RL – por ser negra?

E08 – sim. Eu estudei em duas escolas publicas. Uma no Bosque, que eu morei algum tempo a maior parte do fundamental, e a outra parte eu estudei no Parque. E lá era bem mais tranquilo, foi o período que eu não sofri. No Bosque eu já sofri mais.

RL – mas você era a única negra na sala?

E08 – tinha mais pessoas negras também. Só que era interessante porque eu sempre fui muito tímida, então por conta disso acho que facilitava ser o alvo.

RL – mas por causa da cor?

E08 – primordialmente por causa do cabelo. Porque eu sempre usei ele natural.

RL – você circula pelas regiões da cidade ou você fica mais numa região?

E08 – fico mais na sul. A central eu ando bastante também. E a oeste que é a da faculdade, mas só por isso.

RL – você sente que algum local da cidade, ou algum bairro da uma discriminada por causa da cor?

E08 – tem um caso engraçado. O meio entre a central e a oeste, ali por ser considerada uma área mais elitizada as pessoas já olham meio assim. Eu particularmente fico bem desconfortável. Por ser algo muito fora do padrão. Eu to acostumada com a zona sul.

RL – lá você se sente confortável?

E08 – isso. O Colinas eu nem vou muito nele porque ele é considerado mais elitizado. realmente é um lugar que as pessoas olham meio assim.

RL – que bairro você faz lazer na cidade, que tipo de lazer?

E08 – vou no cinema, às vezes no shopping. Quando eu saio com o pessoal eu costumo ir em feira, mais cultural.

RL – nesses eventos que você frequenta, você não sente esse olhar discriminatório?

E08 – não.

RL – a sua turma é de negros ou de brancos?

E08 – eu acho que só tem branco. Tem o pessoal que eu ando mais que só tem branco. E o pessoal que eu encontro uma vez ou outra que tem um negro ou outro.

RL – você é a única negra?

E08 – sim. Cada um tem sua peculiaridade. A minha é essa.

RL – você acha que a cidade tem essa preocupação de saber quem é a mulher negra na cidade?

E08 – não.

RL – alguma política publica voltada pra mulher negra?

E08 – não. A parte que eu mais sofri mesmo foi na escola. E da pra ver que é bastante cultural mesmo. A escola que eu mais sofri preconceito ficava no Bosque, e ele é do lado do Satélite, e a parte de cima dele já é mais elitizada. E vinha outros alunos desses bairros mais periféricos, então não tinha essa necessidade. Até nas pessoas que eram negras tinha esse preconceito, a falta de identificação. No meu trabalho as pessoas não me consideram negra, elas me consideram moreninha. Como eu trabalho na área laboratorial, uma coisa que me incomoda profundamente é a questão do cabelo. Porque lá todo mundo tem que usar cabelo preso, que tem o cabelo curto, Chanel, não precisa. E o meu cabelo chegou uma época que ficou na orelha, e nisso a técnica de segurança que nem me cumprimentava, falava que meu cabelo era toin-io-ioin. E lá tem que manter essa aparência de higiene. Não importa se eu lavo todo dia, se ta limpo, se ele ta enroladinho assim, as pessoas já acham que tem sujeira.

RL – você considera a cidade racista?

E08 – eu acho que tem melhorado. Na época do meu fundamental realmente não tinha pessoas com o cabelo cacheado. Hoje em dia se eu ando pelo ponto, eu vejo pessoas com dread, com trança. Tem uma aceitação maior. Mas, de fato, eu acho que falta política, sim. De cultura. Eu só fui começar a entender mais isso, quando eu entrei na faculdade. A gente discute muito isso, mas fora isso, todas as minhas questões eu levantava por conta própria. Acho que uma forma de trabalhar isso, é com as crianças.

RL – você acha que a cidade não discrimina por ser negro?

E08 – discrimina sim. É clara a diferença. A gente vê isso nos bairros mais elitizados. O meu bairro é mais afastado, ta certo que tem muitos acessos, mas lá eu já me sinto bem mais à vontade. Não devia ser assim, todos devia se sentir confortáveis em todos os lugares.

RL – mas tem lugares que você prefere não ir, por ser mais elitizado?

E08 – se eu posso frequentar um lugar com a mesma função e não é tão elitizado, eu prefiro. A maioria das vezes as situações que eu percebo são individuais. Um outro caso que aconteceu comigo, é que eu fui frequentar uma loja perto da onde eu trabalho e lá é uma loja de 1,99. Eu tava inteira de branco, por causa do meu trabalho, e eu tava olhando o preço de um negocio, aí a moça perguntou quanto era o preço, e eu disse pra ela que eu não trabalhava lá. É uma coisa que não faz sentido, não tinha nada a ver. Mas eu acho que o que pega mesmo, é quando eu vou em alguma loja, alguma coisa, e o pessoal já fica em cima,

de olho. Nas lojas no centro, às vezes eu ia com a minha melhor amiga, e ela é branca, e ela também tava de mochila, e ninguém se importava com ela. Na nossa cidade é bem cravado, mas ninguém faz nada.

RL – e você sente que a cidade tem essa preocupação, de cidade, você participa de algum grupo na cidade?

E08 – não. Tanto que grupo eu tenho bastante dificuldade de encontrar. Eu até fico chateada comigo mesma, porque eu acho que eu não faço muita coisa pelo movimento. Tanto que uma vez eu tava no instagram e eu vi um coletivo em Jacareí, e Jacareí é uma cidade menor. E lá eles têm essa coisa da cultura mais cravada, e eu sinto falta disso aqui. São José é uma cidade tecnológica e só. Parece que a gente só tem isso a oferecer, e não tem mais nada. Mas isso não é verdade. Tem varias questões que eu queria levantar e eu sinto que não tem pra quem recorrer.

RL – super obrigada. Eu quero criar mapa, quero saber onde estão morando essas pessoas, então eu to entrevistando todo mundo. A universidade criou o NEAB, e a gente quer compartilhar tudo que a gente tem lá, porque a gente tem 25 anos de pesquisa. A gente tem livro publicado, tese, tcc, dissertação. A gente tem toda uma biblioteca do estudo do negro. Então tem gente em outras áreas também pensando na questão do negro. E a gente quer fazer uma apresentação. E a gente teria um coletivo dentro da instituição. E a pessoas que às vezes não tem com quem falar, pode encontrar isso no coletivo. A gente tem muita coisa legal, mas a gente quer dividir isso com outras áreas.

E08 – e eu sinto isso muito mais nas Humanas, quando você vai pra Biológicas já não tem.

RL – a Viviane discute a saúde do negro no Brasil. Então tem coisa acontecendo, a gente só quer reunir todo mundo junto. E aí a gente quer fazer o encontro.

## **Entrevista 12**

**E12**

**RL – Raquel Martins**

RL – hoje é dia 18. Eu vou começar individualmente. Qual é o seu nome?

E12 – Liliane Correa Alves.

RL – quantos anos?

E12 – 35.

RL – você é de onde?

E12 – São Paulo.

RL – em que bairro você nasceu em São Paulo?

E12 – Vila Rica que chama. Mas eu passei minha adolescência na Viradouro.

RL – você é casada?

E12 – casada.

RL – você tem filhos?

E12 – não.

RL – qual é sua escolaridade?

E12 – superior completo.

RL – formada em que?

E12 – sociologia.

RL – você se considera de que raça ou cor?

E12 – eu sou negra.

RL – e você trabalha como socióloga?

E12 – não. Eu sou arte-educadora.

RL – seu trabalho faz parte da sua renda familiar?

E12 – sim.

RL – até quantos %?

E12 – 30%.

RL – você mora em São José quanto tempo?

E12 – vai fazer 8 anos.

RL – e você mora em que bairro?

E12 – na zona leste, no jardim das flores.

RL – qual foi o motivo de você ter vindo pra São José?

E12 – eu vim pra casar.

RL – você já morou em outros bairros em São José?

E12 – não.

RL – eu queria que você falasse da questão da discriminação na cidade, como que você sente isso nos diferentes bairros ou regiões. Você não fica concentrada na leste, você participa de outros bairros em São José? Já teve alguma situação que você sentiu muito claramente algum racismo ou discriminação por conta da cor? Que lugares da cidade você frequenta, me fala um pouco sobre a sua vida e a sua relação com a cidade?

E12 – antes de trabalhar como arte educadora, eu também sou produtora cultural, aí foi esse o primeiro trabalho que eu fiz aqui. Mas o trabalho mais significativo que eu tive foi como produtora cultural do Piraquara. Pra trabalhar com a cultura popular, no meu

entender, a gente tem que trabalhar com a questão do negro, mas ficou muito clara que essa não era uma coisa que as pessoas aqui de São José queriam tratar. Quando eu falava da necessidade de tratar da consciência negra, a gente recebia muitas escolas, muitas crianças, e quando eu falava da agenda pra novembro, e pra tratar da consciência negra, que não dava pra deixar passar, estando no Vale do Paraíba, um marco na questão cafeeira, com maior numero de escravos, eles falavam que isso não podia ser pauta. Então o tradicional folclore em São José não vê a pauta do negro.

RL – então você sentiu isso na área cultural?

E12 – sim. E a gente pensar em SESC é a mesma coisa. Quem frequenta esse SESC? É a elite. Hoje parece que a administração ta revendo esse conceito. Eles tão querendo ir pros espaços mais periféricos, porque as pessoas não vão gastar dinheiro pra pagar passagem e ir no SESC. Situação de racismo eu já passei com mestres da cultura popular. Um mestre queria se inscrever pra participar do Revelando SP, e ele não sabe escrever, e a mulher da FCCR que tava recebendo os formulários disse que não poderia se inscrever porque tinha que ser ele pra escrever. E ele um homem negro, sabedor e fazedor da cultura passou por isso. E nós enquanto estudantes da cultura popular representando a cultura dele no palco achamos que isso é normal. Você vai lá e representa o que o cara sabe fazer, ganha dinheiro com aquilo e não dá o mínimo de suporte pra ele. Então na área da cultura o racismo é super forte. Eu já passei por racismo, que foi o caso de uma senhora muito empoderada da cultura aqui em São José, ela me mandou subir na casa dela pela área de serviço. E eu sabia que eu não era a única pessoa. E isso me desestimulou muito. Porque eu venho de São Paulo e lá é outra coisa. As pessoas vão e encaram. E lá nós somos muitos, muitos negros que estão unidos pra muita coisa. Aqui não. Fica cada um no seu. São José é rei na discriminação na área da cultura. Na gestão passada a prefeitura ainda tentou fazer alguma coisa, mas...quando eu vejo a Ângela Savastano falando que o Brasil é um país miscigenado e citando Gilberto Freyre, falando que é realmente aquilo, que nós somos um país miscigenado, falando isso numa sala cheia de professores, eu falo “esse lugar não é o meu!” hoje em dia eu já me relaciono com outros tipos de pessoa, principalmente o pessoal do movimento do hip-hop, muito mais engajado. Ali eu tenho base, é o pessoal que sofre racismo comigo. Que acessam os locais comigo, que não se sente bem que de entrar no SESC.

RL – dentro dessa cultura por que os negros não acessam a cultura?

E12 – eu que tenho curso superior, que consigo conversar em todos os lugares, eu não me sinto a vontade no SESC. Eu me vejo “será que eu posso sentar aqui?” se eu me sinto desse jeito, eu imagino com uma pessoa com menos instrução, que vem de longe, imagina eu. A programação na é feita pra isso. Quando a programação é feita pra isso, como um samba de roda, aí tem a tiazinha que vem lá da Bahia, que passou por ali e viu, ela “nossa, eu conheço esse som da minha infância”. Ainda assim aquele jeito como é feito, no palco, com glamour, com microfones e com luzes, ela não vai sentir que é pra ela.

RL – onde o negro de São José ta fazendo cultura?

E12 – eu acho que o hip-hop ta fazendo isso nos bairros. Você vai lá no Campos de São José, tem um ponto de cultura ali, que é cultura, gastronomia e lazer. Lá você come e bebe e é barato. Tem um samba toda hora. Então os negros estão ali, nas suas regiões.

Como em São Paulo acontecia com quem morava na COAHB, que não acessava o centro, que morava na cidade Tiradentes. Aqui é a mesma coisa. Essas pessoas tão lá. Mesmo com a FCCR tendo seus espaços descentralizados, a principal pauta dessas casas de cultura é a cultura caipira. Esquecendo que o caipira também é negro. Santana é feito de pessoas negras.

RL – nos bairros que você mora e até mesmo o centro, é visível a diferença. Nos bairros você tem mais negro, e no centro você tem mais brancos, como é isso?

E12 – no meu bairro não tem. Que é um bairro mais estruturado. A gente foi no Campos de São José fazer uma apresentação do Sofia da vida e todos os negros da cidade tavam lá. Felizes porque a gente tava levando alguma coisa. No nosso bairro até tem um negro ou outro, mas é um bairro pequeno, fechado. E no Eugenio de Melo que da pra ir a pé, nunca vi um evento da cultura afro-brasileira. Tudo é caipira.

RL – como que a cidade de São José dos Campos se relaciona com a população negra dela?

E12 – ela não se relaciona. Quando eu cheguei em São José, em 2013, quando o PT assumiu, tinha a possibilidade de criar mais um feriado, e a gente pedindo a pauta do 20 de novembro, o partido que deveria ser progressista criou mais um feriado cristão.

RL – o que você acha que falta então pro negro ter uma postura de ir lá reclamar pra serem atendidas as demandas do negro na cidade?

E12 – precisa de política publica. Se o negro não vai pro evento, o que falta pra ele ir?

RL – mas a política como instituição não quer fazer isso. O que falta na cidade pra os negros conseguirem se organizar e efetivamente participarem? Porque tudo que ele conquistou até hoje foi por demanda do próprio negro. Não há um movimento negro em São José?

E12 – o movimento negro de São José é partidário. No coletivo de mulheres negras tinha uma pessoa que era branca lá, mas são super bem-vindos. E essa menina que chegou junto falou que o problema era social. Não da pra você ta num grupo de mulheres negras e falar que o problema é social. E quem são essas pessoas? São ligadas ao PCdoB, ao PT. O que é mais importante pra ela? A luta de classes do partido. Então os negros que andam com essas pessoas não entendem. A base seria o movimento negro, mas isso não vai acontecer.

RL – então a cidade não vê o negro. É uma pauta não está até por conta do próprio negro não se posicionar.

E12 – o negro foi muito mutilado. A historia do negro numa cidade católica cristã. A gente não pode não pode falar, o negro não tem a historia dele como negro, ele não se vê como negro. Não da pra cobrar uma postura do negro. Por isso que a política publica precisa. Porque essa pessoa que ta lá no poder publico, ele tem que entender isso.

RL – você sente olhares diferentes dependendo de qual bairro você está?

E12 – com certeza. O que é aquele Aquarius, gente? Eu me sinto do mesmo jeito que eu me sinto no SESC, eu me sinto no Carrefour. A gente não se sente bem no Colinas, naquela praça de alimentação. Os melhores filmes, que são os legendados passa lá, isso que é o pior. Eu me sinto bem no Novo Horizonte, no Campo dos Alemães.

RL – a gente pode dizer que em São José, essa pauta do negro não existe?

E12 – não.

RL – muito obrigada pelo seu depoimento.

---

### **Entrevista 13**

#### **E13**

#### **RL – Raquel Lima**

RL – você pode me falar seu nome?

E13 – Luciane.

RL – você nasceu onde?

E13 – no Rio de Janeiro.

RL – quantos anos você tem?

E13 – 50.

RL – em São José você mora onde?

E13 – Jardim das Flores. Zona leste.

RL - você é casada?

E13 – sim.

RL – escolaridade?

E13 – superior completo. Psicologia.

RL – você tem filhos?

E13 – não.

RL – raça?

E13 – negra.

RL – seu trabalho representa quantos % da renda familiar?

E13 – 70%.

RL – na cidade você mora há quanto tempo?

E13 – quase 24 anos.

RL – e qual foi o motivo que você veio?

E13 – trabalho. Passei no concurso e vim.

RL – do Rio de Janeiro pra São José dos Campos é radical a mudança. Mais do de São Paulo pra cá. No Rio a gente vê essa questão da cor muito bem definido, até mais do que São Paulo. Como você sentiu essa diferença em relação à São José dos Campos?

E13 – eu vim pra cá em 95, eu tava formada há 2 anos e pouco. E envolvida no movimento negro no Rio. Com varias coisas acontecendo, a UERJ criando o Cenum que existe até hoje. A gente participando do IPDH, que ano passado foi despejado, depois de anos e anos, então a gente tava muito junto. E eu passei no concurso e vim. Cheguei aqui procurando o que tinha, e não via nada. De repente era um governo democrático popular, governo da Ângela, e tinha as reuniões de orçamento participativo. Eu fui trabalhar na secretaria de desenvolvimento social. E numa dessas reuniões eu vi um cara todo paramentado e eu fui atrás dele e a gente é amigo até hoje. Eu fui numa reunião que teve, não fiquei como ativista.

RL – era qual movimento?

E13 – era o movimento Fabrício Camilo, era ele que tava tentando. Então a gente tava discutindo o que podia ser feito no dia 20 de novembro. E eu me lembro que me chamou a atenção. Eu falei “opa, em que nível tá a discussão racial aqui?” porque eu senti essa diferença gritante. Foram duas situações nessa reunião. Uma foi uma das pessoas que tavam na reunião, as pessoas falando o que poderiam fazer por essa questão, e uma pessoa ironizou a discussão. E esse amigo que tava na reunião disse que tinha pensado em um logotipo de protesto, e que era uma figura que se via muito, que era uma mulher negra amamentando uma criança branca, e o filho negro sentado no chão. E ele colocou essa figura e escreveu “até quando?” e não passou. Acharam que não. Não por quê? Acharam que não ia pegar bem, era muito pesado. E ao longo desses 20 anos, porque eu fico pensando no Rio, em São Paulo. Eu entrei num coletivo, que chama Quilombelas, a gente tá buscando reacender de uma maneira ativa, acho que tem 15 anos. Mas sempre tem um coletivo aqui, outro ali, um que não se com o outro. Pouca gente mobilizada e consegue não se dar com outros. A gente racha, acontece isso aqui em São José. E ao longo dos anos eu vi sempre discussões aquém do que estava acontecendo em São Paulo ou no Rio. Em 2017 eu fui chamada pra falar no 20 de novembro, e pouco tempo antes teve uma palestra de 3 pessoas conhecidas, que foram falar sobre a questão racial. Uma delas dorou a pílula. Os poucos negros que tinham lá assistiram. Ao final, a pessoa que era mediadora, era branca, ou não negra, e essa colega causou incomodo, com as pessoas da diretoria do SESC ouvindo. E ela falou uma coisa que ela tava certa, que no dia da consciência negra todos deveriam ser negros, até a mediação. E a ultima palavra é da mediadora...ela puxou o currículo, e silenciou a colega. E a platéia levantou pra aplaudir efusivamente. Essa era uma coisa que eu ia citar. E na palestra eu falei dessa situação. Eu e a Liliane, a gente apanhou,

quem falou isso foi a pessoa que me chamou pra falar, e uma outra colega que ia falar. Pra ela é o SESC é prestador de serviços.

RL – desde que você chegou, até hoje, o que é São José dos Campos em relação ao negro?

E13 – pessoas olham pra mim, negra retinta, e falam “morena, igual a você”. Eu não sou morena, eu sou negra. Alguém no trabalho olhar pro meu cabelo de dread, e falar “mas não fede?” e aí eu poderia ter feito um discurso, mas eu fiquei com tanta raiva, que eu falei “você acha que eu vou colocar um troço que fede na minha cabeça?”

RL – mas é porque a cidade não convive com o diferente. A cidade é padrão. Você anda na rua e você não vê.

E13 - aqui não é. “nossa, mas você usa umas roupas exóticas, diferentes”. Isso porque eu to com uma bata estampada. É essa coisa do ser diferente, do exótico. Como eu sou grande, passa uma coisa assim, “será que ela é brasileira?” porque é visível que eu não sou daqui.

RL – a mulher negra joseense tem uma postura mais conservadora. A cidade a obriga, e como ela não teve esses espaços de afirmação, ela fica conservadora.

E13 – eu tenho um numero crescente de mulheres e jovens negros me procurando por ser uma psicóloga negra. E são todas abaixo dos 30 anos. E trazendo toda essa percepção de busca pela sua negritude, e um sofrimento por perceber.

RL – como é que você sente o seu relacionamento com a sua cidade sendo uma mulher negra?

E13 – falando de experiência pessoal eu vejo as pessoas se espantando ao me ver entrar de nariz em pé. Porque eles estão acostumados a ver as mulheres de São José não entram. Hoje eu trabalho na secretaria de apoio ao cidadão.

RL – você atende que demanda?

E13 – mulheres vítimas de violência domestica.

RL – quem são essas mulheres no geral?

E13 – em toda secretaria são aquelas pessoas mais pobres.

RL – essa mais pobre tem cor?

E13 – tem. É tudo não é estatisticamente comprovado, mas essas mulheres são não brancas.

RL – você frequenta qualquer tipo de região na cidade. Mas você percebe olhares diferentes dependendo da região?

E13 – total. Percebo. É entrar no shopping colinas, por exemplo, num restaurante, numa loja, e o olhar é diferente. Ou é um olhar de “o que ela ta fazendo aqui?” ou é um olhar de “que legal que ela ta aqui”. A região oeste da cidade...

RL – lá no urbanova uma vez eu pedi gás, e eu falei pro menino deixar o troco e ele não acreditou.

E13 – eu passei isso no Rio infelizmente. “a senhora pode chamar a dona da casa, por favor?” “você quer falar com a minha mãe?”

RL – mas isso é por conta da sociedade em que vivemos. A pessoa repete o que ela aprendeu. A nossa sociedade não convive com o negro, teoricamente ele tem os serviços destinados a ele.

E13 – eu tenho uma amiga negra retinta que mora no Aquarius, ela já foi convidada a subir pelo elevador de serviço. Já aconteceu de falarem “ah, acabou o dia hoje hein. Ta indo descansar?” e ela dizendo “eu moro aqui!”

RL – é diário isso.

E13 – no condomínio aonde a gente mora, que não é nada complicado de entrar. Duas ou três vezes que tem um porteiro novo que pergunta, o carro da frente passa, e eu tenho que mostrar o RG.

RL – você em São José já sofreu algum tipo de preconceito, discriminação?

E13 – essa situação que eu falei do cabelo. No meu trabalho, a gente nem sempre a pessoa da cozinha lá. E tem um lanche que a gente servia pras pessoas que eram atendidas. Então quem tivesse lá ia ajudar a fazer. Um dia eu tava. Tinha acabado de atender e tava lá colocando um suco, um pão. Aí entrou na cozinha uma outra colega que tava há pouco tempo lá, e eu fui formalmente apresentada pra ela uma semana antes. Ela entrou pra fazer o lanche dela, me viu, porque as pessoas que trabalham na cozinha normalmente têm um uniforme, e eu não tava. E ela quis ser simpática. Ela “Oi, você ta aqui agora?” eu não entendi na hora, eu falei “sim, eu trabalho aqui!” e ela falou “não, na cozinha!” eu falei “não, eu trabalho aqui!” ela lembrou e ficou roxa e saiu, não falou nem desculpa.

RL – porque primeira a pessoa vê a cor, e o que você deveria fazer ou ser.

E13 – certo silenciamento que se eu disser isso pras pessoas que estão comigo no meu trabalho, elas vão dizer que eu to louca. Com frequência até a algum tempo, tinha a questão de eu falar menos, me posicionar menos. O tempo me mostrou por que. Mas hoje eu vejo quantas vezes eu começava a falar alguma coisa e tinha alguma conversa paralela. Ou eu tentar falar e as pessoas começarem falar por cima. O posicionamento por mais cansativo que possa ser, é por força. Meus pais não ensinaram um discurso, mas era muito na pratica. Minha mãe apontava situações que ela tinha vivido e como ela tinha resolvido. Meu pai tinha o nariz em pé, ele era policial, não era violento, mas ele chegava muito bem vestido. E minha mãe contava das situações de não ser atendida em comercio. Isso sim aqui, não tem uma vez que a gente vai na Leroy Merlin que o segurança não me segue. Uma vez ele esbarrou em mim, e eu falei “opa, é a 5ª vez que eu cruzo com esse homem.

RL – como moradora em São José, você reconhece alguma política publica voltada para o negro?

E13 – política publica não há. No pacto de igualdade racial, o conselho, uma das pessoas que freqüentavam é um medico negro, o Sergio. Umas das brigas dele era pra que o

quesito raça/cor contasse nos formulários da saúde. Pra que se pudesse pensar em uma política publica. A gente não tem números. Todo mundo é igual.

RL – e se todo mundo é igual não precisa.

E13 – no outro trabalho a gente não usava muito esse, a gente tinha um manual, e eu não caio mais nessa de não perguntar. E eu conversei com uma colega e ela disse que não se sentia a vontade pra perguntar. A maioria eu via sem preenchimento.

RL – você frequenta a região oeste ou a região onde tem as maiores facilidades, aquela cidade de São José que você na televisão?

E13 - a gente vai. Menos do que poderia, mas vai.

RL – pensando no bairro que você mora, as pessoas têm essa possibilidade de usufruir?

E13 – só quem tem carro. Se você mora longe, então fica aí. Fim de semana, SESC ou colinas. A pessoa que vai sair do Novo Horizonte, do Dom Pedro, Eugenio de Melo, ela não vai.

RL – se você pensar no acesso ao território é por meio do transporte. Se você não tem política que facilita o transporte, você não tem uma cidade que é pra todos. Fica sendo pra quem acessa, e quem acessa é quem tem carro. É um problema de exclusão. Você trabalha com violência, e a delegacia da mulher é no Aquarius, que não é de fácil acesso.

E13 – fecha às 17h, então não pode perder o trabalho, e é complicado. não funciona final de semana, e os casos acontecem mais no final de semana. Vai correr pra uma delegacia comum e eles vão relevar.

RL – a cidade São José linda e maravilhosa é pra poucos.

---

## **Entrevista 24**

### **E24**

#### **RL – Raquel Lima**

RL – eu não vou identificar a pessoa, porque eu quero estudar o fenômeno. E geralmente quando é algo mais pesado, os pesquisadores criam iniciais. E eu vou colocar no mapa de São José dos Campos pra saber onde essas mulheres estão. Porque nas regiões mais abastadas elas não estão. Qual o seu nome completo, porque eu preciso registrar no banco de dados, mas não vou identificar?

RL – você nasceu onde?

E24 - Rio de Janeiro.

RL – você mora no centro?

E24 – isso.

RL – você é casada?

E24 – sou.

RL – tem filhos?

E24 – 3 filhos.

RL – você estudou até que serie?

E24 superior incompleto.

RL – você fazia que curso?

E24 – serviço social.

RL – você se considera de que cor?

E24 – negra.

RL – você hoje trabalha com o que?

E24 – sou Produtora Cultural.

RL – esse trabalho tem renda?

E24 – às vezes sim, às vezes não. Meu marido que sustenta a casa.

RL – há quanto tempo você mora na cidade?

E24 – 15 anos.

RL – e por que você veio pra cidade?

E24 – foi a separação dos meus pais, e minha mãe veio pro litoral. E eu vim pra São José com 15 anos.

RL – você já morou em outros bairros em São José?

E24 – morei na Vila Nair, Jardim Jussara e aqui.

RL – minha pesquisa tenta entender como que a cidade ou você sendo uma mulher negra se vê na cidade?

E24 – é uma cidade preconceituosa, como você pôde perceber. E eu passei por alguns constrangimentos, e eu entendi que foi por ser negra. Outro dia eu tava voltando da escola com as minhas filhas, e uma delas tava chorando, e veio um segurança atrás de mim, e uma moça atrás de mim, achando que eu tava seqüestrando minhas filhas. Eu tenho uma filha que tem a pele branca, com os traços negros, porque acredito que puxou minha mãe. Só que ela parece comigo. Aí o rapaz ele não falou nada, e ele falou que eu era a mãe dela. E a moça, uma japonesa mestiça, que tava dizendo que não era. E tem outro caso aqui na Padaria 24h. Meu marido tinha saído e eu achei que ele tava lá, eu cheguei lá, dei uma olhada, e ele não estava. E minha filhinha que tem 4 anos, ela tinha meses e estava no meu colo, e a gente bem arrumando. E veio uma moça, e perguntou se eu queria comer alguma coisa. Ela não olhou pra minha maquiagem, pra minha roupa, ela só olhou pra minha cor. É

uma moça loira. É uma cidade bastante racista, sim. Até mesmo as mulheres brancas reconhecem que são privilegiadas.

RL – no bairro que você mora, é mais negro e mais branco essa região? É perto da comunidade, né?

E24 – mais negro. É maior.

RL – o que você faz na área da cultura?

E24 – eu trabalho com o hip-hop. Que é composto por 4 elementos. A musica, a dança, a literatura marginal, e o graffiti. E a gente trabalha com eventos. Aqui, onde é minha casa, que Casa do hip-hop Santa Cruz. Os eventos acontecem aqui. Aqui acontecem as rodas de conversas, e os encontros relacionados à cultura urbana. Nossa intenção é trazer pra comunidade a cultura, porque ela não chega através dos órgãos públicos.

RL – e o hip-hop não é uma cultura negra só, mas também é. Como que é isso no seu dia-a-dia, o pessoal que ta lá na comunidade, sente essa dificuldade ao acesso à cultura oficial?

E24 – Aqui a gente trabalha mais com as crianças. Com oficinas de graffiti. Antes desse projeto acontecer, eles não tinha conhecimento, eles não sabiam do que se tratava. Hoje eles já acostumaram, já sabe que tem esse projeto. A gente tem o objetivo de montar uma escolinha, mas é um projeto num futuro, mas não muito distante. Como eles têm interesse, vai ser mais fácil.

RL – eles acessam algum projeto da Prefeitura?

E24 – daqui da Santa Cruz, não.

RL – se não tiver esse tipo de cultura, eles não têm acesso à cultura?

E24 – não. Às vezes tem crianças que fazem Fundhas, aí sim.

RL – você acha que em alguns lugares específicos da cidade, existe preconceito maior?

E24 – acredito que sim. Porque eu reparo como as pessoas olham. Em alguns lugares que eu vou as pessoas reparam como eu to vestida. Repararam quando eu começo conversar, as pessoas perguntam minha formação. Primeiro eles avaliam por fora. Aí quando começam a conversar e vêem a desenvoltura, aí elas respeitam.

RL – você circula em outras regiões?

E24 – vou muito no Vicentina Aranha. Ali tem muitos eventos também, mas você percebe que é outro publico. Eu já fiz alguns eventos ali. É um publico branco, a periferia não ta lá. Mas quando eu fiz esse evento lá, minha intenção era de levar essa cultura pra eles conhecerem.

RL – você acha que a Prefeitura tem políticas voltadas pra mulher negra?

E24 – não. Existe essa discussão em épocas de eleição, depois, não. Um vereador ou outro. Eles sempre pedem umas meninas que estejam precisando trabalhar, mas nada pra montar uma oficina de artesanato.

RL – você considera a cidade de São José dos Campos racista?

E24 – sim. Bastante. A mulher negra se tiver uma mulher branca ou negra, e a branca tem vantagem.

RL – o que você acha que falta pra ter essa discussão na cidade?

E24 – eu acho que pra gente atingir um maior número de mulheres, os projetos teriam que circular nas periferias. Como eu te disse, se a gente não trouxer pra cá, as mulheres, as crianças não vão sair daqui.

RL – por que elas não podem sair?

E24 – de repente elas não sabem. Ou o filho é pequeno, não pode sair. Esses coletivos que existem, eles poderiam circular. Ir de porta em porta. A grande parte das mulheres da periferia não tem uma visão ampla pra ler ali na internet e entender. Precisa do dialogo, da conversa. O contato físico desenvolveria melhor.

RL – você tem algum tipo de patrocínio?

E24 – nós começamos mesmo em 2007. A Casa do hip-hip que começou em 2012. Mas começamos outro em 2007, chamava MorBarasil, aí tinha oficinas de graffitti, de artesanato, esse projeto tinha patrocínio de amigos que custeavam. Só que esse projeto durou 1 ano, e perdemos os apoiadores e não deu pra continuar. E em 2012, eu e meu esposo resolvemos fazer um ponto de cultura pra ter encontros. Só que aí nos primeiros já tinha 150 pessoas aqui dentro. Então ele expandiu. Quando começamos esse projeto não tinha renda nenhuma. Aí eu descobri o Proac, Projeto de Incentivo a Cultura, comecei a projetos, e eu já passei duas vezes no fundo municipal de cultura de hip-hop pela Fundação Cultural, e a gente vai circular com ele.

RL – e vocês vão atender que publico?

E24 – crianças. De 8 a 14 anos. Mas acaba sendo desde pequeno.

RL – como que a criança sai depois de um encontro?

E24 – sai se achando artista. Com vontade de aprender. Por isso que eu quero montar essa escolinha.

RL – o que você acha que pode transformar a vida da criança depois do contato com a cultura?

E24 – a cultura tem o poder de salvação. De resgatar e de salvar. De não deixar a criança entrar no crime. Aqui a gente ta na maior favela, no coração da capital da tecnologia. A criança, assim, ela tem opção de escolha. A cultura traz oportunidade.

RL – quando despertou a vontade de trabalhar com a cultura?

E24 – eu sou militante de hip-hop, faz 21 anos. Eu era mc na época.

RL – e você veio pra cá e quis continuar?

E24 – isso.

RL – bom, eu agradeço muito. Meu trabalho inicialmente não é sobre cultura, mas se a cidade é segregada, ela passa por educação e por cultura. A mulher muda sua forma de se posicionar através da cultura. Qual a sua opinião sobre o Movimento Negro mesmo, sobre o tom do cor da pele?

E24 – minha amiga mesmo falou que queria sair do serviço. E eu perguntei por que, porque eu queria entrar lá. E ela tem a pele escura. Ela me falou que é porque o chefe dela era racista, e que comigo não seria assim, porque eu tenho a pele mais clara. Eu acredito que o próprio Movimento divide em tons de pele. Se você ta se declarando negra, como que a pessoa fala que você tem a pele clara? Ou você é ou não é. Outro dia eu fui fazer um boletim de ocorrência por roubo e o delegado perguntou como eu me declarava, e eu falei negra, e ele disse que eu não era negra, era parda. E ele não colocou o que eu declarei, colocou parda.

RL – o delegado jamais poderia falar isso pra você.

E24 – eu acho bastante complicada essa questão.

RL – ta bom. Muito Obrigada.

---

## **Entrevista 23**

### **E23**

#### **Raquel Lima**

E23 – eu sempre achei que essa coisa de não encontrar negro era uma coisa minha. Porque meu pai sempre trabalhou na GM, sempre teve uma condição social bacana. Eu estudei direito, minha irmã medicina, então nesses ambientes não tinha, e eu achava que era por conta da condição social.

RL – eu sou da região oeste aqui. E você não vê. E depois conversando com as mulheres, eu vi que tem mais por trás disso. A mulher negra não quer participar, ela não quer vir pro centro. Ela se sente discriminada. A principio, mesmo com as mulheres que estudaram, elas sentem um preconceito muito grande.

E23 – eu sempre presto atenção. Quando eu entrei na escola, era eu e mais 3 outros negros. Na faculdade, com mais de 150 alunos, era mais dois ou três só. Muito pouco, todos os lugares que vou... Eu percebo, assim, não por ser negra, mas eu vou pra SP e vejo um monte de gente diferente, roupas, estilos. Eu vou em alguma feirinha e tenho vontade de comprar uma roupa, mas eu não tenho coragem de usar aqui.

RL – por quê?

E23 – porque é como se fosse um ET.

RL – a gente tem um padrão, a cidade é conservadora.

E23 – você sente um olhar conservador.

RL – ela se mantém um núcleo bastante conservador.

E23 – eu tenho uma conhecida que veio do Rio e ela fala que quando veio pra cá sentiu essa diferença. Que as pessoas no Rio são todas extrovertidas. Um outro clima.

RL – qual é teu nome?

E23 – Vanessa Regina dos Santos.

RL – quantos anos você tem?

E23 – 41.

RL – você nasceu em São José?

E23 – nasci.

RL – você mora em que bairro?

E23 – agora eu to morando na Vila Betânia. Antes eu tava morando no Jd. Satellite.

RL – você é casada ou solteira?

E23 – solteira.

RL – você fez direito, né? Trabalha em que?

E23 – sou escrevente.

RL – sua renda representa % da renda familiar?

E23 – 100%

RL – você já morou em outros bairros de SJC?

E23 – já. Satélite.

RL – você já sentiu discriminação por conta da cor?

E23 – já. Quando eu era criança era tudo diferente. Eu lembro que as meninas puxavam o lenço do meu cabelo. As meninas ficavam meio assim. Eu lembro que a gente tava assistindo aula e o menino tava com giz na mesa, ele juntou aquele pó de giz e tacou no meu cabelo. Aí o professor parou a aula e falou que se quisesse ir na diretoria contar o que ele tinha feito, eu podia ir. O professor mesmo não fez nada.

RL – hoje, no bairro que você mora, você sente algum preconceito em relação a algumas regiões específicas? que shopping você frequenta mais?

E23 – Valesul e Centervale mais. Mais eu não vejo tanto preconceito, assim.

RL – que tipo de lazer você frequenta?

E23 – São José é complicado. Quando você quer algum lazer, você vai pra SP.

RL – você frequenta opção cultural que tem na cidade?

E23 – pouco. Vou mais pra SP. Aqui em SJC essa vida cultural não acontece.

RL – quando você vai em alguns ambientes, você sente a participação do negro? Como é que esse publico do fórum?

E23 – o publico negro é pouco. Eu trabalho no juizado especial civil. Talvez na Vara de família, pode ser que tem um numero maior. Vejo pouco mesmo.

RL – você acha que a cidade tem uma preocupação em discutir institucionalmente políticas voltadas pro negro?

E23 – não, não vejo. O que eu vejo muito é pra colocar pra forma, falar que ta preenchendo. Mas nada especifico?

RL – você frequenta SP, você acha que tem muita diferença?

E23 – é porque lá também acaba sendo um publico mais especifico, que é pra atender mesmo.

RL – você já passou por uma situação especifica como adulta de preconceito?

E23 – eu lembro uma vez no shopping que eu tava tentando estacionar, e aí a mulher ficou brava comigo e falou “é, só podia ser preta mesmo!”

RL – você acha que essa forma de encarar a vida, assim, deve-se a que?

E23 – ah, a essa situação que eu cheguei hoje. De passar num concurso. Percebia essa diferença, mas não me sentia discriminada por conta disso.

RL – sua família discutia isso com você?

E23 – não. Era normal. O que mais pega aqui é mais a questão de dinheiro, do que com a cor.

RL – bom, obrigada pelo seu depoimento.

## **Entrevista 18**

### **E18**

#### **RL – Raquel Lima**

E18 – quando eu cheguei em São José dos Campos eu não advogava, eu vim trabalhar eu uma empresa. E lá eu senti um pouco, porque eu era a única negra. E eu tinha mais de 40 anos, e o gerente falou pra mim quando me demitiu que eu não fazia parte do perfil da empresa, porque eu tava muito velha pro mercado de trabalho. E dali eu comecei a advogar. Minhas amigas sempre foram brancas, as que me abriram as portas, que me levaram pra ser conciliadora. Porque o perfil de São José pode ser velado, mas aqui as duas vezes que eu sofri preconceito foi de pessoas morenas, ou se elas se intitularem de brancas, elas estão mentindo porque elas são afro. E lá no meu escritório, eu fazia dança do ventre, e eu conheci uma moça, e a professora depois de alguns anos, eu já tinha parado de fazer

aula, e a professora me indicou pra uma ex-colega de dança, a menina falou comigo pelo whatsapp, e não reconheceu a foto, e quando ela chegou no escritório, ela falou “mas é você mesmo? você não é a secretaria?” E ela falou assim “olha, ta na nora de eu ir buscar meu filho. A gente pode ir outro dia?” E ela nunca mais voltou. Eu dou aula também, todos os alunos também, eu nunca tive problema nenhum. Às vezes a gente levantava questões sociais, de ética, e quando chegava na aula eu falava sobre racismo, porque eu perguntava sobre a cota pra negros. Eles ficavam roxo, rosa...porque na sala só tinha eu de negra. E alguns levantavam e falavam, e eu concordo, eu não sou a favor da cota, porque eu acho que divide. E a menina levantou e perguntou “professora, já que esse curso é de graça, cadê os negros?”

RL – eu fui pro SESC, pra discutir a questão do negro. E cadê os negros? Não estavam. Ele fica lá no gueto, ele realmente não acessa. Porque é longe, porque o ônibus não funciona...Isso não é só por conta da cor, é por conta do dinheiro.

E18 – eu acho que falta o próprio negro tomar essa atitude. O Pronatec todos eles foram gratuitos, e não apareciam negros. Onde eles estão? Vai viver como domestica até quando? Vai aceitar o subemprego até quando? Repetindo a história da mãe, da vó. A população negra é adormecida nela mesma.

RL – essa sua visão é uma visão de outras pessoas que conseguiram estudar. Mas não é a visão do negro no geral.

E18 – eu tinha um namorado negro, nós viemos passear no Centervale e ele falou assim: “nem o garçom é negro aqui?” e eu falei “não é porque não quer!”

RL – mas essa visão não ta errada. Aqui existe mesmo. Não é comum. Qual é seu nome completo?

E18 – Denise Marcelino de Paula.

RL – quantos anos você tem?

E18 – 51 anos.

RL – em qual bairro você mora?

E18 – centro.

RL – casada ou solteira?

E18 – solteira.

RL – tem filhos?

E18 – não.

RL – qual a escolaridade?

E18 – Pós Graduação.

RL – você se considera uma mulher negra?

E18 – sim.

RL – você é advogada?

E18 – sim. E professora.

RL – você sustenta sua casa?

E18 – sim.

RL – quanto tempo você mora em São José?

E18 – 10 anos.

RL – você sempre morou nessa região?

E18 – sim.

RL – por que você veio pra São José?

E18 – eu vim à procura de emprego.

RL – você já sentiu algum tipo de discriminação no bairro que você mora?

E18 – sim. O olhar.

RL – a maioria das pessoas que moram no seu bairro, são brancas?

E18 – sim.

RL – você tem todas as facilidades aqui, né?

E18 – sim.

RL – nos bairros que você frequentou, dependendo do bairro, você acha que aumenta ou diminui o preconceito?

E18 – eu acho que aumenta. Dependendo da região. Os olhares.

RL – que região?

E18 – Aquarius.

RL – que lugares você frequenta na cidade? Lazer é onde?

E18 – eu vou muito no SESC. Vou nos parques. Cinema.

RL – nesses lugares específicos, você se pergunta onde estão os negros?

E18 – sim.

RL – você acha a cidade tem alguma política voltada pra questão da raça?

E18 – não. Nenhuma.

RL – no seu dia-a-dia você lida com mulheres e homens. A maioria são brancos ou negros?

E18 – brancos. EU sou a única professora negra. Lá na escola, os que são negros me adotam. Me chama de mãe, de tia. Eles remetem àquela idéia antiga de que é da família. E

eu falo “só por que eu sou pretinha?” Eu faço essa provocação. Mas eu não tenho medo de falar de cor, porque quero que todo mundo seja humano.

RL – você percebe uma diferença entre o Rio de Janeiro e São José?

E18 – tem muito mais negros do que aqui. Eu pesquisei até pra ver. Se não tinha acesso.

RL – você pesquisou? Quais foram suas conclusões?

E18 – que falta autoestima ao negro. No colégio nós fizemos uma volta ao mundo, e chegou na África, e todos eles pintados. E eu questioneei a professora de história, se os negros até hoje ainda estavam pintados com a cara de branco.

RL – a gente vê que a gente precisa evoluir no assunto ainda.

E18 – aquele dia eu fiquei decepcionada. Fiquei em choque. E eu não dou essa matéria, então não posso invadir. Em São José, assim como no Brasil, essa questão pode ser tratada. Tem que parar de usar a camiseta “eu sou 100% negro”, e usar “eu sou 100% humano”. Eu tive uma aluna que foi pra engenharia, ela chegou atrasada no meio da prova, o professor falou “tinha que fazer parte desses programas do governo”. Só que ele não sabia que tinha um filho de desembargador, também branco, na sala de aula, que ligou pro pai, e deu o flagrante de racismo. Ele saiu algemado da escola. Em São José.

RL – a gente precisava que essa área na Prefeitura levantasse esse debate. E não faz isso. Eu entrevistei algumas meninas também que tem essa fala. Então a gente precisa ajudar uma a outra. Aqui em São José eu nunca vi uma mulher usando turbante na rua.

E18 – eu não uso porque não quero. Não preciso usar turbante pra mostrar que sou negra. Nem brinco de argola. Eu acho que eu to vivendo minha geração. A gente não ta na África. Eu trabalho no escritório com uma branca mais velha do que eu, às vezes a gente sai, e ela me apresenta pra alguém, e eles falam “ah, é sua secretaria?” eu falo, “não. Sou cuidadora de idoso”. E eu sinto que às vezes ela não se sente confortável, então ela sempre me chama de doutora já por isso. Mas ela é uma pessoa muito legal.

---

## **Entrevista 16**

**E16**

**RL – Raquel Lima**

RL – Como que é seu nome completo?

E16 – Helen de Fátima Cipriano

RL – quantos anos você tem?

E16 – 30 anos.

RL – você nasceu em São José?

E16 – nasci.

RL – o bairro que você mora hoje?

E16 – Altos de Santana. Zona norte.

RL – Você é solteira?

E16 – Separada.

RL – quantos filhos você tem?

E16 – um.

RL – nível de escolaridade?

E16 – to cursando o superior.

RL – você faz o que?

E16 – faço Pedagogia.

RL – Onde?

E16 – no Claretiano.

RL – você se considera de que cor?

E16 – preta.

RL – você trabalha?

E16 – sou estudante.

(mãe da entrevistada) – eu tava falando com a Helen essa questão. Porque eu fui trabalhar numa indústria e só tinha mais uma negra. Eu falava “gente, por que não tem?” Eu também não vejo tanto negro dentro de uma igreja, mas vai no pagode...Eu acho que o esforço é o mesmo. O que eu acho interessante é num terreiro tem muito branco. Ali na igreja ninguém proíbe a igreja, podem ir. Mas não vai ninguém.

RL – você sempre morou na zona norte?

E16 – sempre.

RL – Em São José você sente que tem um olhar diferente por ser negro em algumas regiões?

E16 – sim. Eu trabalhei no Shopping Colinas durante um ano. E foi uma das experiências mais complicadas que eu já tive de lidar com essas questões raciais. Porque tinha mulher que se negava a ser atendida por mim. Não falava explicitamente, mas eu sentia que era por causa disso, mas não tinha outra razão de ser. Eu ficava incomodada.

RL – no bairro que você mora, você sente essa mesma visão?

E16 – não. Eu já acho que é mais tranquilo morar aqui. E também tem bastante pessoas negras aqui.

RL – em termos de utilizar os serviços que a cidade oferece, tudo isso você tem no bairro? Ou então quanto tempo você leva pra se deslocar daqui ora cidade maravilhosa que a prefeitura fala que existe?

E16 – eu nunca tive problema com a cidade em si. Quando eu tava grávida, eu fui bem atendida, não tenho do que reclamar dessa parte. O transporte é um problema. Porque é caro, eu acho que o serviço podia ser melhor.

RL – quanto tempo daqui até o centro?

E16 – uns 10, 15min.

RL – é fácil chegar ao centro?

E16 – é.

RL – que lugar você frequenta de lazer?

E16 – shopping, Parque Santos Dummont, Parque da Cidade.

RL – Então você frequenta bem aquela região da Vila Adyanna, do SESC, onde tem os eventos culturais. Você sente alguma discriminação nesses lugares que não sejam o seu bairro?

E16 – olha, eu sinto que tem poucas pessoas negras nesses ambientes. Eu vou no SESC, faço parte do picnic literário e sou a única negra. As pessoas me tratam super bem, mas eu sinto falta de pessoas igual a mim.

RL – o negro não acessa a cultura oficial de São José?

E16 – não.

RL – e por que você acha que acontece isso?

E16 – no meu tcc, eu fiz com o recorte racial. Eu pesquisei bastante dados com relação à educação e tal, e eu acho que o negro ele precisa ir trabalhar muito cedo pra ajudar em casa, e eu acho que essa falta de formação escolar é que dificulta o acesso à cultura. Porque ele ta sempre preocupa em trabalhar, ajudar a sustentar a casa, e acaba não tendo muito lazer.

RL – você acha que São José dos Campos tem uma política voltada ao negro?

E16 – especificamente não. Existem algumas coisas pontuais que acontecem às vezes. Mas nada que seja contínuo. Não tem uma política pública pro negro, não.

RL – você já passou por uma situação clara de racismo na cidade?

E16 – não. Às vezes as pessoas são inconvenientes. Em situação que a moça chegou e falou pra eu alisar o cabelo, que era muito bonita pra ter o cabelo do jeito que eu tenho. A pessoa não encara como um racismo. Mas nada explícito. Mas assim, sempre tem um segurança te olhando.

RL – você acha que a cidade é preconceituosa ou não?

E16 – é uma cidade segregada. Pontos de brancos, e pontos de negros.

RL – e onde estão os pontos de negros?

E16 – nas áreas periféricas. Na região norte tem bastante, na região sul tem bastante, Campo dos Alemães, Dom Pedro.

RL – Na cidade perfeita você não vê negro?

E16 – você vê bastante empregada. Eu tenho uma conhecida que mora no Colinas. Mas a cidade é segregada, tem espaços que a população negra não tem acesso, como SESC.

RL – já que é de graça, por que você acha que as pessoas não têm acesso?

E16 – porque elas não se sentem confortáveis.

RL – você se sente confortável nesses ambientes?

E16 - eu me sinto. Eu sou cara-de-pau.

RL – mas precisa ser cara-de-pau pra freqüentar um ambiente desses?

E16 – Às vezes a gente mesmo acaba se segregando porque a gente não sabe se expressar.

(mãe da entrevistada) – eu acho que em outros países não tem isso (ser cara-de-pau). Eles têm a cultura mais evoluída.

RL – São países que a gente vê o negro em todas as esferas.

E16 – nós não temos a mesma consciência racial que os americanos têm. Aqui a gente fica brigando por causa do colorismo e tal. Lá são todos negros.

RL – existe essa coisa também de que “a cidade é minha. Eu vou tomar a cidade!” É precisa a cara-de-pau?

E16 – mas não tem essa igualdade, ela não existe.

RL – qual a sua opinião em relação ao negro?

E16 – acho que a gente tem que se empoderar, ganhar os espaços do conhecimento, produzir nosso conhecimento, produzir nosso conteúdo. Eu acho que a gente tem que tomar o nosso lugar, porque o país é nosso. A gente não tem que voltar pra África. Muitos negros têm a idéia de que vão chegar na África e vão ser abraçados, e não é assim.

RL – por que hoje você se sente parte desses lugares? Você antes se sentia parte desses lugares?

E16 – eu nunca tive dificuldade pra me inserir no meio das pessoas brancas, porque minha família materna é muito miscigenada. A gente nunca discutiu muito essas questões. Eu fui pesquisar mais de 3 anos pra cá. Eu era aquela pessoa que achava que nunca tinha sofrido nada, que não tinha racismo.

RL – mas isso não mudou a sua relação com os espaços?

E16 – não. Dependendo do lugar a gente vai com um pouco de receio, mas vai. Hoje eu sei dos meus direitos, que ninguém pode me tocar, me constranger. Não pode falar que eu peguei alguma coisa, roubei alguma coisa.

RL – e como que você vai lidar com isso na sala de aula?

E16 – minha idéia é valorizar todas as culturas. A cultura européia já é muito valorizada, então minha idéia é inserir coisas da cultura africana, afro-brasileira. Trabalhar a empatia da criança em relação ao negro. Eu fui ter um professor negro no ensino médio. Acho que isso é ruim, porque a gente não tem identificação. Um professor branco não entende isso muito bem, porque ele não foi ensinado e porque vem de um lado privilegiado. O professor precisa explicar o que é preconceito, racismo. As pessoas têm medo até de falar. Não chamam a gente nem de negro, de preto. Chama de moreno.

RL – de maneira geral você se sente parte dessa cidade que é mostrada na televisão, ou você se sente parte da outra cidade, a segregada?

E16 – eu me sinto parte da São José comercial. Eu to inserida nos espaços, utilizo os espaços comuns da cidade. Sempre que tem um curso. Eu me sinto parte, porque eu quero ser parte.

RL – você tem mais alguma coisa pra falar em relação ao negro? Tem muito evento que eu vou no SESC, que é pra negro, e não tem negro.

E16 – acontece muito. Mas depende da realidade da pessoa. Às vezes o horário não condiz, às vezes não tem com quem deixar o filho. Às vezes não tem a passagem de ônibus. As pessoas de São José dos Campos ainda vivem numa vulnerabilidade social muito grande. Vai nas lojas, você pode contar quantos negros tem em cada loja. Ali no Centro só tinha eu de negra trabalhando. É muito difícil você ver as pessoas negras ocupando esses espaços. Nas escolas é muito difícil. Mesmo com as cotas, o acesso ainda é difícil.

RL – você acha que em São José é pior?

E16 – a cidade é cara pra se viver. Acho que é um fator que dificulta. Às vezes eu fico pensando como que o negro vai freqüentar uma universidade pública, como que ele vai fazer um projeto de pesquisa. Ele precisa comer. Agora não tem mais bolsa de quase nada. É muito difícil porque a gente vem de uma descendência que foi escravizada e marginalizada. É uma coisa tão forte que é até internalizada. Às vezes eu vejo um menino negro na rua e fico com medo, mesmo eu sendo negra. É tão pesada a forma como o negro é posto, que eu fico com medo. É difícil, eu tenho muitas questões. Eu penso que bom que meu filho é clarinho, mas aí eu penso que eu to errada por pensar assim. Porque aqui nada é explícito.

RL – mas nós temos um país que é majoritariamente negro.

E16 – a gente foi separado. Cada grupo e tal. Aqui em São José tem um zilhão de coletivos. E por que eles não sentam e elaboram políticas? E o opressor trabalha muito bem no sentido de colocar um negro contra o outro. A gente vê isso na academia, na militância virtual. Quando um negro ta subindo, quando ele ta ascendendo, o outro fica esperando o primeiro vacilo. O que fez a Joana D'Arc que ela precisou mentir mesmo tendo um currículo tão foda? E aí é muito louco porque a mulher fez tudo na Unicamp, tem varias pesquisas, e um único deslize e a historia dela foi apagada, como se tudo que ela tivesse feito não valesse nada. Por que é algo tão surpreendente uma mulher negra subir no campo acadêmico? Não to falando é certo o que ela fez, mas eu sinto um racismo fudido do jornalista por ter ido atrás da história dessa mulher.

RL – mas às vezes alguém já passou a informação pra ele. Porque nem todo negro tem a vida vasculhada assim, e nós temos vários negros na academia.

E16 – mas ela viralizou na internet. Cadê os negros que aparecem? Mas os pesquisadores negros não são mostrados.

RL – mas a gente tem sim. Dentro da Univap a gente abriu um grupo de pesquisadores negros, então a gente fez o NEAB. A academia é branca, é européia. Esse é o racismo estrutural, que apaga a história dos negros.

E16 – eu fiz estagio numa escola da zona norte, e eu via professor falando pra aluno negro que ele não ia ser nada na vida. E a escola ta aqui, e a biqueira ta aqui do lado. Então, “o professor ta falando que eu não vou ser nada, e o cara ali ta me dando R\$ 100 por dia”. E o jovem negro vai pra vida do crime, e as pessoas acham que é por mau caratismo.

RL – o negro precisa ocupar os espaços, todos. A gente precisa conquistar os lugares.

E16 – mas isso a gente tendo uma família estruturada. Eu só fui começar a trabalhar com 18 anos. Tive pai, tive mãe. A gente como educadora, a gente tem um papel social, não só de passar a informação, mas ele tem um papel social. Quando um professor fala uma coisa dessas, é muito grave.

RL – a questão do debate racial entrou pro professor recentemente, nem ele foi formado.

E16 – é a mesma coisa com a questão da inclusão. O aluno que ta ali, ele não é incluído. É importante a gente falar sobre isso.

RL – você acha que falta essa discussão, de abrir, de falar pra sala de aula?

E16 – sim. Precisa o professor entender que ele é fundamental na formação da criança. Porque quando a gente ta na sala de aula e alguém ri do seu cabelo, e chama você de “nequinha da macumba”, e o professor escuta e não faz nada, ele ta sendo conivente.

RL – é que às vezes ele não tem argumentos mesmo.

E16 – também.

RL – você já ouviu essas coisas?

E16 – na minha época da escola, eu era muito briguenta. Minha forma de defesa, era ser agressiva. Então as pessoas não falavam isso pra mim.

RL – na escola você sentia preconceito?

E16 – eu sentia que eu era preterida, principalmente pelos meninos. Mas eu não tinha consciência que era por causa da minha cor. Eu não gostava do meu cabelo, da minha aparência. Faz 3 anos que eu comecei a usar meu cabelo assim.

RL – até então você não usava?

E16 – não. Eu tenho problemas sérios com a autoestima. Isso já me causou muitos problemas.

RL – você acha que ta diretamente ligado com o preconceito?

E16 – sim. Porque esse padrão que a mídia vende, e que os meninos compram, a gente não tem como atingir. Você pode emagrecer, o cabelo. Isso é fácil, você pode mudar. Mas o tom de pele...

RL – você não se gostava?

E16 – eu sempre me gostei, mas afetivamente os meninos nunca gostaram.

RL – você precisou fazer terapia pra lidar com isso?

E16 – a terapia veio depois que eu separei. Essas coisas eu fui lidando mesmo.

## **Entrevista 20**

### **E20**

#### **RL – Raquel Lima**

RL – eu to tentando entender onde estão as mulheres negras em São José. Se a cidade vê essas mulheres. Eu não vejo as mulheres negras usando turbante. Mesmo na Universidade, a gente não vê as mulheres negras. Aí eu quero que você me conte a sua experiência. Você nasceu em São José?

E20 – não. Nasci em Volta Redonda-RJ.

RL – e no Rio tem muito negro.

E20 – muita coisa.

RL – é a realidade do Rio. Quanto tempo que você ta aqui?

E20 – faz 17 anos. Eu vim pra cá, eu tinha 8 anos. Meu pai arrumou emprego aqui, aí ele veio primeiro, depois minha mãe, e depois viemos todo mundo. A principio nós moramos no Santa Inês, e dali o bairro cresceu bastante. Vários lugares que não existiam...quem nem o Santa Inês III que agora só tem casarão. Há poucos anos não tinha nada.

RL – então você ta sempre na mesma região?

E20 – sempre aqui, na leste. A gente morou 4, ou 5 anos no centro, e depois voltamos pra cá.

RL – como que você a cidade de São José dos Campos sendo uma mulher negra?

E20 – eu estranhei muito. Eu lembro de muitas coisas. A gente chegou aqui e já era meio do ano, eu tinha 8 anos, tava na 2º serie. E a professora mandou eu me apresentar na frente da sala de aula, eu era uma criança tímida, porque eu sempre fui gorda, eu quase não falava, eu me apresentei, sentei lá atrás. No Rio, a gente chama as professoras de tia, eu fui

chamar ela de tia e ela falou “olha bem o jeito que você fala comigo, garota, eu sou irmã do seu pai?” Isso pra uma criança de 8 anos. O Rio é muito acolhedor. E aquilo pra mim, minha única reação foi abaixar a cabeça e chorar. Pra mim foi bem tenso. E depois também, eu não saía. Eu tinha 2 ou 3 amigos. Não tinha amigos negros. As pessoas aqui tem muita dificuldade em aceitar que elas mesmas são negras. “Ah, mas você não é negra. Você é morena”.

RL – na sua família você sempre trabalhou com cultura?

E20 – sim. Mas assim, eu fazia relaxamento desde os 5 anos de idade no cabelo. Eu achava que se eu relaxasse o cabelo, eu ia me sentir mais bonita. Mas eu nunca me senti bonita, como eu me sinto hoje com meu cabelo crespo. Eu nunca consegui me aceitar como uma mulher gorda, eu não me achava bonita. Eu não tirava foto sorrindo. Eu precisei de um tempo pra eu falar que eu me amo.

RL – e quando foi?

E20 – a partir do momento que eu parei de relaxar meu cabelo. Eu não tinha mais dinheiro pra pagar e eu não tinha condições. Aí fui ficando, fiquei 6 meses. Aí eu consegui um emprego, e fiquei mais tempo. Eu sempre quis pôr trança no cabelo, mas eu nunca tive coragem. Aí fui pesquisar na internet como tratar do meu cabelo. Fiquei mais 3 meses sem colocar nada, e depois coloquei a trança. Depois de 3 anos eu vi que meu cabelo tava grande e soltei. E aí eu ganhei um book, me deu tudo. E eu gostei muito, e comecei a sorrir pra tirar foto.

RL – mesmo trabalhando com cultura, você não assumiu o cabelo?

E20 – não.

RL – os próprios jongueiros não assumiam o cabelo?

E20 – não.

RL – você acha que assumir o cabelo é assumir a negritude?

E20 – eu já me considerava negra antes. No meu caso eu tinha vergonha do meu cabelo. Eu tinha que alisar pra me sentir bem.

RL – você já trabalhou em que regiões de São José?

E20 – eu já trabalhei na creche ali no Jardim Castanheiras. Ali de preto era eu, minha mãe, e a Janaina. E era uma creche grande. Depois dali fui pra Atento. Ali era bem salpicado. Mas os pretos daqui de São José são metidos. Eles não querem acolher o outro preto, eles vêem como rival. 2012, 13, tinha uma festa que era voltada pro preto, ela era na zona sul, e depois na leste, iam os pretos, mas eles ficavam disputando quem é que tava mais Chris Brown, mais Rihanna, não olhava pro outro preto. Eu sempre me imaginei com uma pessoa preta, amor afro-centrada, eu trocava olhava pra pessoa, e nada...

RL – você acha que os meninos não querem?

E20 – não. Você vai ver nas festas aí, eles só querem as loiras e brancas. Já ouvi a pessoa falar pra mim que de preto já bastava ele na família.

RL – mas e aí você trabalhou na Atento e depois?

E20 – depois fui pra Tivit, e depois eu fui secretaria numa Casa de Cultura. Mas preto trabalhando comigo eram poucos.

RL – mesmo aqui no bairro?

E20 – mesmo aqui.

RL – você sente que a cidade é discriminatória?

E20 – muita coisa. Eu prefiro me deslocar daqui e ir pro Rio de Janeiro, do que eu vir aqui e ficar...

RL – o que você acha?

E20 – os eventos têm até pretos, mas você não é acolhida como você espera. Quando você vem do Rio, você já trocando idéia com as pessoas, no outro dia você já ta na casa da pessoa conversando... Eu comecei a ir direto em 2015 pro Rio. E lá eu fui em vários sambas lá.

RL – aqui a gente tem o próprio negro não se reconhecer, e ter preconceito com o outro. E também a cidade que não liga pra eles. Você sente isso?

E20 – é verdade. A pessoa na calçada, ela já olha. Eu já lanço os turbantes dourados mesmo. Que é pra me ver mesmo. E as pessoas olham “nossa, o que ela ta querendo com isso? Ela ta se achando”. Eu entro no ônibus e as pessoas já ficam olhando como se fosse um adereço carnavalesco.

RL – por quê?

E20 – Porque as pessoas não entendem.

RL – como que você vê isso nas apresentações nas escolas?

E20 – eu costumo pensar que a gente que mudou um pouco o pensamento nas escolas. Os próprios professores, alunos. Tinha até alunos que falavam “ih, chegou a macumba”. Em muitas escolas foi sensacional, mas teve escolas, que os alunos saíram da quadra e os professores saíram e foram embora. Em algumas escolas a gente sabe que a gente não vai alcançar o objetivo.

RL – você acha que os professores não tem interesse pelo assunto?

E20 – alguns professores não têm interesse nenhum. Tem escola que os professores parecem que são os mais interessados, e ele é um exemplo pra turma dele.

RL – no bairro que você mora, apesar de ser distante do centro, é mais gente branca?

E20 – O Coqueiro, ele tem sua porcentagem preta, mais do que nas outras regiões que eu morei. Mas tem mais gente branca.

RL – o bairro que você mora tem todas as facilidades?

E20 – não. Pra eu chegar de ônibus daqui ao centro, é 1h. Aí tem dois mercadinhos. Farmácia não tem, hospital não tem. Escola lá no Frei Galvão. Lazer é a gente que faz.

RL – vocês vão na prefeitura questionar?

E20 – não.

RL – em relação ao preconceito racial vocês têm alguma relação?

E20 – não. A gente tem participação na secretaria de Igualdade Racial, mas tem muitas atividades, não tem como conciliar as reuniões.

RL – você acha que existem lugares aqui que o preconceito é mais forte?

E20 – eu tava participando de uma seletiva de uma vaga aí, e era chique. Na primeira seleção a mulher já perguntou se eu teria problema em trabalhar de roupa social. E beleza, eu passei na primeira. E ela falou que era pra ir de um traje social, aí fui. Antes de eu ir, eu fui no Shopping, eu tava toda trabalhada na maquiagem...E eu já tinha trabalhado lá antes. E quando eu chegava de roupa comum, as pessoas não acreditavam que eu ia comprar alguma coisa, aí eu cheguei lá, faltou a pessoa botar um tapete vermelho, pra eu poder comprar. É um tratamento totalmente diferente. É uma coisa que você vê nitidamente.

RL – e de questão racial?

E20 – dentro do ônibus tinha lugar do meu lado, a pessoa não sentou. Esperou esvaziar outro lugar do lado de uma pessoa branca pra sentar. Às vezes eu vou daqui até o centro e ninguém senta do meu lado.

RL – você gosta de São José?

E20 – gosto. É uma cidade que tem recursos, que acolheu meus pais quando eles tavam precisando. É longe, os hospitais, mas a gente sabe que você vai ser atendida. Um lugar pra curtir, pra ser acolhida, eu prefiro o Rio de Janeiro. E outra questão de preconceito também é nas escolas. Minha sobrinha tem 7 anos, eu passei por isso também. A professora dela fica perguntando se ela tem piolho. Minha irmã olha o cabelo dela todo dia. E só porque ela tem o cabelo crespo, a professora chamou ela lá na frente de todo mundo pra perguntar se ela tinha piolho.

RL – você hoje não tem nenhuma dificuldade de trabalhar com a cultura negra. Você sente que as moças negras se sentem bonitas numa cidade preconceituosa?

E20 – foi difícil. Porque eu não tive nenhum exemplo. Eu fui me espelhando em outras pessoas.

RL – você já participou de algum Movimento em São José?

E20 – já. Eu sou uma das fundadoras do Coletivo Aqui ó somos pretas. Eu sai por divergências internas.

RL – na época que você participava dos Movimentos, você sentia que eles eram integrados?

E20 – a gente sempre tava promovendo rodas de conversa. E eu percebia que as mulheres negras chegavam mesmo, até porque é um processo delas se descobrirem como negra. E elas se reconhecem dentro da sua história muitas vezes.

RL – esses Movimentos não são integrados?

E20 – não. Cada um quer fazer uma coisa.

RL – você acha que isso enfraquece o Movimento?

E20 – muito, Porque às vezes a gente ta fazendo um evento, ao invés das pessoas virem, cada um quer fazer o seu. Fica dividido, separado.

RL – você entende que a necessidade de discutir a questão da cor é importante na educação.

E20 – exatamente, Inclusive dentro das escolas. A escola é um ambiente muito preconceituoso. É muito difícil pra uma menina negra. Em época de festa junina, assim, os pares não querem dançar com a gente. Foi também na adolescência. As escolas, tipo, creche, são as escolas que a gente é mais bem recebida. O ensino médio são os mais difíceis.

RL – quando você vai no ensino médio você sente que a menina negra se reconhece em vocês, ou ela acaba querendo não se misturar?

E20 – quando a gente vai nas escolas, os pretos são os primeiros que se afastam. Quem tem mais interesse são os brancos. Até porque isso já é uma coisa que ta implantada na cabeça das pessoas. “Eu não vou fazer isso, porque isso é coisa de preto, e preto é ruim”. A gente foi numa escola de EJA, a professora tava bem interessada em contar o jongo, e ela toda empolgada falando, e eu fui oferecer uma saia pra ela dançar, e ela falou “não, aí já é demais!” E aí a gente falava um pouco de como é ser negro no Brasil. Porque em 2017 eu sofri cyberbullying, era um projeto de uma fotografa, era pra você escrever numa plaquinha sobre o que você tava cansada, e eu coloquei que eu tava cansada de ser julgada pela minha aparência. E ela colocou essas fotos num site, esse site foi invadido e fizeram meme com a minha imagem, e colocaram um pênis na minha foto e começaram a compartilhar. Ela que me contou numa festa. Varias pessoas mandando pra mim. E muitos comentários de pessoas que nem me conhecia falando de mim. Eu não tive coragem de denunciar, porque eu posso ser mal tratada na delegacia. As pessoas me chamando de varias coisas, de “macaca”, de “cabelo de Bombril”.

RL – quando vocês vão na escola, o que vocês querem mostrar com a cultura do jongo?

E20 – a gente quer mostrar a cultura do jongo. O jongo era um “momento de celebração” nas senzalas, pra celebrar a cultura da mãe África. Porque eles vierem da África, mas nem todos do mesmo lugar. Eles tramavam fugas através da danças. As musicas eram pontos metafóricos. A gente quer mostrar que a nossa cultura resiste. E também pra tirar o preconceito das pessoas. Eles acham que só porque a gente ta de sai e de branco, é macumba. E essa macumba que eles falam, são das religiões de matrizes africanas. E tem que ser respeitada. Macumba mesmo é o instrumento.

RL – vocês apresentam isso e mostram e tentam preservar.

E20 – exatamente. E cada comunidade tem sua forma de dançar. O toque.

RL – o de vocês começou quando?

E20 – em 2001.

RL – e ele resgatou isso onde?

E20 – de Barra do Pirauíbe. Ele é filho de mestres do jongo.

RL – Luciana, muito obrigada. Meu trabalho é entender como que a mulher se vê na cidade, mas eu percebo que quando ela já tem uma cultura, ela é ela, independente da cidade.

E20 – eu sou eu!

RL – você não percebe na cidade, a prefeitura, você não percebe política voltada pro negro?

E20 – não vejo.

RL – você frequenta lugares de cultura na cidade, você vê negro?

E20 - quando a gente vai individual, não vejo tanta gente preta. De vez em quando eles trazem alguém pra falar alguma coisa, não vejo muita gente preta.

RL – você frequenta regiões mais afastadas da cidade, você vê gente negro?

E20 – aí a gente vê. Mas os pretos ficam afastados. Quando a gente vai avulso você vê até andando pela rua. O evento que eu vejo mais gente preta, é o evento da consciência negra, no Parque da Cidade. Enquanto Prefeitura não tem nada. Se não fosse a gente, não teria nenhuma festa da consciência na cidade. Até porque em São José novembro é o mês da musica, e não da consciência negra.

RL – muito obrigada.

## **Entrevista 21**

**E21**

**RL – Raquel Lima**

RL – quando eu cheguei aqui em São José, eu passei por algumas coisas. Uma vez, eu ainda morava em condomínio. Pedi um gás, o rapaz chegou e perguntou da minha patroa. E eu falei que quem tinha pedido o gás era eu, e ele não acreditou. Outra vez, eu já morava em apartamento, e aí pedi uma ajudante, e ela quando chegou e me viu, falou que nunca teve uma patroa negra. Então, quer dizer, essa é uma realidade da cidade.

E21 – é uma realidade. Porque a cidade é muito conservadora. Mas é um conservador, no sentido de retrogrado mesmo. É uma cidade que não se abre nem pra quem vem de fora. E muito menos pra mulher negra.

RL – você tem quantos anos?

E21 – 56 anos.

RL – você nasceu onde?

E21 – São José dos Campos.

RL – em que bairro você nasceu?

E21 – Na vila Industrial. Mesmo endereço.

RL – a vida toda você morou aqui?

E21 – eu morei aqui até os 19 anos. Depois me casei. Fui pra Nova Iguaçu no RJ, passei 26 anos fora. E agora eu voltei há 10 anos.

RL – você é casada ou solteira?

E21 – divorciada.

RL – tem filhos?

E21 – dois filhos.

RL – qual a sua formação?

E21 – eu sou formada em Letras.

RL – você é professora?

E21 – eu já fui por 16 anos, agora eu sou secretária em um hospital.

RL – você se considera de que raça ou cor?

E21 – negra.

RL – o seu trabalho representa % da renda familiar?

E21 – 50%

RL – como que é essa São José pra mulher negra?

E21 – difícil. Difícil porque você sente o preconceito estampado na cara das pessoas.

RL – você estudou em escola pública?

E21 – isso.

RL – você sentia desde aquele período que existia preconceito, ou a escola era mais democrática?

E21 – não, o racismo era pior. Até pouco tempo atrás eu tava implicada por ver poucos negros em São José. São José é uma cidade que tem poucos negros mesmo. A renda desses negros é menor. E você vai encontrar esses negros nas periferias bem distantes. Com um nível social baixo. Aí se você frequenta lugares com um poder aquisitivo maior, você não tem negros. Eu sinto que os negros aqui em São José, eles não querem se encontrar. Não construímos grupos.

RL – aqui em São José mesma a escola publica é branca?

E21 – é branca. A grande maioria é branca. E é onde você sente que a criança negra é discriminada. Ela sofre o racismo em forma de bullying o tempo todo.

RL – o preconceito racial caminha independente da classe social.

E21 – o negro pobre em São José não confia no negro. Então a gente vive numa bolha enquanto negro. Quando eu era adolescente em São José, a gente enfrentava mesmo. Eu tenho as minhas irmãs que tem a mesma faixa etária, e nós saíamos juntas, na época das discotecas, e íamos dançar. Lá a gente encontrava negros. Hoje eu não sei aonde o jovem vai encontrar essa diversão. Hoje o lazer que eu encontro é ir em um barzinho, um cinema, e lá você não encontra negro. Há uns anos atrás eu fui convidada pra uma festa chamada Black Chiq, aí eu pensei que enfia iria conhecer os negros chiques de São José, olha, foi uma decepção imensa. Eu cheguei lá e tinha meia dúzia de pessoas. Os organizadores negros é que estavam na festa. O tema da festa não atraiu.

RL – você teve grupo de negros no tempo em que você estava aqui em São José?

E21 – existia sim. Era comunidade negra de São José, alguma coisa assim. Era década de 1980. Na verdade só se encontravam pra fazer festinha. Mesmo com a ditadura, naquela época isso era mais fácil de se encontrar. Há muito pouco tempo eu fiquei sabendo desse grupo de mulheres, o Quilombelas. Que até foi a Luciana que me chamou pra participar. Mas pra mim foi uma tremenda surpresa. Eu to há pouco tempo, mas pela interação no whatsapp, eu percebo que elas interagem, que falam sobre negritude. São conscientes. Que é uma coisa que a gente não encontra. Essa coisa do negro se tornar negro em São José, o negro ta bem longe disso.

RL – e por que você acha isso?

E21 – é uma cidade grande, mas os seus moradores têm uma mentalidade muito fechada. As pessoas que vem de fora é que fazem acontecer.

RL – será que os moradores de São José preferem nem tocar nesse assunto?

E21 – com certeza. E eu te digo isto, baseado na experiência que eu tenho com a minha família. Porque minhas irmãs moram aqui a vida toda. E elas me ouvem. Elas não vão me contradizer, mas não participam do assunto. Eu faço parte de um grupo de formação da consciência negra. Os meus sobrinhos não participam, até porque minhas irmãs são casadas com brancos. Então existe essa resistência com essa discussão. Esse pensamento inter-racial eu vejo que é um tabu. Eu não encontro meus pares, nem na família.

RL – em que hospital você trabalha?

E21 – eu trabalho no hospital do gaac.

RL – ali no Urbanova é uma região é uma região de brancos.

E21 – majoritariamente de brancos. E brancos que tem uma branquitude muito arraigada. A gente percebe isso na redondeza claramente. No trabalho eu tenho um amigo negro, eu posso contar nos dedos de uma mão, quantos funcionários negros tem no hospital. Exceto na faxina. Onde a maioria é negra. São José é uma cidade exemplo maravilhosa de

como o racismo atua no Brasil. Porque a gente tem os redutos. Rio de Janeiro, Salvador, mas são núcleos. São José isso já deveria ter sido superada, pelo tamanho da cidade, pelo grau de escolaridade das pessoas. Porque não é uma cidade de analfabetos. No entanto este é um assunto tabu, faz-se de conta que não existe.

RL – você mora na zona leste, mas não está tão distante, você tem acesso a varias áreas. Você acha que nessa região você tem todas as facilidades que você precisa?

E21 – sim.

RL – agora pra ir pro Urbanova...

E21 – aí é difícil. Porque é o oposto. Eu tenho que cortar a cidade toda pra chegar ao trabalho.

RL – e demora quanto pra chegar?

E21 – de carro 22min. De ônibus 1h30min.

RL – só de carro é que você se comove rapidamente nessa cidade.

E21 – a gente não se locomove rapidamente se não for assim.

RL – que lugares você frequenta pra sair, passear, se divertir? É na zona leste ou precisa sair daqui?

E21 – precisa sair daqui. Aqui a gente não tem nada.

RL – a prefeitura oferece algum tipo de cultura aqui?

E21 – não. Eu tenho que me deslocar. SESC, Parque da Cidade.

RL – quando você vai nessas regiões, você percebe alguma participação do negro?

E21 – você encontra negro, mas é muito pouco. 1 pra 10. Acho que é até muito.

RL – o que você acha que dificulta esse acesso?

E21 – São José dos Campos não tem nenhum histórico de negro ter feito nada. nem os eventos que são patrocinados pela prefeitura. Que são divulgados não chama o negro.

RL – por que não chama o negro?

E21 – porque o negro é pobre.

RL – você não acha que a cidade tem alguma política voltada pro negro?

E21 – não tem. E nenhuma preocupação. E eu digo muito tranquilamente, porque nas ultimas eleições pra prefeito. Eles foram lá no hospital, e eu participei. E pra cada um deles eu perguntei se existia alguma proposta de política pro negro. Uns enrolavam, outros...quem chegou um pouco mais próximo de algo concreto foi o Shakespeare, que também é negro. Mas ele acabou indo pela tangente de que tinha propostas pra atender pessoas de baixa renda. Sem entrar na discussão. Porque é uma coisa que eu acho que eles não entendem.

RL – você já passou por algum processo de discriminação?

E21 – ah, já. E o racismo é velado.

RL – mas alguma coisa explicita, assim...

E21 – então, há pouco tempo eu fui renovar minha habilitação. E eu precisava tirar dinheiro no caixa eletrônico. Eu entrei no shopping Colinas e eu não sabia onde ficava o caixa eletrônico. E eu perguntei pra uma vigilante. Daí ela me explicou. E eu fui, nem olhei pra trás. E quando eu estou lá no caixa eletrônico tirando dinheiro, a moça que eu tinha perguntado estava do meu lado, olhando todos os meus movimentos. Mas eu percebi que ela me seguiu. Mas isso foi uma atitude absolutamente racista.

RL – você freqüenta outros shoppings na cidade?

E21 – o Centervale. Porque é mais próximo. As lojas são populares. Eu não freqüento o Colinas.

RL – mas só por conta das coisas serem mais caras, ou você sente...

E21 – aqui em São José, se eu vou à farmácia da esquina, eu me sinto constrangida. Em qualquer lugar. Eu morei 4 anos em Salvador. Eu morei mais de 20 anos no Rio. Então você percebe os olhares. São Jose tem um olhar atravessado pro negro. Pra você ter uma amizade branca, a pessoa vai ter que te conhecer primeiro. Porque o primeiro olhar dela é discriminatório. Por isso você prefere freqüentar os mesmos lugares.

RL – em Salvador, no Rio, você freqüentava outros lugares?

E21 – sim. É uma questão específica de São José.

RL – nos lugares da cidade, pra quem você acha que a prefeitura quer mostrar que o lugar é bacana, e pra quem é bacana?

E21 – são os bairros de classe A. esplanada, Vila Adyana, Urbanova, Colinas. Ali é o cartão de visita de São José. Depois você tem a zona sul. Que é de classe media, baixa, mas é um pessoal de narizinho bastante em pé.

RL – e mesmo nas outras gestões você nunca percebeu nenhuma política?

E21 – não.

RL – pra mulher negra é mais difícil do que pra mulher pobre?

E21 – pro negro sempre é mais difícil. Porque além de negro, você é pobre. A mulher branca pobre, ela é branca. Então a autoestima é diferente.

RL – você acha que a autoestima mexe com essa população negra?

E21 – mexe. O negro joseense é ele humilde, anda de cabeça baixa.

RL – você que andou em outros estados, você percebe isso?

E21 – muito.

RL – quando você voltou depois de 20 anos, você sentiu isso?

E21 – foi mais estranho voltar, do que quando eu fui embora.

RL – você tem muitos amigos negros aqui?

E21 – não. Tem colega de trabalho só. Porque eu me inteirei nessa coisa de racismo, de exigir representatividade. De estudar história pra saber de onde vem isso.

RL – o que falta pro joseense?

E21 – falta consciência. Esse tipo de conhecimento que você adquire não é em escola. Agora caíram as mascaras. As pessoas se sentem a vontade pra assumir seus preconceitos.

RL – São José é uma cidade boa pra se morar?

E21 – é. É mais segura que muitas outras. Você tem acesso à escola, ao comércio. Agora quando a gente fala do indivíduo negro, não é. Porque é uma cidade que não te acolhe. Eu me senti muito mal quando eu voltei. Você se sente rejeitada. As pessoas desconfiam de você, não querem proximidade. Aí quando ouve aquele discurso de “negro de alma branca”.

RL – você já ouviu isso?

E21 – já. De pessoas próximas. Joseenses. É bem difícil.

RL – políticas não têm?

E21 – não. Tem uma casa aqui perto que tem atividades voltadas pro negro. Chama Oca. É da prefeitura o espaço. Mas é uma coisa bem fraca. Tem roda de capoeira. Inclusive teve uma Melanina do Vale.

RL – já foi na Casa do Jorge?

E21 – já fui. Um monte de branco. Música ótima. É um lugar onde você vai achar uma concentração de negro. Mas no Máximo 50%.

RL – lá você se sente acolhida?

E21 – não também.

RL – sempre foi desde a sua adolescência?

E21 – sempre foi. Mas eu voltei e percebia isso. Mas não sabia dar nome.

RL – quando você voltou você deu aula?

E21 – dei por 3 anos.

RL – em que escola?

E21 – escola pública. As duas aqui na zona leste. Como professora de português. Fundamental I II e ensino médio.

RL – alguma questão ligada ao racismo?

E21 – eu não tive problema com aluno que eu possa dizer que foi racismo. Mas tive problemas com aluno. Eu já não tava a fim de continuar na educação. E aí as situações que eu vivi no Jd. Santa Inês, eu desisti mesmo.

RL – e dentro desses alunos da periferia existe o preconceito?

E21 – existe sim. Mas é velado. É aquela coisa de ta sempre implicando com aquele aluno, e você percebe que vem carregado de malícia. Só que eles não são claros.

RL – e a população que não é joseense?

E21 – eu acho que quando você chega num lugar e você encontra aquele ambiente. Ou é um numero maior de pessoas que se encontrem e resolvem ir remar contra essa maré. Ou então você ta aqui. Ela não vai querer criar esse vinculo com esses moradores que não são amistosos, acolhedores.

RL – ta bom. Obrigada pelo seu depoimento.

### **Entrevista 3**

**E3**

**Raquel Lima – RL**

RL – então, eu preciso entender que cidade é essa, essa cidade é feita pra todo mundo, é feita só pros brancos.

E3 – o CTA.

RL – porque lá é uma cidade.

E3 – a idéia era se tornar uma cidade mesmo com cinema e tudo porque aqui fora tinha os tuberculosos há 60 anos. Então não interessava fazer muita coligação pra cá.

RL – e criou-se um gueto ali, funciona tudo, mas só pra eles.

E4 – e ali dá pra contar assim ó, o numero de negros.

RL – mas professora, existe uma discriminação pela cor ou pelo gênero?

E3 – os dois. A pergunta é “o que é mais?” e eu não sei te responder essa pergunta.

RL – porque também ali tem um problema assim, a cidade é machista.

E3 – é machista. Tem muito mais homem do que mulher.

RL – a gente sabe que há um tempo era mais difícil ainda.

E3 – ainda é muito difícil. Eles não aceitam as nossas opiniões, ta bem difícil ainda. E eu acabei de dar uma palestra na Unicamp e as meninas de lá disseram as mesmas coisas que as meninas do ITA. E as meninas de lá tão na física, e as daqui, na engenharia. E as opiniões são as mesmas. “Que os meninos não aceitam o que a gente fala, não deixa usar os instrumentos de medida,” e entrou na mesma escola, do mesmo nível. Aí nesse caso elas eram brancas, mas então é porque eram mulher. Se você ainda coloca a cor da pele, aí você é duas vezes discriminada. Quando eu comecei a dar a palestra não tinha nenhum negro, aí

conforme eu fui falando aí uma foi falando que o pai era preto e a mãe branca. E aí elas começaram a se declarar negras. A palestra de manhã era de física, a de tarde era uma mesa redonda sobre representatividade racial da mulher negra na física. Sai com 6 negros depois. Porque foram falando quem da família era preto.

RL – às vezes existe um preconceito até na própria pessoa de se auto declarar.

E3 – um deles eu perguntei como se auto declara, e ele me disse que não interessa, porque não liga pra essas coisas. Ele falou que os pais dele se mataram pra pagar uma escola e ele foi discriminado dentro da escola por professores negros, por negro e pobre. Isso tudo Salvador, Bahia, onde 85% da população é negra. E ele me disse que foi muito discriminado por ser pobre. Tinha outros negros na escola, mas só ele era pobre.

RL – a discriminação é primeiro por classe social, depois por gênero e depois por cor.

E3 – mas não é tudo separadinho, vai somando.

RL – os lugares que você frequenta na cidade.

E3 – eu frequento pouquíssimos. Aí é que tá o problema. Minha mãe mora em SP, as coisas que eu faço, eu faço em SP. Eu não entro no shopping, porque não cabe a porcária da minha bunda naquelas roupas. No inverno é tudo marrom, bege, não me interessa. Eu quero cor.

RL – cultura, alguma coisa?

E3 – nada. Eu vou fazer minhas coisas em SP. Cinema eu assisto na minha casa sossegadinha, tenho todos os canais da TV a cabo. Eu comprava a temporada toda de ballet e teatro, hoje eu não tenho vontade de entrar lá dentro.

RL – então você não tem essa sensação de como a cidade te vê, porque você não vai...

E3 – a cidade me vê nos lugares que eu vou como se eu tivesse chegado de marte. Toda vez. Meus médicos, minha cabeleleira é daqui também. Pra cortar é em SP, mas pra tingir, pra fazer as mechinhas é aqui.

RL – ou seja, você não interage com a cidade pra dizer...

E3 – eu faço parte do conselho municipal da valorização do negro. Entrei agora, esse é meu primeiro ano. Eles me conhecem por outros espaços. Nessa ganguezinha que tinha no começo, eu ia muito a pagode. Faz uns 10, 12 anos que eu sou voluntária, dou aulas de inglês na ONG Integra Brasil. Mas nem esses são joseenses.

RL – ou seja, 25 anos e você não conseguiu estabelecer uma relação...

E3 – se eu for embora, eu não vou ficar morrendo de saudades. Em 3 anos que eu fiquei em Campinas, até hoje eu tenho. Alias, eu estive lá e nem avisei, porque já iam querer que eu dormisse lá.

RL – você não trouxe nenhuma relação do trabalho pra vida pessoal?

E3 – de jeito nenhum. Muito pelo contrario.

RL – por preconceito?

E3 – sem sombra de duvida. As que eram solteiras permanecem solteiras. Além de tudo somos 4 mulheres na divisão, 18 homens, não sei se todos são casados. Ta vendo como a gente se relaciona?

RL – sim, to vendo.

E3 – eu tenho colega de trabalho que não olha na minha cara se encontrar comigo na rua. Não é um ou dois, não. “ah, a Sonia ta generalizando”. 1 ano e 10 meses que eu morei na Itália, até hoje, eu já sai de lá faz 30 anos, até hoje eu tenho amigos lá.

RL – e você credita isso ao jeitão da cidade ou a um processo...?

E3 – inicialmente eu achei que era porque eu era mulher e solteira. Ta. E por que não tem relacionamento com as outras mulheres? Não sei. Eu conheço uma pessoa que até me apresentou minha manicure, e não somos de frequentar casa, mas nós combinamos de ir pra roça, passar o dia na casa do irmão dela. Uma passa na casa da outra e leva pra praia, isso já aconteceu varias vezes.

RL – então você ta se envolvendo mais com essa questão étnica. Como é que se deu esse envolvimento? Porque pela primeira vez o ITA vai ter cota racial.

E3 – não posso falar nada disso, só o reitor. Foi a EducaAfro que me nomeou. A EducaAfro é um cursinho que dá aula pra jovens negros que não tem condições de pagar, fica em São Paulo, e é ela que é responsável pelas cota raciais nas Forças Armadas. Agora em todas elas tem que ter no mínimo 20%. O Frei Davi que conseguiu isso. Ele me nomeou assistente educacional da Educaafro, que é pro adolescente negro que não tem condição poder entrar no ITA.

RL – mas então não tem nada a ver com a sua atuação?

E3 – não. Bom, no começo dos anos 2000, que o Brasil fez 500 anos de libertação dos escravos, houve festa no Brasil inteiro pra tudo quanto era motivo e nenhuma delas pra celebrar a vinda dos afro-descentes. Aí a Afro-bras que eu conheci nessa época decidiu criar o premio Raça Negra. E eu ganhei o premio no ano 2000, e aí eu comecei a atuar mais. A Afro-bras mantém a Universidade Zumbi dos Palmares. Então dentro dessa Afro-bras, da Zumbi, eu comecei a conhecer gente. Ou são de grupos étnicos, ou são negros importantes.

RL – tudo em São Paulo. Aqui não?

E3 – não. Aqui é terrível. E por causa do filme “Estrelas além do tempo”, eu comecei a ficar conhecida, e eu fui a primeira negra PhD em física no Brasil. Aí o jornal El Pais me entrevistou, aí eu comecei a ficar famosa e com essa fama eu cheguei no reitor e comecei a falar sobre os negros, gays, mulheres. E ele me disse que não existia problema nenhum, que ele não podia fazer nada como reitor, que tinha que vir alguma coisa do comando. Mas eu to sabendo que ele tem um pouco de consciência, só não pode agir. E agora com essa lei

E3 – mas em São José.

E3– aqui em São José eu tentei entrar em contato com Camarões, mas como disseram que eu não era muito atuante, eles nem quiseram muito. E essa ONG Integra Brasil que também é de negros e agora to muito dentro das Quilombelas, da Vivi, mas começando agora. A gente fez uma viagem pra SP e trocamos idéias, pra pedir bolsas, recursos, porque sem recursos você não consegue fazer nada. E uma das bolsas que sugeri a ela ta com recorte de raça esse ano também. Inclusive uma moça de Juiz de Fora conseguiu uma super bolsa pras meninas dela de física. Eles tentaram fazer alguma coisa com recorte de raça no primeiro momento, mas tavam perdidos. Porque o chefe é branco, o sub-chefe é branco.

RL – sim. Não vai ter uma maquina pra te ajudar.

E3 – os donos das bolsas se encontraram com a presidenta da associação brasileira de pesquisadores negros e ela perguntou por que não tinha um recorte racial, e eles disseram que iam providenciar com a ajuda dessa associação. E esse ano eu já vi que a coisa mudou. Eu ainda não vi os percentuais, mas...

RL – 25 anos de São José e nunca se envolveu com nenhum movimento negro?

E3 – não. Comecei até um pouquinho a ir por causa desses Camarões. Mas ninguém apareceu na reunião porque aparentemente alguém disse que eu não tava mais dentro dessa historia, que eu não era a pessoa mais adequada pra isso. Comecei a freqüentar um grupo de pagode que tinha perto de uma pizzaria, mas parei depois.

RL – a gente pode dizer que não tem negro na cidade. É uma cidade maravilhosa.

E3 – não tem racismo, não são sectarizados de jeito nenhum. alguns são de altas posições, devem ganhar bons salários, porque era da GM, dessas empresas. Eu ouço assim “não vem com essa historia de negro pra cima de mim”. Até meus alunos negros dizem isso. Mas o Instituto de Física da USP, de Astrofísica criou um coletivo negro e botaram meu nome no coletivo negro. E aí eu comentei com um aluno negro meu, ele me deu parabéns e fim. E depois da entrevista no Bial, saiu no G1 que eu sofro racismo no ITA. Eu não disse com essas palavras, mas é o que eu sofro mesmo. Aí uma das minhas alunas no comentário do G1 escreveu dessa forma, porque entram 15mil alunos, 100, 110 quantos desses alunos são pobres? Aí eles entram na sala de aula e vê uma pessoa assim. No ITA, que é super difícil deles entraram, aí eles pensam que o nível baixou. Aí um dos comentários de uma pessoa que diz que nunca foi meu aluno é que no ITA não me odeiam porque eu sou mulher, ou porque eu sou negra, é porque eu sou a pior professora do ITA. E essa minha aluna começa a conversa assim “eu sou mulher, minha cor é da cor da pele dela, e eu não agüento as aulas dela. As aulas dela são tão ruins que eu tenho depressão e não consigo dormir a noite”.

RL – é uma forma velada de falar.

E3 – e isso dentro do CTA. Então é isso que tem lá dentro do CTA. Depois da conversa com o Bial veio uma professora lá na minha sala dizer que concordava com tudo que eu tinha falado.

RL – ou seja, o próprio sistema cria. Que é melhor não falar.

E3 – e nem estar perto de mim. Porque eu sou a que fui falar, eu não presto. E ontem a TV Vanguarda veio perguntar o que eu acho das cotas, eu já recebi um email “não é pra comentar sobre vestibular e cotas raciais, é o reitor, não é pra ninguém mais falar”.

RL – mas por quê? Porque não querem te dar voz...

E3 – porque você vai perguntar pra uma professora negra. Quem mais vai se declarar negra naquela escola? Teve uma reunião lá com o Pro-reitor, pra eu me retratar, que eu não deveria falar tudo aquilo que eu falei no Bial, com um monte de gente. Porque aparentemente eu ofendi todo mundo com as minhas falas. Aí o diretor do DCTA só não falou que eu era santa e maravilhosa, o resto tudo ele falou. E ele queria nome por nome de tudo que eu sofri lá de discriminação. E eu escrevi 22p pra ele de tudo que eu passei nesses 25 anos. Eu precisei me retratar? Alguém falou mais alguma coisa? Aí um advogado, meu amigo, me mandou perguntar pro reitor do ITA, por que eu era adjunto 3. Faz ele responder essa pergunta, e não mandar você dizer quem falou as coisas. “por que pessoas que entraram depois de você já são titulares e você não é titular até hoje?”

RL – e na escola, na universidade?

E3 – eu estudei na federal de São Carlos. Nunca consegui uma bolsa de iniciação científica, porque a responsável pela bolsa disse que eu nunca iria fazer nada com física. A minha menor nota na defesa da tese foi do meu orientador. Os externos me deram maior nota que ele. Um coleguinha do meu orientador na Inglaterra disse que eu jamais iria conseguir defender minha tese porque meu inglês era péssimo.

RL – ou seja, todo o sistema colabora pra que você não apareça.

E3 – mas eu me sai muito bem, passei. O externo do meu PhD disse que meu inglês era o melhor inglês que ele tinha lido de defesas de teses de estrangeiros. O interno que era inimigo do meu orientador não abriu a santa daquela boca, não fez uma pergunta naquela defesa.

RL – ou seja, a guerra contra o racismo, ela continua enorme.

E3 – não pense que com essa cota aí, ele vai garantir alguma coisa. Ele vai garantir por causa de lei, mas não pense. Nem da parte dos meninos negros que já estão dentro. Porque presta atenção, os que estão lá dentro não entraram de cota, e tem menino negro que não precisa da cota. Então agora vamos ter esse outro lado, talvez. Eu tinha aluno negro de cabelo alisado. Parecia japonesa.

RL – as mulheres que eu já conversei daqui de São José, negras, todas falam que a cidade trata super bem. E eu falo pra São José, porque São José é um paraíso. Mas eu acho que é por isso que não existe preconceito em São José, porque ninguém fala que é negro. Ninguém faz o que você fez.

E3 – mas é assim dentro do ITA também. Não existe racismo, machismo, homofobia, transfobia. Mas eu não tinha percebido. Quando eu cheguei em São Carlos, eu liguei pra minha mãe e falei “mãe, aqui não tem preto!” há 40 anos.

RL – o acesso era muito menor, não tinha mesmo.

E3 – Mas todo o meu caminho, eu não via preto. Então agora pros cotistas, eu quero fazer uma reunião, uma recepção pra eles. Nem a limpadora do meu prédio.

RL – nem a minha. A maioria das faxineiras do Aquarius são brancas. Então eu digo, essa cidade é perfeita, é maravilhosa. Não temos nenhuma discriminação, não temos nada. Então, eu acho que a partir de agora você vai conseguir perceber que cidade é essa. Já que você ta trabalhando com isso.

E3 – vou começar a conhecer o pessoal das Quilombelas e do Dandara.

RL – o Dandara é mais mulher, recorte de gênero. Por exemplo, eu conversei com varias outras mulheres na cidade, que dizem que sofre preconceito porque é pobre, aí é maltratada no hospital, mas não porque é negra. É porque é pobre e mulher. Eu acho que na sua carreira você já ouviu muito isso, de homem, porque é PhD em física.

E3 – ah, de não acreditar, um monte. “como que você conseguiu?” eu estudei uns tempos na Poli, daí “nossa, você faz doutorado na Poli?”

RL – ah, professora, mas assim o meu foco era tentar perceber essa cidade, eu ainda preciso. Você vê que o jovem hoje tem dificuldade de se afirmar. Mas você vê que isso é uma coisa local. Quando você vai em SP, você vê o movimento de falar “eu sou negro!” no Rio.

E3 – você já foi a Salvador?

RL – o que acontece nessa cidade?

E3 – não é louco?

RL – é muito louco. Hoje no Brasil até os evangélicos estão se posicionando. A Associação dos evangélicos negros. Vários estados criaram. E até então era só religião ligada a matriz africana, e essa, muito pelo contrario. Ou seja, o negro, ele ta se posicionando, e nós temos uma cidade que é o contrario.

E3– mas eu não sei se os negros...porque uma aluna minha ela entrou no Integra Brasil, hoje ela é a única negra no sul. E o pai dela é um negão mesmo, e no dia que foram levar ela lá na escola, foi um alvoroço. Aí alguém perguntou se ela tinha entrado pelas cotas, e ela virou um bicho. “por quê?” “ué, porque você é negra”. “eu não sou negra”. Mas ele ficou doida de raiva, queria bater na menina. É o não aceitar.

RL – eu tenho conversado e todo mundo diz isso. É o medo, uma questão de preferir não se identificar. O próprio negro não entende a cota. Porque por exemplo, eu dou aula de filosofia, aí um negro levantou “eu não preciso de cota”.

E3 – é odiar essa coisa da cota, é achar que tudo isso ta errado. Que ta menosprezando, inferiorizando. Como conselheira de cota racial, eu queria colocar a negadinha na creche, porque tem um monte fora. E eu queria saber por quê. E pra isso eu precisa de estatística pra saber quantos negros tem, e acidade tem o percentual de negro em cada bairro, então se não tem negro correspondente na creche eu quero saber por que. Esses negrinhos tão na rua. Aí eu pedi isso pro conselho, o conselho pediu pra secretaria de educação, e sabe qual foi a resposta que a gente teve? “não tem que falar que o menino é preto. É feio”.

RL – então a cidade ta preocupada?

E3 – não, o conselho está. Eles têm que seguir o que o conselho faz. Então eu constato que não tem tanto negro ali dentro, eu vou lá no prefeito e reclamo. Como conselheira da promoção da igualdade racial, eu tenho esse direito. Assim como a secretaria tem direito de fazer as perguntas e todo mundo é obrigado a responder.

RL – a cidade tem mapeado?

E3 – a cidade tem 35% na media.

RL – por região?

E3 – não. Media.

RL – hoje a cidade tem 35% de negros?

E3– ai é que ta. Aí é o IBGE, nem é a cidade. Será que é só isso mesmo? Porque tem que ter os declarados. Mas a pessoa que tinha que perguntar na creche se o filho dela é preto ou não. E mãe não quer dizer. E infelizmente sem esses números, eu não consigo saber e a partir disso eu não consigo reclamar com o conselho.

RL – o conselho fica travado.

E3 – fica. Conseguimos todas as informações sobre fundamental e médio. Mas porque é obrigatório. Ta todo mundo dentro da escola, porque é obrigatório.

RL – esses dados, eles embasam a minha pesquisa. Se a pessoa não se declarar o conselho não pode. Porque a função do conselho é pressionar baseado em dados.

E3– sem esses dados eu não tenho como falar com o prefeito. Porque alem de tudo falta de creche tem em todo lugar. Mas você entra na creche e só tem branquinhos. Não tem vaga, mas botou a filhinha loira de olho azul na creche no meio do ano letivo. E uma meninas do conselho, a neta não consegue trabalhar porque a bisneta não consegue creche. Eu queria brigar, mas sem os dados eu não consigo.

RL – então existe um trabalho na cidade, que é o conselho.

E3 – o conselho é mais parte de cultura, essas coisas. Mas eu sou da parte educacional, então eu pego no pé com essas coisas. Mas a maioria ta mais preocupada com as coisas culturais. A parte de escola sou só eu. Não tem mais ninguém preocupado com isso.

RL – bom, eu queria entender mais da cidade. Falar com as pessoas da cidade.

E3 – sinto muito. Eu não posso te ajudar. São José pra mim é muito...eu não fico um final de semana aqui. Esse aqui é o segundo dia da semana que eu to aqui.

RL – já voltaram as aulas?

E3 – já, mas eu só dou aula em novembro. Pra todas as turmas. Cada professor pega as três semanas pra dar aula. Aí agora eu vou dar palestra, fazer minhas coisas.

---

**Entrevista 17****E17****RL – Raquel Lima**

RL – você da aula de que?

E17 – sociologia.

RL – você é socióloga?

E17 – sim.

RL – que legal.

E17 – é formada onde?

RL – na UEL. Estadual de Londrina.

RL – você da aula onde?

E17 – no Dorival, no Novo Horizonte.

RL – você tem quantos anos?

E17 – 30.

RL – você nasceu aqui em São José?

E17 – nasci.

RL – aqui que bairro que é?

E17 – centro. Jardim São Dimas.

RL – você tem filhos?

E17 – tenho. Uma filha.

RL – você é solteira?

E17 – sou.

RL – como que ta o estado nesses tempos terríveis que a gente ta vivendo?

E17 – é um pesadelo. A gente ta sentindo na pele todos os cortes. Problema com gravação eu nunca tive na minha escola, é uma clientela muito interessante. Porque querendo ou não, o Novo Horizonte tem a historia de ser um bairro de trabalhadores, então são os filhos dos trabalhadores. Então já tem uma bagagem social diferenciada. Mas a atmosfera é terrível, de muita perseguição. Tem a equipe gestora rezando a cartilha da secretaria de educação. Um engodo, essa semana foi aplicada uma pesquisa, e a gente vê

claramente que é um engodo pra depois dizer que teve consulta publica com relação à reforma do ensino médio.

RL – meu trabalho é segregação socioespacial da mulher negra em São José dos Campos. Eu vou tentar discutir a relação da cidade com a mulher negra. Porque você que a cidade tem um histórico escravocrata, mas tudo isso parece ser apagado. E é isso que eu queria sentir. Onde estão as mulheres negras. Porque no SESC semana passada. Onde estão as mulheres negras. A prefeitura não quer saber desse assunto. Então eu tenho umas perguntinhas pra fazer. Sua renda familiar representa quantos % da casa?

E17 – 100%.

RL – você já morou em outros bairros da cidade?

E17 – já.

RL - quais?

E17 – já morei no Vista Verde, já morei no Paraíso do Sol, Jardim Americano, Novo Horizonte. Todos periféricos.

RL – você nesses bairros que você morou ou que você mora, como que você sente essa coisa do movimento negro em São José, e se você sente preconceito na cidade?

E17 – eu fui ter uma aproximação com o movimento muito tardia. Porque eu acumulei alguns privilégios na minha vida. Minha mãe ela teve graduação, o meu avo conseguiu ascender socialmente e garantiu a universidade pra minha mãe e pro meu tio. E isso já foi um diferencial. Ela passou no concurso publico da Unesp, e boa parte da minha infância foi na zona leste, na Vista Verde, que não é um bairro de classe baixa. Minha achou que compensaria vir pro centro, graças a esses privilégios acumulados. E isso também vai se refletir na minha historia, porque eu cresci num ambiente branco. Eu cresci dentro da Unesp, que era um ambiente branco, se já é hoje, imagina naquela época. Todos os espaços que eu freqüentei na minha infância eram espaços embranquecidos. E isso vai recair na minha infância e na minha adolescência, no sentido de que eu não vou me reconhecer como negra. Então eu buscava me embranquecer pra me inserir nesses espaços. Morava na região central, então eu freqüentava o SESC, freqüentava o Parque Santos Dummont, que são espaços bem embranquecidos. Então durante toda a minha história eu tive esse processo de apagamento social. Eu alisava meu cabelo até 10 atrás. E foi somente quando eu passei na universidade publica, no Paraná, que eu fui ter contato com o movimento negro. Eu comecei a ter contato com o coletivo que lutava por cotas dentro da universidade. Eu comecei a freqüentar o NEAFRO, que era um laboratório de estudos afro-americanos, e o NEAB também. Então essa aproximação com a academia fez com que eu percebesse o esquecimento da minha cultura, da minha ancestralidade. Mas isso não foi um processo rápido, isso teve uma longa duração. Até porque eu tive que passar por processos traumáticos de enfrentamento ao racismo.

RL – só depois que você foi perceber.

E17 – exatamente. A gente morava em Londrina. Lá é extremamente racista. Tem uma história bem bizarra. Então eu passei por uma situação de racismo explicito numa lanchonete. E isso terminou com um colega meu que foi tirar satisfação. E lá os próprios

seguranças deram voz de prisão pra ele, como se ele tivesse sido racista com a moça do caixa. E aí a gente teve que fazer toda uma mobilização pra provar o obvio. Que ele tava lá pra defender a minha pessoa que tinha passado por uma ação explicita de racismo. E isso se tornou uma ferida pulsante na minha vida.

RL – pra São José você volta com outra visão.

E17 – sim. Eu voltei pra São José após estar formada. Parei de alisar o cabelo e aí foi quase como rito de passagem. Ao voltar pra São José eu não me afastei dos espaços militantes, e tenho muita proximidade com os partidos políticos de esquerda também. Eu voltei pra São José querendo militar por isso. A cidade tem uma serie de limitações quanto a isso. Nós temos muitos coletivos, mas temos pouca articulação entre eles. Mas a gente tem pessoas que tão fazendo iniciativas muito importantes com relação à cena cultural, principalmente o hip-hop. Eles têm conseguido se aproximar muito mais da periferia do que os coletivos tradicionais ou os partidos políticos. Os partidos têm a característica de desconsiderar as necessidades das pessoas que moram na periferia, principalmente da mulher negra, que é invisibilizada também dentro desses espaços de luta. Então as organizações que quiserem sobreviver a esse processo vão ter que repensar o seu papel.

RL – quando você voltou pra São José, você conseguiu perceber uma cidade racista?

E17 – eu comecei a enxergar São José com outros olhos. Eu me dei conta de como essa sociedade é uma cidade como o Milton Santos tava criticando. Você tem todas as desigualdades se reproduzindo na divisão socioespacial do município.

RL – no bairro que você mora hoje, é predominantemente branco. porque estamos na região central. Nos bairros mais periféricos que você morou, as pessoas são predominantemente negras. Você já passou por alguma situação de racismo ou preconceito em São José?

E17 – sem duvida. Morando no centro, então. Você vai ter um enfrentamento. Os olhares quando você ta no SESC. Os olhares quando você entra num restaurante. Já aconteceu de estar entrando no prédio que eu morava, e a pessoa perguntar se eu trabalhava lá. É uma realidade cotidiana, principalmente quando você ta morando na região central, porque todo espaço que você entra é um enfrentamento. Ele não é meu, não foi feito pra mim.

RL – por que você percebe que ele não é feito pra mulher negra?

E17 – ele não é feito pra mulher negra, porque ele é uma violência simbólica. São lugares embranquecidos, são caros, são inacessíveis. A população negra não vai estar lá. Você como uma mulher negra não se sente bem naquele lugar. É um incomodo. É como se houvesse uma pressão pra que você não estivesse lá.

RL – essa discriminação em São José é velada?

E17 – é velada. Porque não tem interesse do poder publico em discutir o assunto. E isso já diz muito sobre o município. Embora seja velado somente pra quem não quer ver. Porque também é explicito, basta você prestar atenção.

RL – esses espaços culturais. Eles são centrais, ou a população consegue acessar nos bairros, nas regiões?

E17 – o fato da cultura ser administrada pela FCCR é um diferencial. Isso dá uma certa autonomia aos produtores culturais e agentes.

RL – então a cultura não ta focada na prefeitura?

E17 – não. Isso é uma vantagem. Ta em constante ataque e diminuição de verbas. A política das casas de cultura é interessante. Porque é lega ter agentes culturais nos bairros. Mas nem sempre esses espaços conseguem refletir os interesses das regiões em que eles estão. Você tem uma casa de cultura que está aberta, mas as pessoas não se sentem a vontade de estar lá. Mesmo nos bairros periféricos. Salvo uma atividade ou outra, não tem uma aproximação, de fato, com as comunidades. Esses espaços não são apropriados pelos moradores.

RL – você acha que falta investimento da prefeitura?

E17 – falta investimento e falta fazer com que as propostas nesses espaços reflitam a cultura do bairro. Não adianta a gente impor uma cultura elitista, e desprezando o saber-fazer da própria periferia.

RL – você sente um esvaziamento nesses espaços?

E17 – com certeza.

RL – então a cultura não chega a população negra.

E17 – não chega.

RL – nessa escola que você da aula, a maioria é negra ou branca?

E17 – negra.

RL – como que ajuda no posicionamento da pessoa se colocar como negra?

E17 – antes de qualquer coisa, como educador, você tem que repensar seu papel social. Eu sempre falo que não existe neutralidade, neutro é sabão. Então eu tenho um papel a ser desempenhado dentro da educação publica. E eu assumi essa tarefa. É uma tarefa muito difícil, porque a gente sofre uma serie de ataques todos os dias, e isso faz com que a gente não consiga exercitar. Isso por parte da instituição. Meus problemas na escola não são os alunos. A gente tem que incitá-los a fazer perguntas e não se contentar com a realidade da forma como ela é dada. É obvio que você não consegue atingir todas as pessoas, mas eu tenho muito orgulho de dizer que muitas meninas negras se descobriram como mulheres negras, e por elas terem se descobrido muito antes do que eu, isso me deixa muito feliz.

RL – e você que ta no dia-a-dia com elas, qual a relação delas com a cidade?

E17 – olha, a maior parte dos meus alunos não acessa a cidade. Meus alunos não freqüentam a cidade. Pra eles o evento é ir ao shopping. Só com o dinheiro da passagem e pra comer uma casquinha no Mcdonalds. Um exemplo muito nítido disso é o rolezinho na frente do SESC. No SESC toda sexta-feira tem shows gratuitos e os jovens da periferia, eles não estão dentro do SESC, eles estão na frente do SESC fazendo o fluxo. Que é o espaço de socialização alternativo deles.

RL – e por que eles não entram?

E17 – eles não se sentem pertencentes àquele espaço. Da mesma maneira como eu não me sinto. Eles se deslocam dos seus bairros pra ficarem ali na frente do SESC conversando, fazendo musica, fazendo hap. E a maior parte dos meus alunos não acessa a cidade. A rede de socialização deles é limitada ao bairro.

RL – o que você acha que impede o acesso à cidade?

E17 – eu vejo que tem toda a dinâmica estrutural do que é uma cidade capitalista. Isso já é um impeditivo. Mas os fatores que contribuem muito é o encarecimento da passagem, você não tem um transporte publico democrático. A questão do transporte é fundamental pra pensar no acesso à cidade. A partir disso, você já tem todo um processo de engenharia social pra que a cidade não seja acessível. Mesmo a questão da bicicleta, e boa parte das pessoas são adeptos da bicicleta. Tanto pra trabalhar, quanto pra se deslocar. Mas esse é um meio de transporte pra curtas e medias distancias. Mas mesmo assim muita gente faz deslocamentos de grande distancia. Mas a dificuldade de acesso pela via publica é uma forma de você impedir o livre acesso na cidade.

RL – por isso a cidade não é pra todos. E você é formada e tal, você frequênta todos os ambientes da cidade, você frequênta a zona oeste que é a região nobre da cidade?

E17 – não. Existem espaços sociais no qual eu já compreendi que eu não vou. Não vou por mim, não vou por eles. Não frequênto Quintal Skate Park, não frequênto Shopping Colinas. Porque isso vai me proporcionar um enfrentamento desnecessário.

RL – isso tem a ver com a aparência, com a cor, com a questão financeira?

E17 – tem a ver com a questão financeira, mas principalmente com a cor. Eu vou passar por uma serie de situações que eu já passei. De ser seguida em loja.

RL – a gente pode dizer que a cidade é racista?

E17 – é racista.

RL – e medidas pra combater isso na cidade?

E17 – eu vejo como esse processo que a gente ta vivendo, que é um processo de empoderamento, ou seja, os negros comecem a ser unir e marcar suas demandas.

RL – você consegue perceber isso acontecendo na cidade?

E17 – eu vejo que existem espaços de resistência, focos de resistência. Mas enquanto esses focos forem isolados, não vai surtir efeito pra sociedade.

RL – você acha que existe uma política publica voltada para o negro na cidade?

E17 – isoladas. Eu não vejo nenhum projeto solido ou consolidado que vá mudar esse cenário.

RL – lá na realidade que você dá aula, como que os jovens vêem isso?

E17 – não vêem. Percebem que são marginalizados, mas isso não é discutido.

RL – e porque você é negra, se fosse outro professor.

E17 – isso. Isso não seria debatido. Dificilmente você vai encontrar professores que debatem essa realidade, principalmente se não forem negros.

RL – São José é pra quem?

E17 – é pra quem tem carro. É pra quem é classe media-alta. É pros brancos. São José não é pro pobre da periferia. É uma cidade que reproduz o racismo na sua dinâmica espacial. É você andar pela cidade e se defrontar com essas contradições. Você andar pela Cidade Jardim é uma ofensa.

RL – bom, obrigada pelo seu depoimento. Eu quero entender qual sua relação com a cidade. Mas São José é um lugar bom pra morar?

E17 – qual São José? Aqui eu to num espaço de privilégios.

RL – e mesmo assim você percebe essa dificuldade.

E17 – sem duvida.

RL – imagina quem não tem esses privilégios. Obrigada.

E17 – eu que agradeço. Espero ter ajudado.